



RELATÓRIO de SUSTENTABILIDADE do MUNICÍPIO - 2017



1. Missão e Visão

O município de Alfândega da Fé tem na promoção do desenvolvimento sustentável do concelho o seu principal desafio. Ciente de que a implementação de uma política que promova a educação ambiental centrada, principalmente, na sustentabilidade, é um elemento fundamental na persecução deste desígnio, a autarquia tem vindo a realizar ações que se traduzam numa consciencialização e corresponsabilização efetiva de todos e todas o/as Alfandeguenses nesta matéria. Procurar o envolvimento cívico do/as munícipes tem sido, assim, uma das principais linhas orientadoras.

A preocupação com a sustentabilidade ambiental, a promoção e implementação de boas práticas reflete-se também nos compromissos firmados internacionalmente. Alfândega da Fé reforçou os seus compromissos ambientais ao integrar o lote de municípios que assinaram o “Mayor's Adapt” e tem em desenvolvimento um plano de ação que tem como objetivo principal mitigar os efeitos das alterações climáticas. Pretendemos estudar e promover a compensação de carbono e a economia circular como uma economia regenerativa que consiste num ciclo de desenvolvimento positivo, contínuo, que preservem e aprimorem o capital natural, otimizando a produção de recursos e minimizando riscos, maximizando os fluxos renováveis.

Estamos empenhados em construir um concelho sustentável e amigo do ambiente. Contamos com a participação de toda a comunidade na identificação de problemas e procura de soluções. A partilha de responsabilidades, a sensibilização e consciencialização da população são fundamentais para a construção de um concelho onde o equilíbrio entre a ação humana e o meio ambiente sejam perfeitos.

A Presidente da Câmara:

Dra. Berta Nunes

2. Introdução

O Relatório de Sustentabilidade de uma Câmara Municipal pretende traduzir a avaliação do seu desempenho no domínio da promoção da sustentabilidade, pretendendo identificar os aspetos que se apresentem deficientes, para que possam ser corrigidos e melhorados.

A elaboração deste documento decorre essencialmente da consciencialização da importância dos princípios de equilíbrio financeiro, de responsabilidade social e de qualidade ambiental, bem como da importância de transmitir de uma forma transparente, simples e apelativa, os resultados atingidos.

Assim sendo, o município de Alfândega da Fé, através do seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), definiu como um dos objetivos: “Promover a Sustentabilidade (social, económica, ambiental)”, dado o elevado número de projetos e dinâmicas municipais associadas à sustentabilidade e à eficiência dos recursos locais. Neste âmbito surgiu a pertinente articulação com o projeto “ECO.XXI” — tendo o município submetido a candidatura ECO.XXI 2017.

O “ECO.XXI” é promovido e dinamizado pela Associação Bandeira Azul da Europa, assegura os princípios da Agenda 21 e está direcionado para o reconhecimento das boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas pelos municípios o qual fica consubstanciado pela respetiva entrega ao município do Galardão ECOXXI (bandeira verde). Uma ferramenta fundamental para a aplicação dos “pilares” do desenvolvimento sustentável traduz-se na criação de objetivos e indicadores que possam aferir progressos e estabelecer metas a atingir.

Ao longo do tempo, a utilização de indicadores, especialmente no seio das ciências sociais, mantém acesso ao debate acerca das fórmulas ideais capazes de resumir a informação de carácter técnico e científico. Cumulativamente, a procura de metodologias eficazes de utilização dos indicadores disponíveis (ou a criar) para aferir o desenvolvimento sustentável, não se encontra ainda padronizada.

No entanto, existe consenso acerca da necessidade de aplicação de metodologias capazes de sintetizar a informação, para que esta possa servir de suporte às ações de decisores, gestores, políticos, grupos de interesse ou público em geral.

O “ECOXXI” pretende valorizar um conjunto de aspetos considerados fundamentais à construção do desenvolvimento sustentável, alicerçados em 2 pilares: a educação no sentido da sustentabilidade; e a qualidade ambiental. Este conjunto de aspetos é materializado através de 21 indicadores (e sub-indicadores) que visam aferir progressos e estabelecer metas a atingir.

Estes indicadores são transversais aos serviços municipais, com maior incidência no Serviço de Ambiente da DU, e abrangendo também os serviços de Ação Social, de Empreendedorismo e de Cultura/Turismo da DDESC.

Calendário do ECOXXI 2017:

Data	Ação
Janeiro e fevereiro de 2017	Reuniões Comissão Nacional e Revisão do Programa Preparação da Candidatura a Município ECOXXI 2017
30 de janeiro de 2017	Reunião Geral da Comissão Nacional
24 de fevereiro de 2017	Divulgação da Abertura das Candidaturas e Ação de Formação
Até 30 de maio de 2017	Período de Candidaturas ECOXXI 2017
Junho e julho de 2017	Avaliação das Candidaturas pelos Júris
Agosto até 8 de setembro de 2017	Divulgação Prévia dos Resultados Esclarecimento de Dúvidas aos Municípios
Setembro/Outubro (?)	Cerimónia de Divulgação dos Resultados e Entrega dos Galardões ECOXXI 2017
Outubro de 2017 a fevereiro de 2018	Revisão do Programa Preparação da candidatura 2018

3. Promover a Sustentabilidade

Para medir o grau de implementação do Projeto “ECOXXI” no Município de Alfândega da Fé, extrapolando/simulando o resultado global atingido face ao índice ECO XXI, conjugando ponderadamente todos os 21 indicadores do projeto, foi criado o seguinte indicador associado ao Objetivo n.º 5 do SGQ:

> **OBJETIVO - 5: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE (social, económica, ambiental)**

> **Indicador: “Taxa de Execução do Índice ECOXXI”**

- > **Meta:** ≥ 70% (e respetiva entrega do Galardão ECOXXI 2017)
- > Esta taxa de execução corresponde ao grau de implementação da globalidade das ações associadas aos 21 indicadores do Projeto ECOXXI, resultando este valor da ponderação fixada para cada indicador (pontuação máxima) e da simulação da avaliação a efetuar pela responsável técnica deste Projeto ECOXXI no Município de Alfândega da Fé através da verificação das evidências fornecidas por cada responsável pelas respetivas ações.
- > **Fontes:** DUA / DDESC / DO
- > **Resultado:** **76,00%**

Código	Indicador - ECOXXI (ano 2017)	Serviço Municipal	Responsáveis (login)	Pontuação Máxima	Avaliação
1-IP	> Promoção da Educação Ambiental / Educação para o Desenvolvimento Sustentável por iniciativa do município	DUA-Ambiente	margarida / sofia	10,0	9,90
2-IP	> Educação Ambiental - Programas FEE	DUA-Amb. (+ Escola)	margarida/sofia (agrupamento de escolas)	5,0 +(0,5)	3,00
3	> Implementação do Programa Bandeira Azul			2,0	--
4	> Cidadania Governança e Participação	DUA-Ambiente	margarida / marisa	7,0 +(0,5)	6,15
5	> Informação Disponível aos Municípios	DDESC-GCD	sonia lavrador	4,5 +(0,5)	4,80
6	> Emprego	DDESC-GAE	marisa	3,5 +(0,6)	1,20
7	> Cooperação com a Sociedade Civil em Matéria de Ambiente e Desenvolvimento	DDESC-Social	conceição / carinat	2,5	2,45
8	> Certificação de Sistemas de Gestão	GQ	andreaia	2,0	1,80
9	> Áreas Classificadas (âmbito Conservação da Natureza)	DUA-GTF	filipa	0,0 +(2,0)	1,00
10	> Conservação da Natureza (Biodiversidade e Geodiversidade) – Conhecer, Educar e Divulgar	DUA-GTF	filipa / margarida + sofia	5,0 +(1,0)	4,80
11	> Gestão e Conservação da Floresta	DUA-GTF	filipa	3,0	1,40
12	> Ordenamento do Território e Ambiente Urbano	DUA-OT e Urbanismo	ruig / antonioc	10,0 +(1,0)	5,95
13	> Qualidade do Ar e Informação ao Público	DUA-Ambiente	carinat	3,0	2,00
14-IP	> Qualidade da Água para Consumo Humano	DUA-Água	daniela	3,0	2,67
15	> Qualidade dos Serviços de Águas Prestados aos Utilizadores	DUA-Água e Saneamento	daniela	7,0	4,00
16-IP	> Produção, Recolha Seletiva e Valorização de Resíduos Urbanos	DUA-Ambiente	carinat	7,0	3,50
17	> Valorização do Papel da Energia na Gestão Municipal	DUA-Amb. (+ DO)	virginia / carinat	7,0 +(1,0)	4,75
18	> Mobilidade Sustentável	DUA-Urbanismo	ruig	7,0 +(1,0)	6,50
19	> Qualidade do Ambiente Sonoro	DUA-Ambiente	carinat	3,0	1,30
20	> Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável	DDESC-GAE	libania	3,5 +(0,5)	3,50
21	> Turismo Sustentável	DDESC-Turismo	anad / sonia vieira	5,0 +(1,0)	4,25
Taxa de Execução do Índice “ECOXXI” = Pontuação Total ÷ Pontuação Máxima Possível (98) × 100					76%

4. Plano de Melhoria dos Indicadores

No ano 2016 deverão ser melhorados e trabalhados vários aspetos, relacionados com cada um dos domínios da sustentabilidade. Os aspetos identificados por cada responsável pelos indicadores do ECO.XXI são os seguintes:

Indicador 1 - Promoção da Educação Ambiental por Iniciativa do Município

- Melhoria na indicação dos instrumentos de avaliação e previsão da avaliação de metas.

Indicador 2 - Educação Ambiental - Programas FEE

- Colaborar com o agrupamento de escola na continuidade da promoção e participação no programa Eco escolas;
- Incentivar a inscrição do agrupamento de escolas no projeto jovens repórteres para o ambiente.

Indicador 4 - Participação Pública e Agenda 21 Local

- Assinar a Carta/Compromisso de Aalborg;
- Dar continuidade na fase de sensibilização e envolvimento da comunidade;
- Rever e melhorar o diagnóstico e o Plano de Ação;
- Implementar o Plano de Ação no concelho monitorizando e avaliando sempre que necessário;
- Definir mais ações de promoção e divulgação da participação pública sem se restringir à Agenda 21 e ao orçamento Participativo;
- Criar ações relativas a processos e iniciativas municipais;
- Rever e inserir novos membros no grupo de trabalho/grupo coordenador;
- Criar estratégias e implementar estruturas de codecisão e discussão com a sociedade civil (ex: mais fóruns de discussão pública);
- Envolver mais parceiros na gestão de todo o processo da Agenda 21 Local.

Indicador 5 - Informação Disponível aos Municípes

- Continuar a promover a manutenção e atualização do site do Município;
- Promover/ divulgar a atividade municipal no âmbito destas temáticas utilizando os meios online e outros suportes comunicacionais;
- Melhorar a acessibilidade à informação.

Indicador 6 – Emprego

- Realizar sessões de informação relativas a Emprego e Formação, bem como esclarecimentos sobre incentivos à contratação;
- Implementação de uma Feira de Emprego, apresentando várias oportunidades existentes no Concelho e Distrito.

Indicador 7 - Cooperação com a Sociedade Civil em Matéria de Ambiente e Desenvolvimento

O catálogo de projetos/ medidas e ações promotoras do desenvolvimento local são o resultado de um trabalho em parceria que envolve várias instituições e organismos cuja área de intervenção passa pela cultura, desporto, ação social e saúde, cuja missão final é a melhoria da qualidade de vida da população residente em Alfândega da Fé.

A definição das estratégias de intervenção são delineadas a partir das bases, das próprias instituições e organismos e dos próprios munícipes assentes na partilha e reflexão conjunta.

Daqui resultam a formalização de diversos protocolos e acordos de colaboração e orçamentos participativos.

Indicador 8 - Certificação dos Sistemas de Gestão

- Manutenção e Renovação da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade;
- Implementação de um Sistema Integrado: Qualidade, Segurança e Ambiente;
- Sensibilização e dinamização junto das Juntas de Freguesia e Empresa Municipal para a implementação de um Sistema de Qualidade certificado.

Indicador 9 - Áreas Classificadas (Âmbito Conservação da Natureza)

- Promoção da Reserva da Biosfera.

Indicador 10 - Conservação da Natureza (Biodiversidade e Geodiversidade) Conhecer, Educar e Divulgar

- Implementação de Boas práticas agrícolas;
- Prevenção de existência de lixeiras clandestinas;
- Produção de material informativo com informação científica;
- Promoção do Parque Verde.
-

Indicador 11 - Gestão e Conservação da Floresta

- Implementação de ações de silvicultura preventiva nos espaços florestais pertencentes ao Município;

- Promoção de ações de educação, sensibilização e formação sobre a floresta;

Indicador 12 - Ordenamento do Território e Ambiente Urbano

- Os dados deste indicador relativos ao licenciamento de edifícios e à taxa de recuperação do edificado existente (nos últimos 3 anos) dependem da vontade e iniciativa privada — serão recolhidos e atualizados pela Secção de licenciamento da DU no início de 2016;
- Os dados deste indicador relativos a ações de requalificação, remodelação ou recuperação de edifícios públicos (nos últimos 3 anos) dependem do investimento direto do município (através da Divisão de Obras) e/ou da administração central;
- Os dados deste indicador relativos a ações de intervenção de restauro, renovação, reabilitação ou requalificação urbana (nos últimos 3 anos) dependem do investimento direto do município (através da Divisão de Obras);
- Os dados deste indicador relativos a espaços verdes públicos (nos últimos 3 anos) dependem do investimento direto do município (através da Divisão de Obras);
- Os dados deste indicador relativos ao Planeamento, PDM, RAN e REN (nos últimos 3 anos) serão recolhidos e atualizados pela Setor de Ordenamento do Território da DU no início de 2016.

Indicador 13 - Qualidade do Ar e Informação ao Público

- Melhoria nas formas de informação ao público sobre qualidade do ar da iniciativa do município;
- Promoção e ações de avaliação sobre a qualidade do ar e medidas de redução de poluição atmosférica.

Indicador 14 - Qualidade da Água para Consumo Humano

- Os dados deste indicador encontram-se diretamente relacionados com a ERSAR e das suas devidas imposições. Para aumento da % de segurança de água, deverá a equipa selecionada do Município com os equipamentos (viatura própria e fotómetro), controlar a concentração de cloro nas aldeias onde se encontram instaladas as doseadoras automáticas/hidráulicas bem como dos 5 filtros instalados garantindo a salubridade da água;
- A eficácia dos equipamentos/ infraestruturas instaladas será verificada através da aquisição de serviços de um laboratório devidamente acreditado para o efeito.

Indicador 15 - População Servida por Sistemas de A. Água e Águas Residuais

- Neste indicador pretende-se diminuir a % de desperdício de água com ajuda das 4 equipas disponíveis para o efeito;
- Pretende-se que as ETAR's com a devida formação e com o ajuste dos equipamentos efetuem o tratamento e consequentemente a diminuição da concentração dos parâmetros imposta na respetiva licença;
- Pretende-se que a % de população do concelho seja toda servida por sistema de saneamento e água de consumo humano evitando o maior número de ligações privadas.

Indicador 16 - Produção, Recolha Seletiva e Valorização de Resíduos Urbanos

- Implementação de medidas de formação/ sensibilização por forma a reduzir a produção de resíduos;
- Implementação de medidas de formação/ sensibilização por forma a incentivar a triagem de resíduos;
- Promoção da compostagem doméstica;
- Criação de um centro de compostagem municipal.

Indicador 17 - Valorização do Papel da Energia na Gestão Municipal

- Adesão ao pacto dos autarcas;
- Solicitação ao gestor municipal da elaboração de um plano de estratégia ativa de informação e educação para a energia.

Indicador 18 - Mobilidade Sustentável

- Promoção dos Transportes Públicos (nos últimos 3 anos): 1- Transporte a pedido; 2- Transportes públicos escolares; 3- Viaturas híbridas e elétricas; 4- Gestão da frota de viaturas municipais;
- Incentivo aos Modos Suaves/Ativos (nos últimos 3 anos): 1- Parcerias para a regeneração urbana (PRU); 2- Diagnóstico e Plano de Acessibilidade (RAMPA); 3- Rede de Cidades e Vilas de Excelência;
- Gestão do Transporte Individual (nos últimos 3 anos): 1- Parcerias para a regeneração urbana (PRU); 2- Zona 30 (neste âmbito é necessário formalizar a constituição da zona 30 no centro cívico de Alfândega da Fé, através da aquisição e colocação de sinalética, pela Divisão de Obras e Comissão Municipal de Trânsito); 3- Rede de Cidades e Vilas de Excelência (neste âmbito é necessário concluir o projeto da sinalética informativa e turística da sede do concelho, pela Divisão de Urbanismo);
- Planos, Projetos e Gestão da Mobilidade (nos últimos 3 anos): 1- Unidade Móvel de Saúde de Alfândega da Fé; 2- Unidade Móvel de Serviços Municipais;
- Política de Mobilidade Sustentável (prioridades para implementação a curto/médio prazo): a) implementar o Plano de Ação do projeto RAMPA (intervindo fisicamente no espaço público da sede do concelho, melhorando as condições de acessibilidade e mobilidade, e eliminando as barreiras arquitetónicas identificadas no Diagnóstico do RAMPA); b) renovar a frota de viaturas municipais, através da aquisição de viaturas híbridas e elétricas; c) reduzir os custos com a frota de viaturas municipais (através de melhor planeamento e gestão); d) definir formalmente “Zonas 30” no centro cívico de Alfândega da Fé e na zona histórica de Alfândega da Fé.
- Política de Mobilidade Sustentável (prioridades para implementação a médio/longo prazo): a) Desenvolver o Serviço de Transporte a pedido (território de muito baixa densidade); b) Implementar os Serviços Municipais de Proximidade – “Município sobre Rodas”; c) Conceber e implementar um serviço de mobilidade ciclável, associado a uma rede de ciclovias (quer no âmbito das vivências quotidianas dos munícipes, quer no âmbito turístico).

- O Município deverá evoluir para a contratação de uma prestação de serviços para elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, como meio de posteriormente aceder a candidaturas do Portugal 2020 e obter investimento para implementar as ações descritas.

Indicador 19 - Qualidade do Ambiente Sonoro

- Elaboração de um plano municipal de redução de ruído com implementação de medidas de redução de ruído.

Indicador 20 - Agricultura Sustentável e Desenvolvimento Rural

- Implementação de medidas de formação / sensibilização por forma a aumentar o modo de produção biológica no Concelho;

Indicador 21 - Turismo Sustentável

- Definição de mecanismo de avaliação do desempenho turístico do concelho, que inclua a monitorização das taxas de ocupação, da estada média e dos proveitos económicos, através de inquéritos regulares e presenças juntos dos agentes turísticos.
- Sensibilização e dinamização junto dos promotores de alojamento, restauração e agentes de animação turística para a necessidade de facultarem os dados da atividade económica.
- Contatar os artesão para a importância de efetuarem o registo das suas unidades produtivas artesanais no sistema nacional.
- Dinamizar ações juntos dos artesão no sentido de os sensibilizar para a preservação das respetivas artes, designadamente através da passagem do saber fazer.
- Elaboração de um Plano de Turismo na Natureza de forma a aproveitar todos os recursos existentes no concelho, designadamente Barragem do Baixo Sabor | Complexo do St Antão da Barca, Serra de Bornes, Barragem de Vilarelhos | Centro de Interpretação da Água + Birdwatching.
- Criação de um espaço museológico que reúna e divulgue todo o espólio artístico existente no concelho e do centro de interpretação de arte sacra.
- Materialização do Rota dos Frescos da Fé, com todas as suas valências designadamente o Centro de Interpretação.
- Criação de um Plano de Dinamização da Zona Histórica de Alfândega da Fé.

5. ANEXOS: Indicadores do ECO XXI

Apresentam-se a seguir as fichas dos 21 indicadores do ECO XXI, as quais traduzem a descrição de todas as dinâmicas desenvolvidas pelo município de Alfândega da Fé no ano 2015 e até junho de 2016.

- 1- Promoção da Educação Ambiental por Iniciativa do Município
- 2- Educação Ambiental - Programas FEE
- 3- Implementação do Programa Bandeira Azul (não aplicável)
- 4- Participação Pública e Agenda XXI Local
- 5- Informação Disponível aos Municípes
- 6- Emprego
- 7- Cooperação com a Sociedade Civil
- 8- Certificação de Sistemas de Gestão
- 9- Áreas Classificadas (âmbito Conservação da Natureza)
- 10- Conservação da Natureza – Conhecer, Educar e Divulgar
- 11- Gestão e Conservação da Floresta
- 12- Ordenamento do Território e Ambiente Urbano
- 13- Qualidade do Ar e Informação ao Público
- 14- Qualidade da Água para Consumo Humano
- 15- Sistemas de Abastecimento de Água e Saneamento
- 16- Resíduos Urbanos Gerados, Recolhidos e Tratados
- 17- Valorização do Papel da Energia na Gestão Municipal
- 18- Mobilidade Sustentável
- 19- Qualidade do Ambiente Sonoro
- 20- Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável
- 21- Turismo Sustentável

caninat / ruig



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 1

Município de Alfândega da Fé

Promoção da Educação Ambiental /EDS por iniciativa do município

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Ed. Ambiental/EDS	Município; APA; DGE-MEC; CIDAADS	R	IP	IU	10,0

A - EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL OU EQUIPARADOS

Item 1

Nota:

N.º de equipamentos existentes, onde o município tem responsabilidades de dinamização/gestão

Número do equipamento: **A1 - Nome do equipamento:****A1.1 - Tipo de equipamento:****A1.2 - Tipo de público-alvo:****A1.3 - Número de pessoas abrangidas:****A1.4 - Localização / morada:****A1.5 - Descrição de plano de atividades:**

O equipamento de educação ambiental corresponde a todas as iniciativas que, contando com as instalações apropriadas e as equipas educativas especializadas, oferece programas e atividades neste âmbito. Assim sendo, é de extrema importância a existência deste centro dinamizador de educação ambiental, bem como todos os recursos complementares para um sistema educativo formal e funcional. Este espaço conta com diversos livros, folhetos informativos, jogos didáticos, músicas e dvd's, (consta em anexo a listagem de todo o material existente no espaço).

As atividades/ações desenvolvidas pelo Setor de Ambiente na Ecoteca são especificamente mais direcionadas ao pré-escolar aquando do prolongamento do horário escolar. No entanto, o Setor de Ambiente está disponível em receber no espaço qualquer tipo de público-alvo e dinamizar uma ação tendo em conta o programa ambiental definido, como se pode verificar no cronograma das ações as visitas à Ecoteca está disponível durante o ano, (consta em anexo o programa ambiental).

As atividades dinamizadas neste espaço focam-se na sensibilização ambiental com diversas atividades didáticas. Neste âmbito, foram visualizados filmes, foram consultados vários livros disponíveis para realização de várias atividades e foram feitos jogos didáticos.

A1.6 - Realizaram a avaliação dos equipamentos?

Sim Não

A1.6.1 - Recorreram a que instrumentos de avaliação?

- Inquéritos (disponíveis no espaço para preenchimento)

A1.6.2 - Qual(ais) o(s) responsável(eis) pela avaliação?

- Técnicas de Ambiente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé











A1.6.3 - Quais os resultados da avaliação?

População Geral. 123 (visitantes que preencheram o questionário)
 Através da análise dos gráficos, observa-se que o maior número de inquiridos corresponde ao sexo feminino com 59%, o sexo masculino apresenta uma percentagem relativamente menor com 41%.
 Pode-se constatar que este equipamento atrai uma população diversificada. No entanto, a faixa etária mais predominante é a dos jovens entre os 15-24 anos com 39%. A população adulta entre os 25-64 anos destaca-se em segundo lugar com 26%. Os inquiridos com menor abrangência são os idosos (65+) com apenas 12%.
 No que toca à instalação e equipamentos, verifica-se que a luminosidade e a ventilação do espaço é suficiente, por sua vez à uma elevada insuficiência na acústica da sala e nos meios audiovisuais e recursos ao dispor.
 A maior parte dos inquiridos consideram boa a quantidade dos recursos didáticos disponíveis pela entidade e a colaboração do assistente operacional. Já a qualidade dos recursos didáticos disponíveis pela entidade é satisfatório/suficiente.
 De uma forma geral existe uma satisfação global dos inquiridos quanto ao equipamento (ecoteca). Este espaço é uma mais-valia para a população, relaciona a educação formal com a educação ambiental. As atividades dinamizadas na Ecoteca Municipal permitem inculcar novos hábitos/conhecimentos levando assim à mudança de atitudes/comportamentos. (o relatório consta em anexo e pode visualizar-se o registo fotográfico).

Observações relativas ao sub-indicador A:

Este equipamento encontra-se disponível para a visita de todos os interessados. No entanto, o Setor de Ambiente desenvolve atividades didáticas neste espaço com as crianças do pré-escolar aquando do prolongamento de horário. Contudo, este espaço está disponível durante o ano para receber um grupo de alunos ou interessados em desenvolver alguma atividade/ação que consta no plano de atividades e/ou no programa ambiental. (os planos e programas constam em anexo).

Documentação anexa relativa ao sub-indicador A:

-  (2016-10-12) PA - Educação Ambiental 2016.pdf (309.3 kB)
-  (2017-03-21) PA - Educação Ambiental 2017.pdf (273.7 kB)
-  Ficha pré-inscrição em atividades Ecoteca.pdf (300.1 kB)
-  Gráficos ECOTECA.xlsx (31.5 kB)
-  Listagem de material disponível na Ecoteca Municipal.pdf (137.5 kB)
-  Modelo Inquérito de avaliação da ação.pdf (135 kB)
-  Modelo Questionário Avaliação da satisfação dos utilizadores Ecoteca.pdf (131.7 kB)
-  Plano de atividades 2016.2017 - ECOTECA Municipal.pdf (233.7 kB)
-  Plano Municipal de Ambiente-2016(PMEA) (4).pdf (1.4 MB)
-  Relatório de Avaliação da Satisfação dos Utilizadores da Ecoteca Municipal.pdf (577.6 kB)

B - AÇÕES CONTINUADAS/PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Item 1

Nota:

o número de ações continuadas/projetos a apresentar depende da população do município (ver "Sistema de Pontuação e Critérios" do indicador 1 no Guia de Apoio).

Número do projeto: **B1 - Nome do projeto:****B1.1 - Tipo de público-alvo:**B1.2 - Número de pessoas abrangidas: **B1.3 - Objetivos e competências:**

- Promover iniciativas locais motivando o espírito de parceria e cooperação;
- Identificar algumas ervas aromáticas e as suas potencialidades na cosmética, na medicina e na gastronomia;
- Inculir boas práticas ambientais para a preservação da flora autóctone;
- Conhecer alternativas naturais e explorá-las de forma a alcançar produções ecológicas a reduzido custo e de boa qualidade

B1.4 - Tipo de atividades:

- Ação de sensibilização ambiental, compreendendo as seguintes atividades:
- No exterior do espaço, mesmo à entrada do edifício, foi criada uma demonstração de "um jardim aromático em casa" com a reutilização de pneus devidamente decorados.
 - Já no interior do espaço foram criados três pontos de venda de produtos locais, nomeadamente de licores aromáticos, queijos aromáticos, plantas aromáticas e infusões. Contou-se com a colaboração das seguintes empresas: "Licores da terra- Deolinda Rodrigues", "Queijaria – Alto das Fontes" e "Mais ervas".
 - No local estavam disponíveis, também, as seguintes exposições:
Exposição de painéis "Biodiversidade em Trás-os-Montes" disponibilizada pela Europe direct de Bragança;
Exposição real de plantas aromáticas e medicinais – Orador Eng.º Afonso Menezes;
Exposição e demonstração de dicas naturais, nomeadamente o repelente natural de insetos; reparador de pontas espigadas; esfoliante natural de alfazema e banho relaxante/refrescante para os pés.
 - No decorrer do Mercadinho, foi dinamizado um workshop de culinária onde foi demonstrada a confeção de biscoitos aromáticos, (orégãos). Todos os participantes interagiram bastante durante o workshop e experimentaram, saborearam gratuitamente os biscoitos.
 - Entrega de inquéritos por questionário.

B1.5 - Parcerias:**B1.6 - Realizaram a avaliação das ações continuadas / projetos?** Sim Não**B1.6.1 - Recorreram a que instrumentos de avaliação?****B1.6.2 - Qual(ais) o(s) responsável(eis) pela avaliação?**

B1.6.3 - Quais os resultados da avaliação?

Resultado da Avaliação a Satisfação: 100% de satisfação

Público-alvo: População em geral

Nº de inquiridos: 80

A metodologia utilizada para a avaliação do Mercadinho Aromático foi concebida através da distribuição de inquéritos de satisfação por questionário, de carácter completamente confidencial. Estes inquéritos são constituídos por um conjunto ordenado de questões a que os inquiridos responderam por escrito, em função das instruções dadas. Na construção do questionário foram tidos alguns cuidados, como por exemplo, a formulação de questões claras e objetivas que permitissem obter informação relevante para eventuais melhorias das próximas ações.

Foram registadas 112 entradas com a devida assinatura, mas, apenas 80 pessoas responderam ao inquérito disponibilizado.

Através dos inquéritos, conseguiu-se perceber a dimensão e impacto do evento bem como todos os seus pontos fortes e fracos.

A maior parte dos participantes eram do sexo feminino o que já seria de esperar devido ao tema em questão. A faixa etária mais significativa foi, sem dúvida, os adultos, com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, seguindo-se os idosos (a partir dos 65 anos de idade).

Os participantes demonstraram-se satisfeitos com as instalações e equipamentos, a Casa da Cultura disponibiliza vários equipamentos e materiais recentes e bem conservados.

Em relação à organização da ação, os resultados dos inquéritos demonstram que os inquiridos encontraram-se bastante satisfeitos.

Os conteúdos abordados foram de extrema importância para uma grande parte dos participantes, reforçando a utilidade dos temas tratados, sendo de grande interesse para a comunidade.

O Mercadinho Aromático e toda a dinâmica durante o seu decorrer superou as expectativas esperadas com uma avaliação bastante satisfatória por parte dos inquiridos.

Contudo, foram descritas algumas sugestões/recomendações que se poderão ter em conta numa próxima organização, passando a citar as descrições efetuadas pelos inquiridos no campo das sugestões:

- "A repetir"

- "Este tipo de eventos deveriam ser feitos mais vezes"

- "Muito bom! Continuem com estas palestras informativas"

- "Adoro o evento, façam mais vezes"

- "Evento espetacular, continuem"

- "Deveriam existir mais pontos de venda"

- "Recomendo fazerem um workshop de como preparar infusões e boas práticas para a secagem das ervas".

De forma geral, pode concluir-se que o Mercadinho Aromático superou as expectativas e os objetivos iniciais propostos foram cumpridos e atingidos. A temática das plantas aromáticas foi bastante apelativa e cativou o interesse da população em geral.

Outro dos aspetos positivos foi a participação mais ativa dos residentes de Alfândega e o surgimento de participantes de outras localidades, sendo este, indicador de uma boa divulgação. A participação de alguns idosos deveu-se à afixação de alguns cartazes em pontos estratégicos na vila, pois estas pessoas não têm acesso a redes sociais originando a que muitas das vezes não tenham qualquer conhecimento de iniciativas deste género. Este evento foi também divulgado na missa dominical e foi possível contactar pessoalmente algumas pessoas.

Outro aspeto que atraiu bastantes participantes foi o facto de a entrada ser gratuita e que se deve ter em conta numa próxima organização. A dinamização do workshop de culinária, a confeção de biscoitos aromáticos, foi um sucesso e os participantes interagiram bastante ficando bastante satisfeitos com a degustação dos biscoitos aromáticos. Embora a receita já esteja disponível nas redes sociais, tem-se vindo a receber alguns telefonemas para a cedência da referida receita.

Observações relativas ao sub-indicador B:

- Este evento tem-se vindo a realizar todos os anos e já é o 3º ano consecutivo, o Município pretende dar continuidade a este projeto.

- No local do evento estava disponível um inquérito de satisfação para preenchimento (consta em anexo).

- Para evidência da realização deste evento, surge em anexo a lista de presenças e o registo fotográfico.


- Como forma de divulgação elaborou-se um cartaz e disponibilizou-se nas redes sociais (site do município e facebook);

- No fim do evento foi elaborado um relatório incluindo os seguintes tópicos: nome, data, local, público-alvo, descrição da atividade, objetivos, interpretação dos resultados dos inquéritos e por fim registo fotográfico, como se pode verificar em anexo


Documentação anexa relativa ao sub-indicador B:

 Cartaz Mercadinho Aromáticas 2016.png (2.4 MB)

 Modelo Inquérito de avaliação da ação.pdf (135 kB)

 Registo de presenças 2.pdf (185 kB)

 Registo de presenças.pdf (1.1 MB)

 Relatório Mercadinho Aromático.pdf (1.6 MB)

Item 2

Nota:

o número de ações continuadas/projetos a apresentar depende da população do município (ver "Sistema de Pontuação e Critérios" do indicador 1 no Guia de Apoio).

Número do projeto:

B1 - Nome do projeto:**B1.1 - Tipo de público-alvo:**

B1.2 - Número de pessoas abrangidas:

B1.3 - Objetivos e competências:

- Comemorar a Semana Europeia de Prevenção de Resíduos (EWWR);
- Diminuir a utilização de embalagens descartáveis utilizadas no transporte e conserva de restos de refeições;
- Demonstrar a importância da recuperação do resto da refeição, com vista a diminuição significativa de resíduos alimentares;
- Contribuir para a diminuição do desperdício alimentar nos restaurantes;
- Incentivar o uso de caixas em plástico que podem ser reutilizáveis ao contrário das caixas em metal;
- Erradicar preconceitos associados ao aproveitamento da comida excedente nos restaurantes e conseqüentemente;
- Inculcar o hábito da reutilização de embalagens no restaurante.

B1.4 - Tipo de atividades:

Ação de sensibilização ambiental que decorreu no âmbito da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos (EWWR), organizada pela Resíduos do Nordeste.

Nesta ação, os/as clientes foram sensibilizados para a necessidade de diminuir a produção de resíduos, evitando os desperdícios alimentares. Para tal, foram distribuídas caixas de plástico reutilizáveis aos/às clientes, para que levassem para casa aquilo que não consumiram durante a refeição.

Os responsáveis e empregados dos restaurantes foram sensibilizados e preparados para abordarem os clientes durante a ação. No final da refeição o empregado de mesa informava novamente o/a cliente e perguntava se tinha intenção de levar a comida que não consumiu para casa.

B1.5 - Parcerias:**B1.6 - Realizaram a avaliação das ações continuadas / projetos?**

Sim Não

B1.6.1 - Recorreram a que instrumentos de avaliação?**B1.6.2 - Qual(ais) o(s) responsável(eis) pela avaliação?**

B1.6.3 - Quais os resultados da avaliação?

Avaliação da ação: 100% de satisfação

Esta ação abrangeu cerca de 190 pessoas, no entanto, apenas 57 responderam ao inquérito de avaliação da ação.

De acordo com os dados que constam em anexo, todos os inquiridos que responderam ao inquérito afirmam que a ação foi de encontro às expectativas. Já 46 inquiridos obtiveram novos conhecimentos nesta temática, para 11 inquiridos nada acrescentou aos seus conhecimentos. Durante a ação a cada interessado em colaborar foi entregue uma caixa plástica para reutilização, após esta ação, todos os inquiridos (57) pretendem continuar a reutilizar a caixa de plástico. Em relação à separação de resíduos apenas os 46 fazem a separação, já 11 não faz a separação de resíduos.

De uma forma em geral, todos os inquiridos que preencheram o inquérito ficaram satisfeitos na globalidade da ação.

Com base nestes dados, entendemos que a ação decorreu de forma indicada e obtivemos ótimos resultados, 100% dos participantes demonstraram-se satisfeitos. Devem continuar a desenvolver-se este tipo de iniciativas.

Contudo, a ação teve um balanço positivo, uma vez que o pessoal afeto aos restaurantes mostraram-se empenhados em implementar esta ação como um hábito nos clientes.

Verificou-se alguma resistência, em alguns clientes, no ato de aceitar a caixa reutilizável, pelo facto de ainda existir o preconceito associado às sobras de restaurante. Constatou-se ainda uma certa desconfiança, ou seja o cliente achava que na conta final iria pagar esta caixa. No entanto o empregado de mesa esclareceu o propósito da ação.

No que respeita a mudança de atitudes, constatou-se que as pessoas ainda se mostram resistentes ao aproveitamento da comida que não consumiram e que podem recuperar. No entanto, algumas pessoas ficaram sensibilizadas pelo facto da quantidade elevada de comida que é desperdiçada e que pode ser ainda aproveitada.

Observações relativas ao sub-indicador B:








- Em colaboração com a empresa Resíduos do Nordeste e já há 3 anos tem-se vindo a desenvolver esta ação/projeto que se pretende continuar.

- No local da ação estava disponível um inquérito de satisfação para preenchimento (consta em anexo).

- Foi feita a divulgação da ação e disponibilizou-se nas redes sociais (site do município http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1228?event_id=179)

- No fim do evento, e para evidência, foi elaborado um relatório incluindo os seguintes tópicos: nome, data, local, público-alvo, descrição da atividade, objetivos, interpretação dos resultados dos inquéritos e por fim registo fotográfico, como se pode verificar em anexo.

Documentação anexa relativa ao sub-indicador B:

-  15877951_213648492428998_1676772210_o.jpg (65.3 kB)
-  15878030_213648505762330_225753447_o.jpg (63.3 kB)
-  15878033_213648552428992_1214253611_o.jpg (68.2 kB)
-  15878320_213648569095657_1162336667_o.jpg (74.1 kB)
-  15878498_213648475762333_1986187247_o.jpg (102.3 kB)
-  Modelo de inquérito de satisfação.jpg (513.8 kB)
-  Relatório Não desperdice, leve o que é seu! - Restaurante D Maria.pdf (536.5 kB)

C - ATIVIDADES DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Item 1

Nota:

o número de atividades de formação a apresentar depende da população do município (ver "Sistema de Pontuação e Critérios" do indicador 1 no Guia de Apoio).

Número da atividade / ação de formação:

C1 - Nome da atividade / ação de formação:

Formação/sessão NP EN ISO 14001 Aspetos Ambientais de cada serviço

C1.1 - Número de vezes que foi realizada:

C1.2 - Número de pessoas abrangidas por ação:**C1.3 - Objetivos e competências a desenvolver:**

O Setor de Ambiente da DUA encontra-se a coordenar o processo de certificação do Município de Alfândega da Fé no âmbito do "Ambiente".

De acordo com a Norma ISO 14001, deve-se identificar todas as atividades desenvolvidas na Organização e fazer o levantamento de todos os aspetos ambientais associados a essas atividades para que se possa determinar quais as que causam impacte ambiental, resultando assim, a médio prazo, um plano de ação de forma a contribuir para a diminuição desses impactes ambientais.

Neste sentido, foram promovidas pelo Setor de Ambiente sessões de indução destinadas aos/às colaboradores/as do município que são partes interessadas abrangidas pelo âmbito da certificação. Este processo pretende que seja contínuo e participativo, por isso as sessões decorreram durante o mês de novembro de 2016, em busca de uma melhoria contínua do Sistema de Gestão da Qualidade, Segurança e Ambiente.

As presentes sessões de indução, compreenderam os seguintes conteúdos:

- Breve explicação (simples e direta) a cada colaborador/a sobre a importância da Norma ISO 14001 e em geral da certificação;
- Dar a conhecer os procedimentos e impressos de trabalho (PO.06 Ambiente), melhorados;
- Participação/auscultação de cada colaborador/a (gabinete a gabinete) na identificação dos "aspetos ambientais" e dos respetivos "impactes ambientais" relacionados com a sua atividade e o seu espaço físico de atuação (nos edifícios abrangidos pelo âmbito da certificação e nas atividades externas abrangidas pelo âmbito da certificação).

C1.4 - Parcerias:

Câmara Municipal de Alfândega da Fé

C1.5 - Realizaram a avaliação das ações de formação?

Sim Não

C1.5.1 - Recorreram a que instrumentos de avaliação?

Inquérito de avaliação

C1.5.2 - Qual(ais) o(s) responsável(eis) pela avaliação?

Técnicos/as de Ambiente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

C1.5.3 - Quais os resultados da avaliação?

Nº de inquiridos: 39 (inquirido online) e 8 (inquirido em papel)

Para complementar estas sessões foi disponibilizado um questionário para preenchimento online, tendo como objetivo recolher dados e ideias dos/as colaboradores/as da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, relativamente aos aspetos ambientais.

Tendo em conta o âmbito, as sessões foram destinadas a cerca de 107 colaboradores/as da autarquia, mas apenas 100 no momento estavam disponíveis em colaborar. No entanto, dos/as 100 colaboradores/as, apenas 39 responderam ao referido questionário online. Dos/as 100 colaboradores/as 8 são auxiliares de serviços gerais – limpeza dos edifícios municipais que preencheram o inquirido em papel na presença da Técnica de ambiente.

Este questionário era constituído por 32 questões divididas pelos 8 grupos, (Geral, Recursos materiais/consumos, ruído, água, energia, resíduos, mobilidade e por fim sugestões de melhoria), para assinalar a opção mais adequada.

No preenchimento do questionário eram garantidos o anonimato e a confidencialidade das suas respostas e a informação prestada serve, apenas, de suporte para a elaboração do trabalho.

Este questionário foi apresentado como forma de envolver os/as colaboradores/as neste processo tornando-os/as participativos/as na identificação dos aspetos ambientais e na melhoria da implementação da gestão ambiental.

Teve como objetivo recolher as ideias e opiniões dos trabalhadores/as, com vista a conhecer melhor as necessidades e hábitos adotados durante o período laboral.

Toda a informação recolhida veio enriquecer o registo e levantamento dos aspetos ambientais associado a cada serviço, a devida identificação dos impactes ambientais e a quantificação da sua significância. Por outro lado, a análise destes questionários, permitiu demonstrar quais as áreas ambientais onde se tem que atuar e implementar medidas ambientais. Para isso foi criado um PO.6_PROC.06_IMP.02 - "Plano de monitorização de medidas ambientais" que consiste num conjunto de ações a implementar de forma a minimizar estes impactes ambientais significativos e melhorar o desempenho ambiental da Organização.










Observações relativas ao sub-indicador C:

- Antes de se iniciar a formação/sessão no local de cada serviço foi enviado um e-mail com os objetivos pretendidos, o guião explicativo da sessão (consta em anexo) e o link para acederem para o preenchimento do questionário, exceto o das 8 operacionais de limpeza que foi entregue em papel, (consta em anexo o relatório nome, data, local, público-alvo, descrição da atividade, objetivos, interpretação dos resultados dos inquiridos e por fim registo fotográfico).

- Estas sessões, a cada posto de trabalho, permitiram fazer-se o levantamento de todos os aspetos ambientais associados a cada tipo de serviço de forma a minimizar os impactes ambientais.

- De referir que o município de Alfândega da Fé está certificado segundo a NP EN ISO 14001.

Documentação anexa relativa ao sub-indicador C:

-  QUESTIONÁRIO Colaboradores CMAF.pdf (354.6 kB)
-  QUESTIONÁRIO SERVIÇO DE LIMPEZA.pdf (342.7 kB)
-  Calendário Sessões.pdf (183.5 kB)
-  Evidências assinaturas de presença.pdf (1.7 MB)
-  Guião - Aspetos Ambientais.pdf (255.2 kB)
-  Modelo Sessão de Indução - recolha de assinaturas.pdf (207.6 kB)
-  Relatório questionários colaboradores.pdf (558.5 kB)
-  Relatório questionários funcionárias de limpeza.pdf (860.4 kB)
-  Resultado Questionários limpeza.xlsx (142.4 kB)

Item 2

Nota:

o número de atividades de formação a apresentar depende da população do município (ver "Sistema de Pontuação e Critérios" do indicador 1 no Guia de Apoio).

Número da atividade / ação de formação:

C1 - Nome da atividade / ação de formação:

Formação Gestão de Resíduos – Resíduos do Nordeste

C1.1 - Número de vezes que foi realizada:

C1.2 - Número de pessoas abrangidas por ação:

41

C1.3 - Objetivos e competências a desenvolver:

- Dar a conhecer aos alunos a Empresa da Resíduos do Nordeste;
- Demonstrar todo o processo associado à gestão de resíduos;
- Conhecer o processo de tratamento, valorização e eliminação de resíduos urbanos no sistema de gestão Resíduos do Nordeste;
- Alertar os alunos para a importância da separação correta de resíduos;
- Incentivar a prática dos 3 R's (reduzir, reutilizar e reciclar);
- Estimular o interesse pela preservação do ambiente, inculcando boas práticas

C1.4 - Parcerias:

Resíduos do Nordeste e Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé

C1.5 - Realizaram a avaliação das ações de formação?

Sim Não

C1.5.1 - Recorreram a que instrumentos de avaliação?

Inquérito de satisfação/avaliação

C1.5.2 - Qual(ais) o(s) responsável(eis) pela avaliação?

Técnicos de Ambiente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

C1.5.3 - Quais os resultados da avaliação?

Nº de inquiridos: 41

Após a sessão foi distribuído um inquérito de satisfação aos alunos, consta em anexo o relatório com a devida análise aos gráficos.

A maior parte dos inquiridos eram do sexo masculino. Relativamente às instalações e equipamentos, os inquiridos demonstram bastante satisfação, exceto um inquirido que ficou apenas satisfeito na parte acústica da sala.

No que se refere à organização da ação, os inquiridos ficaram satisfeitos e bastante satisfeitos. Relativamente aos conteúdos a maior parte dos inquiridos acharam a ação interessante e de bastante utilidade os temas abordados, contribuindo para o aumento de conhecimentos. Relativamente às intervenções efetuadas durante a ação os inquiridos ficaram satisfeitos.

Contudo, no que se refere à avaliação global da ação, a maior parte dos inquiridos ficaram bastante satisfeitos e a ação foi de encontro às expectativas esperadas.

Observações relativas ao sub-indicador C:

- Em colaboração com a empresa Resíduos do Nordeste tem-se vindo a desenvolver várias formações que se pretende continuar.
- No local da formação estava disponível para preenchimento um inquérito de satisfação (consta em anexo).
- No fim do evento, e para evidência, foi elaborado um relatório incluindo os seguintes tópicos: nome, data, local, público-alvo, descrição da atividade, objetivos, interpretação dos resultados dos inquéritos e por fim registo fotográfico, como se pode verificar em anexo;
- Divulgação no site do Município: http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1228?event_id=112

Achamos pertinente referir que no decorrer de 2016, em parceria com o Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor - Programa de Divulgação e Sensibilização Biodiversidade do Sabor foi iniciado o PROJETO JUNTO À TERRA , onde foram realizadas várias reuniões com todos os parceiros de forma a contribuírem com ideias e delinear-se estratégias para a elaboração do planeamento do projeto.

Em abril de 2017 foi posto em prática o projeto na envolvente da freguesia da Parada com os alunos do 9ºano de escolaridade. Este projeto é uma iniciativa que

decorre no âmbito das medidas compensatórias do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor (Programa de Sensibilização e Divulgação e do Património Natural do Baixo Sabor) e visa:

- aprender biodiversidade pela perspetiva da sua importância no bem estar humano.
- de comunicação, envolvimento e valorização do património natural (biodiversidade) como fator de desenvolvimento do território;
- construída para o território, no território e com o território.
- dirigida a todos os alunos do 9º ano de escolaridade dos concelhos abrangidos pela albufeira do AHBS (Alfândega da fé, Macedo de cavaleiros, Mogadouro, Torre de Moncorvo e o projeto será estendido aos concelhos abrangidos pelo Aproveitamento Hidroelétrico do Foz Tua), nos anos letivos compreendidos entre setembro de 2016 a outubro de 2019.

Ações de Sensibilização e Educação Ambiental

- Dar a conhecer à comunidade escolar a importância dos valores naturais da região do Baixo Sabor;
- Alertar para a influência que as ações humanas podem ter no ecossistema;
- Demonstrar que pequenas mudanças de atitude podem contribuir para uma maior valorização da biodiversidade.

(Pode-se verificar em anexo e como evidência o documento de trabalho criado aquando do planeamento e organização do projeto “Junto à Terra”.)

Documentação anexa relativa ao sub-indicador C:

D - ATIVIDADES DE SENSIBILIZAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Item 1

Nota:

o número de sensibilização a apresentar depende da população do município (ver "Sistema de Pontuação e Critérios" do indicador 1 no Guia de Apoio).

Número da atividade: **D1 - Nome da atividade:****D1.1 - Tipo de atividade de sensibilização:**

A ação iniciou com uma visita, devidamente acompanhada, à Exposição "Seria capaz de beber água do esgoto?". A Exposição foi cedida pelo Centro Europe Direct de Bragança e encontrou-se disponível para visita na Biblioteca Municipal entres os dias 21 e 31 de março de 2016.

O conteúdo da Exposição era bastante apelativo, esquematizava o funcionamento de uma ETA desde a captação da água na albufeira até ao seu tratamento e distribuição pela rede. Demonstrava o circuito da água nas moradias desde a sua entrada, o seu uso nas diferentes tarefas e depois a sua saída pelos esgotos. Neste seguimento, as águas residuais seguiam para uma ETAR e esquematizava todo o processo de tratamento a que estava sujeita a água para que pudesse ser devolvida à natureza com um nível de poluição aceitável.

A exposição apresentava dois painéis com boas práticas de utilização de água e dicas de poupança.

Para finalizar e completar esta ação reuniram-se todas as crianças e elaborou-se um porta-chaves, com a reutilização de alguns materiais, denominado por "A Gotinha de água", pois uma gota de água é uma preciosidade.

D1.2 - Tipo de público-alvo:D1.3 - Número de pessoas abrangidas: **D1.4 - Objetivos:**

- Comemorar o Dia Mundial da Água;
- Visitar a Exposição "Seria capaz de beber água do esgoto?"
- Demonstrar o funcionamento de uma ETA e ETAR;
- Alertar para a importância do uso racional da água;
- Incutir novos hábitos e boas práticas ambientais, disponibilizando dicas fáceis para por em prática no dia-a-dia;
- Alertar para algumas más práticas como por exemplo o lançamento de alguns objetos pelos esgotos, pois dificultam o processo de tratamento e encarece;
- Promover o contato das crianças com o exercício da responsabilidade global.

D1.5 - Avaliação - instrumentos e resultados:

Instrumento: Inquérito de avaliação por colagem de rostos alegres ou tristes consoante o estado da criança, como se pode verificar em anexo.

Nº de inquiridos: 47

Resultados: Esta ação foi destinada ao pré-escolar da Biblioteca Municipal, ao pré-escolar do Infantário da Santa Casa da Misericórdia e aos frequentadores do OTL (ocupação dos tempos livres).

Relativamente ao pré-escolar da Biblioteca Municipal dos/as 26 inquiridos/as, 18 ficaram bastante satisfeitos/as e 8 satisfeitos/as. Citações mencionadas do que mais gostaram as crianças: "Gosto muito da água"; "A água que chega às nossas casas vem da barragem e é tratada para bebermos".

Dos/as 14 inquiridos/as do pré-escolar do Infantário do Santa Casa da Misericórdia, 11 ficaram bastante satisfeitos e 3 apenas satisfeitos. As citações registadas foram as seguintes: "A água chega a nossa casa pelos tubos"; "A água é muito importante para todos viverem".

Por fim, os/as 7 inquiridos/as dos frequentadores do OTL ficaram bastante satisfeitos com a ação e registaram-se as seguintes citações: "Não devemos deitar garrafas nem lixo para o rio"; "Temos de poupar a água, ela é tratada para a bebermos".

D1.6 - Parcerias:











Observações relativas ao sub-indicador D:

- Divulgação no site do Município:

http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1226?event_id=120

http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1226?event_id=121

Documentação anexa relativa ao sub-indicador D:

-  20160317_105721.jpg (1.8 MB)
-  IMG_8942.JPG (5.9 MB)
-  IMG_8946.JPG (5.8 MB)
-  IMG_8947.JPG (4.6 MB)
-  IMG_8951.JPG (6.4 MB)
-  IMG_8954.JPG (5.6 MB)
-  IMG_8961.JPG (5 MB)
-  20160322_141757.jpg (5.5 MB)
-  20160322_141804.jpg (4.8 MB)
-  20160322_141935.jpg (4.3 MB)
-  IMG_8916.JPG (5.3 MB)
-  IMG_8919.JPG (6.4 MB)
-  IMG_8920.JPG (6.2 MB)
-  IMG_8928.JPG (7 MB)
-  IMG_8930.JPG (7.2 MB)
-  IMG_8936.JPG (5.3 MB)
-  IMG_8938.JPG (6.4 MB)
-  IMG_8939.JPG (4.8 MB)
-  IMG_8940.JPG (6 MB)
-  AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO PRÉ ESCOLAR SANTA CASA.pdf (348.7 kB)
-  AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO OTL Infatário.pdf (321.8 kB)
-  AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO Pré-escolar BIBLIOTECA MUNICIPAL.pdf (414.2 kB)
-  Modelo Inquérito de avaliação da ação - Pré escolar.pdf (126.1 kB)
-  Relatório Biblioteca Dia Mundial da Água.pdf (894.5 kB)
-  Relatório Visita à Exposição Infatário.pdf (809.8 kB)
-  Relatório Visita exposição OTL.pdf (500.4 kB)
-  Smiles para colar no inquérito.pdf (120.6 kB)

Item 2

Nota:

o número de sensibilização a apresentar depende da população do município (ver “Sistema de Pontuação e Critérios” do indicador 1 no Guia de Apoio).

Número da atividade:

D1 - Nome da atividade:

Campanha de sensibilização – Recolha de pilhas usadas e entrega de Pilhões

D1.1 - Tipo de atividade de sensibilização:

As técnicas do ambiente deslocaram-se às diferentes instituições e entidades públicas e privadas de Alfândega da Fé, com intuito de recolher as pilhas usadas e alertar para a importância da sua separação. A recolha seletiva destes materiais é essencial para evitar a contaminação do ambiente. Pois uma pilha é suficiente para contaminar uma área considerável de solos.

Em anexo consta o relatório com a contabilização dos locais e quantidades de pilhas recolhidas:

- 13 Entidades públicas;
- 35 Entidades privadas;
- 7 Instituições

D1.2 - Tipo de público-alvo:

População geral e entidades locais

D1.3 - Número de pessoas abrangidas: 500 (incluindo p**D1.4 - Objetivos:**

- Informar a população da situação atual dos resíduos e demonstrar as vantagens da Recolha Seletiva;
- Promover o contato da população com o exercício da responsabilidade global, no domínio dos Resíduos;
- Consciencializar para a importância da recolha seletiva, nomeadamente no que se refere a pilhas e acumuladores usados;
- Recolher Pilhas pelas várias entidades;
- Contribuir para o aumento dos quantitativos de retoma.

D1.5 - Avaliação - instrumentos e resultados:

Na sequência de várias iniciativas, a Equipa de Ambiente iniciou uma campanha de sensibilização sobre a problemática das pilhas usadas no ambiente e a importância da sua recolha e o devido encaminhamento, entre os anos de 2014/2015. Nesta campanha recolheu-se cerca de 24 Kg de pilhas usadas e foram colocados pilhões em algumas entidades para posteriormente se dar continuidade a esta campanha.

Neste sentido e para se dar continuidade e acompanhamento à ação procedeu-se novamente à recolha das pilhas usadas, recolhendo-se aproximadamente 10Kg.

A ação decorreu dentro do previsto e entende-se perfeitamente a redução da quantidade de recolha de pilhas, pois até 2014 nunca houve nenhuma ação deste tipo e algumas entidades acumulavam pilhas de anos anteriores.

Contudo, a Equipa de Ambiente pretende desenvolver esta ação todos os anos sendo esta uma forma e estratégia utilizada para conseguir recolher as pilhas evitando que estas tenham outros destinos finais e prejudiciais ao ambiente.

Todas as pilhas recolhidas durante esta campanha foram entregues na escola para a participação na iniciativa geração depositrão, no âmbito do projeto Eco escolas.

D1.6 - Parcerias:

















Câmara Municipal de Alfândega da Fé, Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé – Projeto Eco escolas, Resíduos do Nordeste

Observações relativas ao sub-indicador D:

- Esta ação é em colaboração com o Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé para a participação na iniciativa geração depositrão, no âmbito do projeto Eco escolas.

- Divulgação no site do município: http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1228?event_id=110

Documentação anexa relativa ao sub-indicador D:

-  20160203_095218.jpg (2.4 MB)
-  20160203_095227.jpg (2.2 MB)
-  20160203_095237.jpg (2.1 MB)
-  20160203_095238.jpg (2.1 MB)
-  20160203_095254_001.jpg (2 MB)
-  20160203_095254_002.jpg (2 MB)
-  20160203_095254_003.jpg (2 MB)
-  20160203_095256.jpg (2.1 MB)
-  20160203_095257.jpg (2.1 MB)
-  20160203_095928(0).jpg (2.3 MB)
-  20160203_095928.jpg (2.3 MB)
-  20160203_100713.jpg (2.7 MB)
-  20160203_100715.jpg (2.7 MB)
-  20160203_100720.jpg (1.9 MB)
-  20160203_101400.jpg (2.2 MB)
-  Relatório Campanha Pilhões.pdf (339.4 kB)

E - ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

E1 - Existência de estratégia de educação ambiental?

Sim Não

Se sim, descreva:

E1.1 - Eixos estratégicos de atuação (e respetivas áreas de atuação):

Consta em anexo o PMA (Plano Municipal de Ambiente) e PMEA (Plano Municipal de Educação Ambiental).

O Município de Alfândega da Fé pretende continuar a reforçar a sensibilização junto dos cidadãos com base numa política sustentável, informada e ativa dos indivíduos no que diz respeito à proteção do ambiente e na utilização racional dos recursos. Indo ao encontro, existe um PMA - "Plano Municipal de Ambiente" onde estão definidas ao pormenor todas as estratégias de atuação bem como a descrição do tipo das ações e objetivos específicos que o Setor de Ambiente costuma desenvolver com o público-alvo tendo em conta as prioridades definidas, (consta em anexo).

Assim, os eixos estratégicos de atuação passam por a educação e sensibilização ambiental, a mudança de atitudes e comportamentos, a sustentabilidade local, o eco turismo, os workshops, as atividades lúdicas, as ações de formação e os eco-projetos.

Com as ações de sensibilização desenvolvidas pretende-se atingir o seguinte público-alvo: População geral, comunidade escolar, sénior (Universidade Sénior) e ensino especial (LEQUE).

Após os eixos estratégicos definidos no PMA e tendo em conta as prioridades de trabalho, o Setor de Ambiente elabora todos os anos um programa de Educação Ambiental onde estão definidos os objetivo e metas a atingir, bem como os recursos humanos, financeiros, materiais, o cronograma e por fim a respetiva monitorização, como consta em anexo).

E1.2 - Objetivos:

- Contribuir para a formação de uma cidadania ambientalmente mais consciente e informada;
- Educar e sensibilizar os cidadãos, sobretudo os mais jovens, para a preservação e defesa do Ambiente e para a responsabilidade individual e coletiva;
- Trabalhar com conceitos e conhecimentos voltados para a preservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais;
- Abordar temáticas relacionadas com o ambiente: ecologia, preservação da natureza, reciclagem, desenvolvimento sustentável, consumo racional dos recursos naturais, poluição ambiental, efeito estufa, ecossistemas, entre outras temáticas.

E1.3 - Público-alvo:

População Geral, Comunidade Escolar, Universidade Sénior e Leque

E1.4 - Tipo de ações / atividades previstas:

As ações são maioritariamente de sensibilização, no entanto, periodicamente, são desenvolvidas algumas atividades mais interativas, como por exemplo workshops.

- Campanha de Indução – Entrega de pilhões
- Campanha de Indução – Separação de Resíduos
- Campanha de Indução – Óleos alimentares usados
- Campanha de Indução – Compostagem, Outra forma de reciclar
- Campanha de Indução – Utilização racional de energia
- Campanha de Indução – Eficiência energética nos edifícios municipais
- Campanha de Indução – Recolha seletiva no comércio local (Semana Europeia da Prevenção de Resíduos)
- Campanha de Indução – Boas práticas na deposição de resíduos indiferenciados: a problemática das cinzas
- Campanha de Indução – Dejetos caninos
- Campanha de Indução – Hortas biológicas
- Campanha de Indução – Semana educativa no Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé
- Dia Mundial da Agricultura – 20 de março
- Dia Mundial da Árvore e da Floresta – 21 de março
- Dia Mundial da Água – 22 de março
- Dia Mundial da Terra – 1 de abril
- Dia Mundial das Aves Migratórias – 9 de maio
- Dia Internacional da Biodiversidade / Diversidade Biológica – 22 de maio
- Dia Nacional da Energia – 29 de maio
- Dia Nacional do Sobreiro e da Cortiça – 1 de junho
- Dia Mundial do Ambiente – 5 de junho
- Dia Nacional da Conservação da Natureza – 28 de julho
- Dia Mundial para a preservação da camada do ozono - 16 de setembro
- Dia Europeu Sem Carro – 22 de setembro
- Dia Mundial do Animal – 4 de outubro
- Semana Europeia da Prevenção de Resíduos (21 a 29 de novembro): Dicas de reaproveitamento
- Semana da Ciência (23 a 29 de novembro): Colaboração com a Biblioteca Municipal
- Visita de estudo: Ecoteca de Alfândega da Fé
- Visita de estudo: Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico na Resíduos do Nordeste
- Visita de estudo à Barragem do Baixo Sabor
- Workshop – ECO Natal
- Workshop – Mercadinho aromático
- Exposição: Boas práticas ambientais (Casa da Cultura Mestre José Rodrigues de Alfândega da Fé)
- Exposição: “Seria capaz de beber água do esgoto?” (Biblioteca Municipal)
- Biosfera – candidatura UNESCO
- Candidatura ECO XXI
- Florestar Portugal: Valverde
- Plantação de Souto: Parque de Alvazinhos

E1.5 - Avaliação:

No fim de cada ação, e tendo em conta o público-alvo, é distribuído o inquérito de avaliação. Existem dois tipos de inquérito:

- Um destinado às educadores/as, professores/as e/ou acompanhantes que consiste num conjunto de questões de avaliação;
- E outro destinado às crianças do pré-escolar que consiste numa colagem de rostos tendo em conta o agrado e estado da criança após a ação.

Para cada ação é elaborado o respetivo relatório sintético, com as seguintes tipologias:

- Nome da ação; data; local; público-alvo; descrição da ação; objetivos; registo fotográfico (evidencia) e por fim a análise e interpretação do questionário.

Observações relativas ao sub-indicador E:















Neste âmbito existe:

- O PMA (Plano Municipal de Ambiente) e PMEA (Plano Municipal de Educação Ambiental) compostos pelas seguintes descrições: Enquadramento, âmbito nacional e local, objetivos do plano e metodologias adotadas, diagnóstico ambiental e áreas de prioridade de ação, programa de ação nas diferentes temáticas com objetivos específicos e destinatários, programa de monitorização, entre outros conceitos relevantes, (Constam em anexo os documentos).

- O programa ambiental composto pelas seguintes descrições: Objetivos, metas, recursos humanos, financeiros, materiais, cronograma e a respetiva monitorização, (Consta em anexo).

Observações relativas ao indicador 1:

Documentação anexa relativa ao indicador 1:

-  20160408_103547_001.jpg (2.9 MB)
-  20160408_103638.jpg (4.3 MB)
-  20160408_103707.jpg (3.9 MB)
-  20160408_103759.jpg (3.7 MB)
-  20160408_103802.jpg (3.6 MB)
-  Modelo Inquérito de avaliação da ação.pdf (135 kB)
-  Registo de presenças.pdf (149.5 kB)
-  Relatório Formação Gestão de Resíduos.pdf (540.4 kB)
-  resultados - Formação Gestão de Resíduos Resíduos do Nordeste.xlsx (23.2 kB)
-  RN 007 - REGISTO DE ACÇÃO Gestão de Resíduos.pdf (137.7 kB)
-  Projeto Junto à Terra_doc de trabalho.pdf (5 MB)
-  (2016-10-12) PA - Educação Ambiental 2016.pdf (309.3 kB)
-  (2017-03-21) PA - Educação Ambiental 2017.pdf (287.6 kB)
-  Plano Municipal de Ambiente-2016(PMEA) (4).pdf (1.4 MB)



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 2

Município de Alfândega da Fé

Educação Ambiental - Programas FEE

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Ed. Ambiental/EDS	ABAE	R	IP	IU	5,0 (+ 0,5)

INFORMAÇÃO PRÉVIA

01 - N.º total de escolas do pré-escolar, ensino básico, ensino secundário, ensino profissional e artístico

01.1 - em 2015: 01.2 - em 2016:

02 - N.º de escolas inscritas no Programa EE

02.1 - em 2015: 02.2 - em 2016:

03 - N.º de escolas galardoadas no Programa EE

03.1 - em 2015: 03.2 - em 2016:

Nota:

Ver "Sistema de Pontuação e Critérios" do indicador 2 no Guia de Apoio.

Nota:

São consideradas todas as escolas públicas e privadas do concelho.

A - ECO-ESCOLAS (EE)

Nota:

Todos os campos são pré-preenchidos pela ABAE.

A1 - Taxa de Implementação do Programa EE nos últimos dois anos letivos

A1.1 - % de escolas inscritas no Programa EE em 2015/2016:

 [A1.1 = (02.1/01.1) × 100]

A1.2 - % de escolas inscritas no Programa EE em 2016/2017:

 [A1.2 = (02.2/01.2) × 100]

A2 - Taxa de concretização do Programa EE nos últimos dois anos letivos

A2.1 - % de escolas galardoadas em 2015:

A2.2 - % de escolas galardoadas em 2016:

Observações relativas ao sub-indicador A:

B - JOVENS REPÓRTERES PARA O AMBIENTE (JRA)

Nota:

Todos os campos são pré-preenchidos pela ABAE.

B1 - % de escolas inscritas no Projeto Jovens Repórteres para o Ambiente com publicação de reportagem nos últimos dois anos letivos:

B2 - % de escolas inscritas no Projeto JRA em 2015/2016:

B3 - % de escolas inscritas no Projeto JRA em 2016/2017:

Observações relativas ao sub-indicador B:

Número de reportagens publicadas no município
Ano 2015/2016: -
Ano 2016/2017: -

Observações relativas ao indicador 2:



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 3

Município de Alfândega da Fé

Implementação do Programa Bandeira Azul

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Ed. Ambiental/EDS; Ambiente Marinho e Costeiro	ABAE	R	IC	INU	2,0 (+ 0,5)

INFORMAÇÃO PRÉVIA

01 - N.º de praias marítimas ou de transição no concelho:

02 - N.º de praias fluviais no concelho:

03 - N.º de bandeiras arriadas em 2015:

04 - N.º de bandeiras arriadas em 2016:

Nota:

Ver "Sistema de Pontuação e Critérios" do indicador 3 no Guia de Apoio.

A - PRAIAS COSTEIRAS OU DE TRANSIÇÃO

Nota:

Todos os campos são pré-preenchidos pela ABAE.

A1 - N.º de praias marítimas ou de transição com bandeira azul

A1.1 - em 2015:

A1.2 - em 2016:

A2 - % de praias marítimas ou de transição com bandeira azul

A2.1 - em 2015:

[A2.1 = (A1.1 / 01) × 100]

A2.2 - em 2016:

[A2.2 = (A1.2 / 01) × 100]

Observações relativas ao sub-indicador A:

B - PRAIAS FLUVIAIS

Nota:

Todos os campos são pré-preenchidos pela ABAE.

B1 - N.º de praias fluviais com bandeira azul

B1.1 - em 2015:

B1.2 - em 2016:

B2 - % de praias fluviais com bandeira azul

B2.1 - em 2015:

[$B2.1 = (B1.1 / 02) \times 100$]

B2.2 - em 2016:

[$B2.2 = (B1.2 / 02) \times 100$]

Observações relativas ao sub-indicador B:

C - ACESSIBILIDADE À PRAIA E AO MAR

Nota:

Todos os campos são pré-preenchidos pela ABAE.

C1 - N.º de praias acessíveis em 2016:

C2 - % de praias com bandeira azul acessíveis em 2016: [$C2 = (C1 / (A1.2 + B1.2)) \times 100$]

C3 - Existência de um serviço em 2016?

Sim Não

C4 - Existência de cadeira anfíbia em 2016?

Sim Não

Observações relativas ao sub-indicador C:

D - ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

D1 - Pontuação nas atividades de educação ambiental avaliadas pela APA (%):

Observações relativas ao sub-indicador D:

Observações relativas ao indicador 3:



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 4

Município de Alfândega da Fé

Cidadania, Governança e Participação

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Instituições	Município; CCDRs; SRA Açores; DROTA Madeira; ICS; APA	R	IC	IU	7,0 (+ 0,5)

INFORMAÇÃO PRÉVIA

01 - N.º de eleitores do concelho: 02 - Orçamento municipal global anual em 2016 (€):

A - MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA FORMAIS

A1 - Assembleias Municipais em 2016

Nota: não inclui os membros da assembleia

A1.1 - N.º total de assembleias (ordinárias e extraordinárias) em 2016: A1.2 - N.º total de presenças nas assembleias em 2016: A1.3 - Taxa de presenças em assembleias em 2016: [A1.3 = ((A1.2/A1.1)/01) × 100]

A1.4 - Comprovativo do registo de presenças nas assembleias:

Nota: indicador complementar, pontuável em 2018

 Anexo- Registo presenças assembleia.pdf (985.5 kB)

A1.5 - Utilizam o Live Streaming?

Nota: indicador complementar, pontuável em 2018

 Sim Não

A2 - Reuniões públicas de Câmara em 2016

A2.1 - N.º de reuniões públicas (ordinárias e extraordinárias) em 2016: A2.2 - N.º total de presenças nas reuniões em 2016: A2.3 - Taxa de participação nas reuniões públicas: [A2.3 = ((A2.2/A2.1)/01) × 100]

A2.4 - Comprovativo do registo de presenças nas reuniões:

Nota: indicador complementar, pontuável em 2018

A2.5 - Utilizam o Live Streaming?

Nota: indicador complementar, pontuável em 2018

 Sim Não
A3 - Reclamações/sugestões/contributos registadas formalmente (tipologia e total) em 2016

Nota: reclamações de todos os serviços da Câmara, incluindo serviços municipalizados

A3.1 - Número total de reclamações/sugestões/contributos recebidas em 2016:

[A3.1 = A3.1.1 + A3.1.2 + A3.1.3 + A3.1.4]

A3.1.1 - por e-mail: **A3.1.2 - por ficha de atendimento:** **A3.1.3 - por livro amarelo:** **A3.1.4 - outro (Portal Minha Rua, app mobile):** **A3.1.4.1 - Indique qual:** **A3.2 - N.º de reclamações/sugestões/contributos recebidas face ao número de eleitores:**

[A3.2 = (A3.1/01) × 100]

A3.3 - Número de reclamações/sugestões/contributos resolvidas em 2016: [A3.3 = A3.3.1 + A3.3.2 + A3.3.3 + A3.3.4]**A3.3.1 - por e-mail:** **A3.3.2 - por ficha de atendimento:** **A3.3.3 - por livro amarelo:** **A3.3.4 - outro:** **A3.3.4.1 - Indique qual:** **A3.4 - Taxa de reclamações/sugestões/contributos resolvidas face ao n.º de eleitores:** [A3.4 = (A3.3/A3.1) × 100]**A4 - Participação em projetos/planos/programas sujeitos a consulta pública****A4.1 - N.º total de projetos de projetos/planos/programas sujeitos a consulta pública:** **A4.2 - N.º de participantes nos projetos/planos/programas sujeitos a consulta pública:** **A4.3 - Taxa de participação na consulta pública de projetos/planos/programas:** [A4.3 = (A4.2/A4.1) × 100]**A5 - Outros mecanismos de participação formal não obrigatórios em 2016****A5.1 - N.º de outros mecanismos não obrigatórios:**

A5.2 - Nome dos outros mecanismos não obrigatórios:

Discussão Pública Reforma da Floresta (100 participantes)
 Rede de Apoio ao empreendedor sustentável do sabor| Formação para empreendedores (18 participantes)
 Sessão alerta DECO (10 participantes)
 BLC3 – Sessão de esclarecimento (8 participantes)
 Medida 10 – LEADER/PDR 2020 (12participantes)
 Novos fundos comunitários (15 participantes)

A5.3 - N.º de participantes em todos os mecanismos: **A5.4 - Objetivos/descrição dos mecanismos:**

Discussão Pública Reforma da Floresta
 Objetivo: Promover o envolvimento direto das autarquias, associações e organizações do setor, instituições de ensino e sociedade civil na reforma da Floresta.
 Descrição dos mecanismos: A sessão decorreu na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, contou com a presença do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Luís Capoulas Santos.
 Esta ação integrou um conjunto de debates e apresentações sobre a Reforma da Floresta cujo objetivo foi promover o envolvimento direto das autarquias, associações e organizações do setor, instituições de ensino e sociedade civil neste processo.

Rede de Apoio ao empreendedor sustentável do sabor| Formação para empreendedores
 Objetivo: Formar e capacitar os participantes de modo a que o seu projeto se possa transformar em realidade.
 Descrição dos mecanismos: A formação decorreu no auditório da Biblioteca Municipal, contemplou temas ligados às questões estratégicas do Baixo Sabor e do seu potencial de negócio, às novas tecnologias no apoio ao micro-negócio, ao mercado e estratégias de marketing, aos aspetos legais ligados às atividades económicas e sua viabilidade económica e financeira. Esta assume-se como uma forma de apoiar os municípios no processo de criação do próprio emprego, estimulando e desenvolvendo o seu espírito empreendedor e contribuindo assim para promover o desenvolvimento económico do concelho.
 Sessão alerta DECO
 Objetivo: Identificar as práticas desleais; Evitar ser vítima de práticas agressivas; Atuar perante uma venda agressiva
 Descrição dos mecanismos: Esta formação/sessão decorreu na Liga dos Amigos do Centro de Saúde – Alfândega da Fé onde foram abordados algumas práticas enganosas e agressivas aos consumidores, bem como alguns mecanismos de atuação em caso de venda agressiva.

BLC3 – Sessão de esclarecimento
 Objetivo: Apresentar a associação BLC3
 Descrição dos mecanismos: Ao longo da sessão foi apresentada a associação sem fins lucrativos, que tem como finalidade "promover o exercício de atividades de estímulos apoio à criação e ao desenvolvimento de modelos de negócio associados aos potenciais da região de Alfândega da Fé e a conceitos emergentes e novos, em articulação com o instituto Politécnico de Bragança e com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro"; "desenvolvimento tecnológico e de industrialização da região de Alfândega da Fé"; "atividades de literacia científica, desenvolvimento do potencial criativo e tecnológico nas escolas", bem como, "a inovação e o apoio aos diversos sectores da atividade económica no seu âmbito de atuação"

Medida 10 – LEADER/PDR 2020
 Objetivo: Incentivar os Investimento, a transformação e a comercialização agrícola
 Descrição dos mecanismos: Esta sessão decorreu na Biblioteca municipal de Alfândega da Fé, foi dinamizada pela DESTEQUE, foram abordados aviso nº 001/Desteque/10.2.1.1/10.2.1.2/ 2016 – Pequenos investimentos nas explorações agrícolas e Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas.

Novos Fundos Comunitários
 Objetivo: Dar a conhecer os novos fundos comunitários Portugal 2020
 Descrição dos mecanismos: Esta ação decorreu no Auditório da Biblioteca Municipal de Alfândega da Fé, foram abordados os seguintes temas: Portugal 2020 – Enquadramento Geral & Compete 2020; PDR 2020; Outros Sistemas de Incentivos; Sessões Paralelas de Enquadramento de Projetos.

A5.5 - Taxa de participação em outros mecanismos de participação formal não obrigatórios:

[A5.5 = (A5.3/01) × 100]

A5.6 - Realiza inquéritos de satisfação/aferição em processos de qualidade: Sim Não**A5.6.1 - Anexe um exemplo de inquérito de satisfação aplicado:** Anexo - Inquérito de Satisfação em Processos de Qualidade aos Municípios 2016.xls (131.5 kB)**A5.7 - Indique a data da aplicação:**

Observações relativas ao sub-indicador A:

Anexo- Nº de eleitores do concelho

Anexo- Orçamento municipal global 2016

Anexo- Registo presenças assembleia

Anexo- http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=208

Anexo- <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/300>

Anexo- Relatório reclamações e sugestões 2016

Anexo- Cartaz Exportar +

Anexo- Relatório Mayors Adapt 1ª Reunião Parceiros Locais

Anexo- Mayors Adapt http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=249

Anexo- Projeto Artístico Voltagem EDP – Assembleias Comunitárias

Anexo- Cartaz Discussão Pública Reforma da Floresta

Anexo- http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=293

Anexo- Nº de Participantes Discussão Pública Reforma da Floresta

Anexo- Cartaz Empreendedor Sustentável

Anexo- 1ª Fase Empreendedor Sustentável do baixo Sabor

Anexo- 2ª Fase Empreendedor Sustentável do baixo Sabor

Anexo- Formação para empreendedores http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=275

Anexo- Cartaz Alerta DECO

Anexo- Protocolo BLC3

Anexo- Polos BLC3 <http://www.blc3.pt/?lang=pt>

Anexo- Cartaz Medida 10 – LEADERPDR 2020

Anexo- Cartaz Novos Fundos Comunitários

Anexo - Inquérito de Satisfação em Processos de Qualidade aos Municípios 2016

Anexo- Relatório de Satisfação em Processos de Qualidade aos Municípios 2016

Anexo- Relatório de Satisfação em Processos de Qualidade aos Colaboradores 2016

Anexo- Relatório de Satisfação em Processos de Qualidade Ação Social 2016

B - AGENDA 21 LOCAL OU PROCESSO ESTRUTURADO SIMILAR EM 2016**B1 - Processos ativos em 2016**

B1.1 - Existência de processos ativos (agenda 21 Local outro processo estruturado de participação com atividades previstas de promoção da participação pública e da sustentabilidade local)?

Sim Não

B1.2 - Nome dos processos ativos:

Agenda 21 Local de Alfândega da Fé, Conselho Municipal da Juventude e Conselho Municipal Sénior.

B2 - Plano de Ação / Implementação de atividades desenvolvidas em 2016

1

B2.1 - Nome da atividade:

Incentivo à deslocação pedonal | Comemoração do Dia Europeu Sem Carros

**B2.2 - Breve descrição:
(diagnóstico, estratégias, metas, objetivos...)**

Esta atividade teve como objetivos: Inculcar novos hábitos e contribuir para a educação e formação da comunidade escolar; Sensibilizar as crianças para a utilização de transportes alternativos, por exemplo as bicicletas como meio de transporte quotidiano; Aumentar a qualidade de vida da comunidade escolar e, por conseguinte, a da população geral; Demonstrar diferentes formas de mobilidade indo ao encontro das grandes orientações estratégicas comunitárias e nacionais, numa lógica de sustentabilidade. O município de Alfândega da Fé, participa anualmente na EuropeanMobilityWeek onde é efetuado um registo no site <http://registration.mobilityweek.eu/login.php> e tem como compromisso a realização de ações relacionadas com a mobilidade. A comemoração do Dia Europeu Sem Carros, 22 de setembro, que tem como principal objetivo a consciencialização das populações para questões da mobilidade e qualidade de vida urbana. Assim, de modo a orientar a sociedade para uma nova cultura de mobilidade, as técnicas do ambiente organizaram uma ação, com as crianças do pré-escolar da Biblioteca Municipal, que se dividiu em duas fases: Inicialmente, as crianças foram reagrupadas e foi-lhes abordada a importância desta temática, seguidamente foi organizado um passeio de bicicleta pela ciclovia municipal, com intuito de, educar e sensibilizar os mais pequenos para a importância da redução das emissões poluentes provenientes do tráfego, bem como, inculcar novos hábitos sustentáveis.

B2.3 - Data

B2.3.1 - Início: 22/09/2016

B2.3.2 - Fim: 29/09/2016

B2.4 - Nº de participantes envolvidos: 26

**B2.5 - Avaliação:
(instrumentos e resultados)**

A avaliação foi efetuada através de um inquérito de avaliação (modelo específico para as crianças). Na análise efetuada ao inquérito, pode constatar-se que a atividade superou as expectativas, a maior parte das crianças avaliaram a ação como bastante satisfeito(a). Durante a ação o que gostaram mais foi do passeio de bicicleta pela ciclovia municipal, estratégia utilizada pelas técnicas de ambiente para incentivar a necessidade do uso racional dos transportes. (Ver: Anexo- Inquérito de Avaliação Dia Europeu Sem Carros e Anexo- Relatório Dia Europeu Sem Carros).

2

B2.1 - Nome da atividade:

Ateliers sobre consumo sustentável |Workshop - Mercadinho Aromático

**B2.2 - Breve descrição:
(diagnóstico, estratégias, metas, objetivos...)**

Este workshop teve como principais objetivos:; Identificar algumas ervas aromáticas e as suas potencialidades na cosmética, na medicina e na gastronomia; Conhecer alternativas naturais e explorá-las de forma a alcançar produções ecológicas a reduzido custo e de boa qualidade. No exterior do espaço, mesmo à entrada do edifício da Casa da Cultura, foi criada uma demonstração de “um jardim aromático em casa” com a reutilização de pneus devidamente decorados. Já no interior do espaço foram criados três pontos de venda de produtos locais, nomeadamente de licores aromáticos, queijos aromáticos, plantas aromáticas e infusões. Contou-se com a colaboração das seguintes empresas: “Licores da terra- Deolinda Rodrigues”, “Queijaria – Alto das Fontes” e “Mais ervas”. No local estavam disponíveis, também, as seguintes exposições: - Exposição de painéis “Biodiversidade em Trás-os-Montes” disponibilizada pela Europe direct de Bragança; - Exposição real de plantas aromáticas e medicinais – Orador Eng.º Afonso Menezes; - Exposição e demonstração de dicas naturais, nomeadamente o repelente natural de insetos; reparador de pontas espigadas; esfoliante natural de alfazema e banho relaxante/refrescante para os pés. No decorrer do Mercadinho, foi dinamizado um workshop de culinária onde foi demonstrada a confeção de biscoitos aromáticos, (orégãos). Todos os participantes interagiram bastante durante o workshop e experimentaram, saborearam gratuitamente os biscoitos.

B2.3 - Data**B2.3.1 - Início:**

17/04/2016

B2.3.2 - Fim:

17/04/2016

B2.4 - N° de participantes envolvidos:

112

**B2.5 - Avaliação:
(instrumentos e resultados)**

A avaliação da ação foi efetuada com a distribuição de um Inquérito de avaliação. Na análise efetuada aos inquéritos, pode concluir-se que o Mercadinho Aromático superou as expectativas e os objetivos iniciais propostos foram cumpridos e atingidos. A temática das plantas aromáticas foi bastante apelativa e cativou o interesse da população em geral. Os participantes demonstraram-se bastante satisfeitos (Ver: Anexo- Relatório Mercadinho Aromático)

3

B2.1 - Nome da atividade:

Educação Ambiental para crianças e jovens | Ação de Sensibilização "Gestão de Resíduos"

**B2.2 - Breve descrição:
(diagnóstico, estratégias, metas, objetivos...)**

Esta atividade teve como principais objetivos: Dar a conhecer aos alunos a Empresa da Resíduos do Nordeste; Estimular o interesse pela preservação do ambiente, inculcando boas práticas. Informar sobre o conceito de gestão de resíduos; Conhecer o processo de tratamento, valorização e eliminação de resíduos urbanos no sistema de gestão Resíduos do Nordeste; Fundamentar a importância da reciclagem. A ação decorreu no auditório do Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé e foi orientada pela Eng^a Bárbara, técnica da Resíduos do Nordeste, que se deslocou até ao local para dinamizar e colaborar nesta iniciativa. Esta sessão consistiu, sobretudo, numa explicação e demonstração de todo o funcionamento da Resíduos do Nordeste e o seu papel importante na gestão de resíduos nos municípios aderentes. Mais uma vez, esta iniciativa teve como principal enfoque alertar os alunos para a importância da separação correta de resíduos.

B2.3 - Data**B2.3.1 - Início:** 08/04/2016**B2.3.2 - Fim:** 08/04/2016**B2.4 - N.º de participantes envolvidos:** 41**B2.5 - Avaliação:
(instrumentos e resultados)**

A avaliação da ação foi efetuada com a distribuição de um Inquérito de avaliação. De um modo geral, e mediante a análise efetuada aos inquéritos, constatamos que a maior parte inquiridos avaliaram a ação de forma bastante satisfatória (Ver: Anexo- Relatório Sessão Gestão de Resíduos).

B3 - Estrutura permanente de codecisão (grupo de trabalho coordenador do processo e estrutura de codecisão alargada à sociedade civil/comunidade)**B3.1 - Composição da estrutura de codecisão:
(nomes das organizações ou cidadãos que integram)**

Área Educativa e de Assistência: Agrupamento Vertical de Escolas do concelho de Alfândega da Fé; Centro de Saúde de Alfândega da Fé; Liga dos Amigos do Centro de Saúde de Alfândega da Fé; LEQUE- Associação de Países e Amigas de Pessoas com Necessidades Especiais; Biblioteca Municipal;; Associação Recreativa Alfundeguense; Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé; GNR; GIPS;; Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé;

Área Económica e Cultural: Associação de Comerciantes de Alfândega da Fé; Ferreira & Bebiano, Lda.; Probloc- Sociedade Industrial e Comercial de Blocos de Cimento, Lda.; Fernando Joaquim Vilares; Estalagem Nossa Senhora da Neves; M. C. Rabaçal & Aragão, Lda.; Amendouro - Comércio e Indústria de Frutos Secos, Lda.; Centro Cultural Mestre José Rodrigues; Banda Municipal de Alfândega da Fé; Grupo de Cantares de Alfândega da Fé; Carlos Alberto Rocha.

B3.2 - N.º de reuniões anuais, indicando a data da última reunião:

1, 20/09/2016

B3.3 - As decisões de fóruns/plenários desta estrutura possuem carácter vinculativo para o processo?
 Sim Não

Observações relativas ao sub-indicador B:

Anexo- Regulamento do Conselho Municipal da Juventude

Anexo- Conselho Municipal da Juventude: <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1007>

Anexo- Regulamento Conselho Municipal Sénior

Anexo- Conselho Municipal Sénior: <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1014>

Anexo- Plano de Ação A21L

Anexo- Relatório Dia Europeu Sem Carros

Anexo- Inquérito de Avaliação Dia Europeu Sem Carros

Anexo- Cartaz Mercadinho Aromático

Anexo- Registo de presenças Workshop MA

Anexo- Relatório Mercadinho Aromático

Anexo- Relatório Sessão Gestão de Resíduos

Anexo- Modelo do Inquérito de Avaliação da Ação

Anexo - RN 007 - REGISTO DE AÇÃO Gestão de Resíduos

Anexo - Registo de presenças Sessão Gestão de resíduos

Anexo- Lista de Presenças Reunião com os Agentes Locais

C - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**C1 - Tipo de orçamento participativo****C1.1 - Existência de OP consultivo?** Sim Não**C1.2 - Existência de OP vinculativo?** Sim Não**C1.3 - Outro?** Sim Não**C1.3.1 - Qual?**

Participativo

C2 - Descrição do orçamento participativo**C2.1 - Descrição do OP, indicando os processos de participação, divulgação e votação:**

No município existe:

Orçamento Participativo Jovem (OPJ) e o Orçamento Participativo Sénior (OPS).

O Orçamento Participativo Jovem é um processo democrático participado através do qual os jovens da comunidade decidem o destino de uma parte dos recursos públicos disponíveis. Os jovens são convidados a apresentar propostas sobre as prioridades do orçamento municipal e supervisionar a sua execução. Podem participar no Orçamento Participativo Jovem todos os cidadãos com idades compreendidas entre os 16 anos e os 35 anos, residentes, trabalhadores, estudantes e naturais, do concelho de Alfândega da Fé.

O OPJ assenta num modelo de carácter consultivo e deliberativo. A dimensão consultiva provém do período em que os jovens são convidados a apresentar as suas propostas de investimento. A dimensão deliberativa provém do facto de serem os membros do Conselho Municipal da Juventude, em plenário, a decidir, através de votação, as propostas vencedoras a incluir no Orçamento Municipal do ano seguinte.

O Orçamento Participativo Jovem do Município Alfândega da Fé tem um ciclo anual dividido em cinco períodos distintos: a) Avaliação e preparação; b) Recolha de propostas; c) Análise técnica das propostas; d) Votação das propostas; e) Apresentação pública dos resultados.

São realizadas ações de sensibilização nas escolas e associações locais de modo a dar a conhecer o Orçamento Participativo Jovem aos participantes.

A votação é realizada após a análise técnica, em plenário no Conselho Municipal da Juventude.

O Orçamento Participativo Sénior é uma iniciativa do Conselho Municipal Sénior e da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, que pretende dar a todos os cidadãos com mais de 60 anos, a possibilidade de participarem na tomada de decisões sobre os investimentos públicos municipais.

Os seniores são convidados a apresentar propostas sobre as prioridades do orçamento municipal e supervisionar a sua execução.

As propostas são apresentadas em formulário próprio e entregues nos serviços administrativos da Ação Social.

O Orçamento Participativo Sénior do Município de Alfândega da Fé assenta num modelo de carácter consultivo e deliberativo. A dimensão consultiva provém do período em que os idosos são convidados a apresentar as suas propostas de investimento.

São os membros do Conselho Municipal do Idoso, em plenário, que decidem, através de votação, as propostas vencedoras a incluir no Orçamento Municipal do ano seguinte.

O Orçamento Participativo Sénior do Município Alfândega da Fé está dividido em cinco períodos distintos: a) Avaliação e preparação; b) Recolha de propostas; c) Análise técnica das propostas; d) Votação das propostas; e) Apresentação pública dos resultados.

São realizadas ações de sensibilização, de modo a dar a conhecer o Orçamento Participativo Sénior aos participantes.

A votação é realizada após a análise técnica, em plenário no Conselho Municipal do Idoso.

C3 - Peso no orçamento municipal**C3.1 - Valor alocado ao OP (€):** **C3.2 - Peso do OP no orçamento municipal:** [C3.2 = (C3.1 / 02) × 100]**C4 - Projetos inscritos****C4.1 - N.º de projetos inscritos no OP:**

C4.2 - Taxa de projetos inscritos no OP face ao n.º de eleitores: [C4.2 = (C4.1/01) × 100]

C5 - Projetos sujeitos a votação

C5.1 - N.º de projetos sujeitos a votação:

C5.2 - N.º de votos nos projetos sujeitos a votação:

C5.3 - Taxa de votos nos projetos sujeitos a votação face ao n.º de eleitores: [C5.3 = (C5.2/01) × 100]

C6 - Projetos aprovados para implementação

C6.1 - N.º projetos aprovados para implementação:

C6.2 - N.º votos nos projetos aprovados para implementação:

C6.3 - Taxa de votos nos projetos aprovados para implementação: [C6.3 = ((C6.2/C5.2)/01) × 100]

C6.4 - Indique o nome do projeto aprovado para implementação mais votado:

Parque Infantil – Loteamento Vale do Abade – Alf. da Fé – O projeto visa a instalação de um parque infantil no loteamento vale do Abade, que promova o convívio entre as muitas crianças que residem naquela zona da vila. Contempla um combinado (torre + esco

D - OUTROS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA INFORMAIS (PLATAFORMAS VIRTUAIS, REDES SOCIAIS, ETC.)

D1 - Plataformas virtuais interativas no momento da candidatura

D1.1 - Existe uma ferramenta de participação pública virtual associada à página do município?

Sim Não

D1.1.1 - Link da página:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1287>

D1.2 - Nº de ocorrências registadas na plataforma no momento da candidatura:

D1.3 - % ocorrências face ao número de eleitores: [D1.3 = (D1.2 / 01) × 100]

D1.4 - Existe partilha pública dos resultados/respostas/resolução de ocorrências?

Sim Não

D1.4.1 - Desde quando (mês/ano):

D1.4.2 - Como é realizada a partilha:

Elaboração de um Relatório com os resultados, as respostas e as resoluções que é divulgado no site do Município para consulta.

D2 - Redes sociais no momento da candidatura (links)

D2.1 - Página no FB (link):

<https://www.facebook.com/Munic%C3%ADpio-Alf%C3%A2ndega-da-F%C3%A9-1058778457483672/>

D2.2 - Página noutra rede social (links): (ex: Twitter, Youtube, Instagram, etc.)

[município_alfandegadafe https://www.instagram.com/municipio_alfandegadafe/?hl=pt](https://www.instagram.com/municipio_alfandegadafe/?hl=pt)

D2.3 - Nº de seguidores (na rede social com maior número de seguidores) à data da candidatura:

D2.4 - % de seguidores à data da candidatura: [D2.4 = (D2.3 / 01) × 100]

D2.5 - Exemplos de interações com munícipes nas redes sociais: (grupo, respostas a comentários, inquéritos, outras...)

Anexo - % De Seguidores facebook
Anexo- Alcance da publicação no facebook
Anexo- Divulgação Eco XXI facebook
Anexo- Numero liquido de gostos no facebook
Anexo- Reações, comentários e partilhas no facebook
Anexo- Vista Geral no facebook

Observações relativas ao indicador 4:

Anexo - Decisão da aprovação das propostas OP Sénior

Anexo- Regulamento_OPJ

Anexo - Decisão de votação das propostas OP Jovem

Não existe Comprovativo do registo de presenças nas reuniões de câmara.

Documentação anexa relativa ao indicador 4:

-  Anexo- 1ª Fase Empreendedor Sustentável do baixo Sabor.pdf (412 kB)
-  Anexo- 2ª Fase Empreendedor Sustentável do baixo Sabor.pdf (636.6 kB)
-  Anexo- Cartaz Alerta DECO.pdf (737.8 kB)
-  Anexo- Cartaz Discussão Pública Reforma da Floresta.jpg (171.3 kB)
-  Anexo- Cartaz Empreendedor Sustentável.pdf (423.4 kB)
-  Anexo- Cartaz Medida 10 – LEADERPDR 2020.pdf (1.7 MB)
-  Anexo- Cartaz Novos Fundos Comunitários.pdf (586.6 kB)
-  Anexo- Cartaz Sessão Pública Pistácio.jpg (3.8 MB)
-  Anexo- Exportar +.pdf (461.6 kB)
-  Anexo- Mayors Adapt 1ª Reunião Parceiros Locais.pdf (1010.3 kB)
-  Anexo- nº de eleitores do concelho.pdf (909.9 kB)
-  Anexo- Nº de Participantes Discussão Pública Reforma da Floresta.pdf (208.9 kB)
-  Anexo- Orçamento municipal global 2016.pdf (111.6 kB)
-  Anexo- Projeto Artístico Voltagem EDP – Assembleias Comunitárias.pdf (426.5 kB)
-  Anexo- Protocolo BLC3.pdf (1.7 MB)
-  Anexo- Registo presenças assembleia.pdf (985.5 kB)
-  Anexo- Relatório de Satisfação em Processos de Qualidade Ação Social 2016.pdf (327.5 kB)
-  Anexo- Relatório de Satisfação em Processos de Qualidade aos Colaboradores 2016.pdf (456.4 kB)
-  Anexo- Relatório de Satisfação em Processos de Qualidade aos Municípios 2016.pdf (576 kB)
-  Anexo- Relatório reclamações e sugestões 2016.pdf (389.2 kB)
-  Anexo - Inquérito de Avaliação Dia Europeu Sem Carros.pdf (402.2 kB)
-  Anexo - Registo de presenças Sessão Gestão de resíduos.pdf (149.5 kB)
-  Anexo - RN 007 - REGISTO DE AÇÃO Gestão de Resíduos.pdf (141.4 kB)
-  Anexo- Cartaz Mercadinho Aromático.png (2.4 MB)
-  Anexo- Lista de Presenças Reunião com os Agentes locais.pdf (429.1 kB)
-  Anexo- Plano de Ação A21L.pdf (396 kB)
-  Anexo- Registo de presenças Workshop MA.pdf (1.2 MB)
-  Anexo- Regulamento Conselho Municipal Sénior.pdf (125.8 kB)
-  Anexo- Regulamento do conselho Municipal da Juventude.pdf (271.4 kB)
-  Anexo- Relatório Dia Europeu Sem Carros.pdf (676.3 kB)
-  Anexo- Relatório Mercadinho Aromático.pdf (1.6 MB)
-  Anexo- Relatório Sessão Gestão de Resíduos.pdf (592 kB)
-  Anexo - Decisão da aprovação das propostas OP Sénior.pdf (548.3 kB)
-  Anexo - Decisão de votação das propostas OP Jovem.pdf (715.1 kB)
-  Anexo- Regulamento_OPJ.pdf (57.2 kB)
-  Anexo - % De Seguidores facebook.pdf (188.9 kB)
-  Anexo- Alcance da publicação no facebook.pdf (178 kB)
-  Anexo- Divulgação Eco XXI facebook.pdf (284 kB)
-  Anexo- Facebook AF.pdf (315.9 kB)
-  Anexo- Instagram município_alfandegafe.pdf (290.1 kB)
-  Anexo- Numero liquido de gostos no facebook.pdf (196 kB)
-  Anexo- Reações, comentários e partilhas no facebook.pdf (178.2 kB)
-  Anexo- Vista Geral no facebook.pdf (178.8 kB)



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt

© 2012 Associação Bandeira Azul da Europa - Organização de Utilidade Pública reconhecida através do despacho n°9364/2009 publicado em D.R. de 30 de Março. | powered by Atelier35



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 5

Município de Alfândega da Fé

Informação disponível aos munícipes

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Instituições	Município; ICS; Internet	R	IC	IU	4,5 (+ 0,5)

A - INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA PELO MUNICÍPIO

A1 - Resultados da discussão pública

A1.1 - Disponível nos serviços?

 Sim Não

A1.2 - Disponível online?

 Sim Não

A1.2.1 - Link:

A1.3 - Outra forma. Qual?

A2 - Dados de monitorização ambiental

A2.1 - Disponível nos serviços?

 Sim Não

A2.2 - Disponível online:

 Sim Não

A2.2.1 - Link:

A2.3 - Outra forma. Qual?

A3 - Orçamento municipal

A3.1 - Disponível nos serviços?

 Sim Não

A3.2 - Disponível online?

 Sim Não

A3.2.1 - Link:

A3.3 - Outra forma. Qual?

A4 - Planos de Ordenamento (PDM, PU e PP)

A4.1 - Disponível nos serviços?

Sim Não

A4.2 - Disponível online?

Sim Não

A4.2.1 - Link:

A4.3 - Outra forma. Qual?

A5 - Projetos urbanísticos

A5.1 - Disponível nos serviços?

Sim Não

A5.2 - Disponível online?

Sim Não

A5.2.1 - Link:

A5.3 - Outra forma. Qual?

Divulgação das plantas dos projetos nos Mupis (espaço público) e através de cartazes nas feiras e certames organizados pelo município, divulgação através da newsletter ou sessões de esclarecimento

A6 - Concursos públicos (ex: pessoal, obras, outros)

A6.1 - Disponível nos serviços?

Sim Não

A6.2 - Disponível online?

Sim Não

A6.2.1 - Link:

A6.3 - Outra forma. Qual?

Publicados também nos locais de estilo habituais e DRE

A7 - Tarifários

A7.1 - Disponível nos serviços?

Sim Não

A7.2 - Disponível online?

Sim Não

A7.2.1 - Link:

A7.3 - Outra forma. Qual?

A8 - Editais

A8.1 - Disponível nos serviços?

Sim Não

A8.2 - Disponível online?

Sim Não

A8.2.1 - Link:

A8.3 - Outra forma. Qual?

A9 - Agenda de Sessões da Câmara

A9.1 - Disponível nos serviços?

Sim Não

A9.2 - Disponível online?

Sim Não

A9.2.1 - Link:

A9.3 - Outra forma. Qual?

A10 - Regulamentos municipais

A10.1 - Disponível nos serviços?

Sim Não

A10.2 - Disponível online?

Sim Não

A10.2.1 - Link:

A10.3 - Outra forma. Qual?

A11 - Outra informação disponível, qual?

A11.1 - Disponível nos serviços?

Sim Não

A11.2 - Disponível online?

Sim Não

A11.2.1 - Link:

A11.3 - Outra forma. Qual?

Observações relativas ao sub-indicador A:

A informação relativa a A11 encontra-se nos seguintes Links:

Património Municipal: http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1302?folder_id=726

PAF e Impostos Municipais: <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1302>

Contratação Pública: <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1305>

Direito de Oposição <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1306>

Planos Municipais: <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1311>

Protocolos/ Contas Interadministrativos/Contratos Programa <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1312>

Recursos Humanos: <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1313>

Relatório de Reclamações e Sugestões: <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1315>

Atas das Reuniões de Câmara http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1316?folder_id=655

Deliberações Reuniões de Câmara: http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1316?folder_id=662

Atas da Assembleia Municipal: http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1240?folder_id=617

Deliberações Assembleia Municipal: http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1240?folder_id=621

Calendarização das Sessões Assembleia Municipal: http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1240?folder_id=625

informações atividade Municipal: http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1240?folder_id=626

Documentação anexa relativa ao sub-indicador A:

B - TEMÁTICAS EXPLORADAS ONLINE

Nota:

O indicador tem bónus (ver "Sistema de Pontuação e Critérios" do indicador 5 no Guia de Apoio).

B1 - RSU/ Política dos 3 R's:

Sim Não

B1.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

1. Recolha seletiva de resíduos, informação sobre este processo e panfleto informativo
2. Ecocentro de Alfândega da Fé, informação sobre este serviço, destinado à receção de resíduos para deposição seletiva, com volumes de capacidade superior aos ecopontos e, eventualmente, com processos mecânicos de preparação dos resíduos para encaminhamento para reciclagem.
3. Monstros Domésticos, informação sobre a recolha e tratamento destes resíduos <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1166>
Resíduos - Óleos Alimentares Usados. Os Óleos Alimentares Usados (OAU) são, na sua maioria, colocados no lixo ou lançados nos sistemas de drenagem de águas residuais. Esta ação provoca a poluição da água, do solo e a obstrução dos filtros que existem nas ETAR's dificultando o seu funcionamento. Disponibilizada informação sobre a recolha deste tipo de resíduos e panfleto sobre os óleos alimentares usados.
4. Plano Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos - Documento orientador das necessidades e ações previstas até ao ano 2020. Tem como objetivo o cumprimento das metas definidas para o Sistema Resíduos do Nordeste, em matéria de gestão de resíduos urbanos.
5. Plano Municipal do Ambiente- Documento – Documento onde está vertida a estratégia em termos ambientais do município.

B1.2 - Link:

1. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1164>; 2. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1162>; 4. <http://www.cmalfandegadafe.pt/pages/1270>; 5- <http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1146>

B2 - Requalificação urbana:

Sim Não

B2.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

1. Relatório Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Zona Histórica de Alfândega da Fé
2. Constituição da ARU - INF e Deliberação; Aviso-Constituição da ARU da Zona Histórica de Alfândega da Fé; Publicação da ARU no Diário da República
3. Delimitação da ARU – Planta

B2.2 - Link:

1. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/909>; 2. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/908>; 3. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/910>

B3 - Alterações Climáticas:

Sim Não

B3.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

1. Adesão à hora do Planeta – Movimento Global contra as alterações climáticas ao qual à Câmara se associou, apagando as luzes durante a hora do planeta nos principais edifícios municipais. O Município integra esta iniciativa desde 2011.
2. Adesão ao "Mayors Adapt", assumindo uma estratégia de adaptação às alterações climáticas. Um compromisso em adotar medidas que permitam a adaptação aos impactos inevitáveis das alterações climáticas. O "Mayors Adapt" é um programa comunitário que visa aumentar o apoio às instituições locais, criando uma a plataforma que permita um trabalho em rede, contribuindo para a sensibilização e consciencialização da população sobre a temática. Notícia sobre a temática.
3. Plano adaptação às alterações climáticas- Doc's
IrRADIARE-PAAC-Apresentação Alfândega da Fé
IrRADIARE-PAAC-Versão Preliminar
IrRADIARE-Avaliação Medidas-PAAC
4. Plano Municipal do Ambiente- Documento – Documento onde está vertida a estratégia em termos ambientais do município.

B3.2 - Link:

1. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1346> 2. http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=148
3. http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=328 4. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1146>

B4 - Qualidade do ar:

Sim Não

B4.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

Boletim de Ensaio|2ª Campanha_2014
AHBS Fichas Operacionais RTAA24 2014
APA| Emissões Poluentes Atmosféricos
Manual de Boas Práticas Ambientais em Obra
Respirar Melhor a Norte - CCDRn

B4.2 - Link:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1345>

B5 - Agenda 21 Local:

Sim Não

B5.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

Fórum Agenda 21 Local
Convite
Guião de Apoio
Resultados do Fórum
Lista Agentes Comunidade
Diagnóstico
Guião de Diagnóstico I
Guião de Diagnóstico II
Plano de Ação Agenda 21 Local
Plano de Ação
Portugal Participa

B5.2 - Link:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1149/>

B6 - Biodiversidade:

Sim Não

B6.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

Reserva da Biosfera da Meseta Ibérica

B6.2 - Link:

http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=342

B7 - Água / Recursos Hídricos:

Sim Não

B7.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

1. Em Alfândega da Fé a pesca assumiu, há já muitos anos atrás, um estatuto importante para o concelho e para a população. Informação relativa às zonas de pesca do concelho:
2. Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sabor
3. Informação referente ao tema águas e saneamento: Docs Disponíveis: Regulamento Municipal de Abastec. de Água e Saneamento; Mapa do Concelho - Águas e Saneamento; tarifários; AVISO - Leitura e Cobrança de Água
4. Edital| Controlo da qualidade da água para consumo humano nas zonas de abastecimento do concelho de Alfândega da Fé(2ºtrimestre)
Edital| Controlo da qualidade da água para consumo humano nas zonas de abastecimento do concelho de Alfândega da Fé(3ºtrimestre)
Edital| Controlo da qualidade da água para consumo humano nas zonas de abastecimento do concelho de Alfândega da Fé(4ºtrimestre)
em: <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/582>

B7.2 - Link:

1. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1182>; 2. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1323>; 3. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/585>; 4. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/582>

B8 - Agricultura Biológica / Agricultura Sustentável:

Sim Não

B8.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

1. Projeto Hortas Biológicas – Projeto que visa promover a agricultura Biológica, permitindo à população produzir o que consome e incentivando o desenvolvimento de consciência Ecológica.
2. Reabilitação do Regadio Agrícola da Camba. A obra, inserida no projeto Reabilitação do Aproveitamento Hidroagrícola da Camba, resulta da parceria do Município de Alfândega da Fé e da Junta de Agricultores da Camba, numa candidatura efetuada ao Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020).
3. Os Lugares do Azeite Transmontano- Projeto que visa promover a valorização e divulgação deste produto e cultura associada.
4. Simpósio de Inovação, Competitividade e Sustentabilidade em Frutos Secos, Fruteiras e Olival. Uma iniciativa apoiada pelo município que visou a promoção da inovação e do investimento na área agrícola.

B8.2 - Link:

1. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1157>; 2. http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=355; 3. http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=354; 4. http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=347

B9 - Desertificação / Qualidade dos Solos:

Sim Não

B9.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

- Projeto Ordenamento e recuperação de povoamentos., onde foram efetuadas as seguintes ações:
- Realização de Sementeiras de espécies de cobertura de solo, no sentido de favorecer a cobertura vegetal do território de forma a diminuir os efeitos erosivos.
 - Instalação de barreiras de troncos segundo as curvas de nível, de forma a contrariar os efeitos decorrentes da escarificação superficial assim como diminuir os efeitos erosivos de uma forma geral.
 - Abertura de regos segundo as curvas de nível.

B9.2 - Link:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/imprensa/780> <http://www.cm-alfandegadafe.pt/imprensa/800> <http://www.cm-alfandegadafe.pt/informacoes/159>

B10 - Floresta:

Sim Não

B10.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

- 1 Gabinete Técnico Florestal
Este gabinete tem como objetivo centralizar as atribuições da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI), ao nível Municipal, traduzidas em ações de defesa da floresta contra incêndios (DFCI).
2. Informação sobre:
 - Queimas e Queimadas
 - Ações de Arborização
 - Podas e Cortes de Espécies Protegidas
3. Pela Floresta Autóctone- Ação de sensibilização:

B10.2 - Link:

1. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/806>; 2. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/8093>; 3. http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=283

B11 - Incêndios:

Sim Não

B11.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

1. Incêndios Florestais - Prevenção. O Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Alfândega da Fé – PMEPCAF é um plano de âmbito geral, elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem para o âmbito territorial e administrativo do município de Alfândega da Fé, aprovado a 28 de janeiro de 2014.
2. Plano Municipal de defesa da Floresta Contra incêndios – é um instrumento orientador e dinâmico das diferentes ações no âmbito da defesa da floresta contra incêndios.
3. Plano Operacional Municipal é um plano expedito de carácter operacional municipal, que articula os recursos humanos e meios disponíveis das várias entidades intervenientes no processo ao nível da vigilância, deteção, fiscalização, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-rescaldo. Este plano é revisto e atualizado anualmente.

B11.2 - Link:

1. http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1311?folder_id=827; 2. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/813>; 3. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/815>

B12 - Pobreza / Integração Social:

Sim Não

B12.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

1. Apoios a estratos sociais desfavorecidos, O apoio a estratos sociais desfavorecidos surge numa linha de política de combate à pobreza e exclusão social. Num estado de crise generalizado o Município tem como objetivo proporcionar aos seus munícipes meios que contribuam para a progressiva inserção social e conseqüente melhoria das condições de vida.
2. Regulamento de Apoio a estratos sociais desfavorecidos Destina-se a estabelecer as regras de apoio social a pessoas e agregados familiares, comprovadamente carenciadas, e residentes no Concelho de Alfândega da Fé.
3. Regulamento do Fundo Social de Apoio à Habitação – Documento que regulamenta as condições de acesso ao Fundo Social de Apoio à Habitação. Um fundo destinado à criação de condições mínimas de conforto e salubridade em alojamentos de famílias carenciadas residentes no Concelho de Alfândega da Fé, em vigor desde 3 de fevereiro de 2011.
4. Regulamento Cartão Municipal Sénior - O Cartão Municipal Sénior tem por objetivo facultar, à população mais desfavorecida, apoio em diversas áreas, traduzida em regalias e benefícios que lhes propiciem melhores condições de vida. O regulamento estabelece as regras de adesão e utilização do Cartão Municipal Sénior, no Concelho de Alfândega da Fé, em vigor desde 2008.
5. Rede Social- O Programa tem como objetivo: garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas locais no concelho através do Planeamento Integrado e Sistemático das políticas sociais, mobilizando as competências, as sinergias e os recursos institucionais a nível local. Alfândega da fé aderiu a este programa coma constituição do Conselho Local de ação social em 30 de setembro de 2004. Disponibilizadas atas, Diagnóstico Social do concelho de Alfândega da Fé – última atualização em 01 de março de 2012, trata-se de um documento que analisa a realidade social do Concelho de Alfândega da Fé, juntamente com os seus problemas, necessidades e recursos.
6. Plano de ação - definição das ações a desenvolver pela Rede Social de Alfandega da Fé com vista a responder às principais problemáticas sociais a nível local, nomeadamente pobreza e exclusão social, planificação anual.
7. Projeto de teleassistência para Seniores isolados e carenciados. Um projeto piloto que visa apoiar esta população quando se verificam situações de emergência.
8. Marcha contra a Violência Doméstica - A Marcha Solidária contra a Violência Doméstica surgiu no âmbito das comemorações do Dia Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Violência Contra as Mulheres, que se assinalou a 25 de novembro. Esta data assume-se como uma forma de alertar a sociedade para os vários casos de violência contra as mulheres, nomeadamente casos de assédio sexual, maus tratos físicos e psicológicos. http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=295

B12.2 - Link:

- 1,2 e 3 ..<http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/574>; 4. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1121>; 5. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/570>; 6. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/57>; 7. http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=304

B13 - Mobilidade:

Sim Não

B13.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

1. Comissão Municipal de Trânsito- Em funcionamento desde 2010, a Comissão Municipal de Trânsito é um órgão consultivo da Câmara Municipal, para as questões de trânsito no concelho. Esta Comissão tem como função encontrar as soluções mais adequadas para superar estrangulamentos e constrangimentos rodoviários, com vista ao ordenamento do trânsito. Regulamento Municipal de Trânsito – No seguimento da instalação da Comissão Municipal de Trânsito está em vigor, desde, o regulamento que regula questões relacionadas com o trânsito e circulação.
2. DocS-Plano de Ação da Rede Viária Municipal - CIM-TTM -estudo faz a análise, diagnóstico e caracterização da rede viária municipal, com vista a otimizar a mobilidade intermunicipal no espaço da NUT III das Terras de Trás-os-Montes, garantindo melhores condições de acessibilidade em patamares mais razoáveis de distância-tempo que favoreçam a qualidade de vida dos habitantes e incrementem os níveis de competitividade económica e territorial e os fatores de coesão social e acessibilidade aos centros de oportunidades, para um desenvolvimento sustentado e harmonioso da região das Terras de Trás-os-Montes.
3. Doc. Estudo de Mobilidade e Transportes - CIM-TTM- Estudo com vista à implementação de um sistema de transportes intermunicipal que supra a dificuldades de mobilidade e conseqüente acesso a serviços da população.
4. Projeto Cidades e Vilas de excelência/Doc Plano de ação local- Assente em dois eixos prioritários o de uma “vila acessível para todos” e de uma “Vila Turística” o plano compreende as medidas a implementar com vista à prossecução destes objetivos.

B13.2 - Link:

1. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/846>; 2. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1344>; 3. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1342>; 4. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/905>;

B14 - Habitação:

Sim Não

B14.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

- 1.Regulamento do Fundo Social de Apoio à Habitação – Documento que regulamenta as condições de acesso ao Fundo Social de Apoio à Habitação. Um fundo destinado à criação de condições mínimas de conforto e salubridade em alojamentos de famílias carenciadas residentes no Concelho de Alfândega da Fé, em vigor desde 3 de fevereiro de 2011.
2. Regulamento de Utilização de Habitações Sociais de Gestão ou Promoção Municipal - Uniformizar critério de utilização das habitações sociais para salvaguardar um melhor ambiente dos espaços, relação entre vizinhos e preservação das habitações e respectivos equipamentos

B14.2 - Link:

1. <http://www.cmalfandegadafe.pt/accaoSocial/133>; 2.<http://www.cm-alfandegadafe.pt/accaoSocial/67>

B15 - Saúde:

Sim Não

B15.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

1. Adesão á rede de Municípios saudáveis. Uma associação de municípios que com base na partilha de experiências e trabalho colaborativo pretende a criação de municípios que apostem na promoção da saúde com vista à melhoria da qualidade de vida da população. Para tal a Câmara Municipal tem em elaboração um Plano Municipal de promoção da Saúde.
2. Unidade Móvel de saúde 2.- Um projeto assente numa política de saúde de proximidade resultante de um protocolo entre a Câmara Municipal, SantaCasa da Misericórdia e Centro de Saúde de Alfândega da Fé. Este equipamento tem por base a prevenção primária e o acompanhamento de casos onde o controle e acompanhamento são considerados fundamentais.
3. Unidade Domiciliária de Cuidados Paliativos- Resultante de um protocolo estabelecido entre a ULSNE, o Município e a Liga dos Amigos do Centro de Saúde de Alfândega da Fé. Visa acompanhar no domicilio doentes em fase terminal.
4. Rastreio do cancro Oral- Iniciativa promovida pela Delegação de Bragança da LPCC com o apoio do Município de Alfândega da Fé e da ULS do Nordeste - Centro de Saúde de Alfândega da Fé e da Liga de Amigos (LACSAF) que visou detetar ou despistar situações de cancro nas estruturas orais.

B15.2 - Link:

1. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/993> 2. http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=319 3.http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=313 4. http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=340

B16 - Educação:

Sim Não

B16.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

1. Regulamento das bolsas de estudo, do Município de Alfândega da Fé, são apoios pecuniários concedidos pela Câmara Municipal a alunos do ensino superior, em vigor desde 16 março de 2011.
2. Regulamento do “Concurso Professor João Baptista Vilares – Incentivo Ao Sucesso Escolar”. Concurso instituído com o objectivo de incentivar o sucesso escolar dos alunos que frequentam o Ensino Secundário na Escola EB 2,3/S de Alfândega da Fé. Regulamento aprovado em 2003, alterado em 2011.
3. Carta Educativa - A Carta Educativa é um documento estratégico fundamental para o Reordenamento da Rede Escolar e implementação da Política Educativa Municipal, tendo sido homologado pelo Ministério da Educação em 30 de outubro de 2006
4. Conselho Municipal de Educação - é uma estrutura de coordenação educativa de âmbito concelhio com total autonomia em relação aos órgãos do poder central, regional e local, cuja regulamentação cabe à Câmara.

Circuitos de Transportes Escolares- disponibilizada informação sobre o circuito de transportes escolares em vigor para o ano letivo 2014/2015

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/839>

Escola de Pais.nee - Um espaço de formação para famílias, com o objectivo de ajudar os pais a serem mais competentes a nível emocional e na relação parental. A escola de pais apresenta-se com um espaço de formação para famílias (preferencialmente famílias de crianças com necessidades especiais), estando igualmente aberto a técnicos de saúde, educação, e outras pessoas que lidam de perto com pessoas com incapacidades. Nesta escola será desenvolvido um programa edificado em três áreas curriculares: educação para a diferença, educação emocional e bem-estar e, educação parental (estratégias de intervenção e educação). Este projecto será realizado em colaboração com a Câmara Municipal de Alfandega da Fé.

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/836>

B16.2 - Link:

1. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/573>; 2. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/834>; 3. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/835>; 4. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/837>

B17 - Energia:

Sim Não

B17.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

1. Projeto Netfficity – Alfândega da Fé integra um projeto piloto de eficiência e optimização de recursos energéticos. Este projeto tem por base demonstrar a eficácia da monitorização e partilha de energia entre edifícios. Em 5 edifícios municipais estão a ser instalados dispositivos de produção de energia fotovoltaica e monitorização, aos municípios aderentes são fornecidos equipamentos para monitorizar os consumos e podem usufruir de descontos na fatura energética beneficiando da energia produzida em excesso pelos edifícios municipais.
2. Iluminação LED em todo o concelho. A Câmara Municipal está a preparar uma candidatura em conjunto com a agência de Energia de Trás-os-Montes para a substituição da iluminação pública convencional por iluminação a LED's em todo o concelho.
3. Sambade a primeira Aldeia do concelho com iluminação LED. Um projeto piloto com vantagens do ponto de vista ambiental e económico

B17.2 - Link:

1. http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=308 http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1118?news_id=320 2. http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=309 3. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages>

B18 - Outros temas disponíveis online ao município?

Sim Não

B18.1 - Descrição e/ou documentos disponíveis:

1. Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo - Com este gabinete pretende-se apoiar e incentivar a criação de mais e melhores perspectivas de negócio, promover o auto-emprego, constituindo uma mais-valia na sociedade e economia da região, e simultaneamente dar um contributo para as políticas de fixação de pessoas no concelho.
2. Gabinete de Apoio Produtor -está especialmente vocacionado para apoiar os produtores/agricultores concelhios na implementação e consolidação da sua atividade. Para além disso, este serviço tem também como atribuição a valorização e promoção dos produtos locais, promovendo a qualificação, controlando a qualidade e potenciando a marca chapéu "Terras de Alfândega".
3. Gabinete de Apoio ao Emigrante- Criado no âmbito de um protocolo entre o Município de Alfândega da Fé e a Direcção Geral de Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, tem como principal objectivo prestar um serviço gratuito ao emigrante ou ex-emigrante, residente ou não em Portugal, bem como aos seus familiares.
4. Gabinete de Apoio ao Consumidor- o Município de Alfândega da Fé pretende, com este Gabinete de Apoio ao consumidor, disponibilizar aos munícipes informações sobre o recurso ao crédito e gestão do orçamento familiar e apoiá-los sempre que o solicitarem.
5. Conselho Municipal Sénior - Órgão consultivo do Município que tem como principal função debater, analisar e pôr em prática programas e iniciativas direccionadas para a população sénior.
6. Orçamento Participativo Sénior - O Orçamento Participativo Sénior é uma iniciativa do Conselho Municipal Sénior e da Câmara Municipal de Alfândega da Fé , que pretende dar a todos os cidadãos com mais de 60 anos, a possibilidade de participarem na tomada de decisões sobre os investimentos públicos municipais.<http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1016>
7. Conselho Municipal Jovem - Órgão consultivo do Município instituído em 2010 com o objetivo claro de envolver os jovens nas dinâmicas sociopolíticas do concelho. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1007>
8. Orçamento Participativo Jovem - O Orçamento Participativo Jovem de Alfândega da Fé é uma iniciativa do Conselho Municipal da Juventude e da Câmara Municipal de Alfândega da Fé através da qual os jovens do concelho, dos 16 aos 35 anos, são convidados a apresentar propostas sobre as prioridades do orçamento municipal e supervisionar a sua execução. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1009>
9. Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento - É constituída por 15 Municípios Portugueses comprometidos com a realização de um trabalho mais estruturado e eficaz no combate à pobreza no âmbito das suas ações de Cooperação para o Desenvolvimento com entidades congéneres nos Países de Língua Oficial Portuguesa. Resulta de um trabalho de 3 anos de formação e capacitação de técnicos municipais e de sensibilização das respetivas chefias e munícipes para as questões da Cidadania Global e do Desenvolvimento. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1197>

B18.2 - Link:

1. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1104>; 2. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1098>; 3. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/580>; 4. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/581>; 5. <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1014>; 6

Observações relativas ao sub-indicador B:

Documentação anexa relativa ao sub-indicador B:

C - SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS ONLINE

Nota:

O indicador tem bónus (ver "Sistema de Pontuação e Critérios" do indicador 5 no Guia de Apoio).

Assinale os serviços que o município disponibiliza online

C1 - Correio eletrónico para sugestões e reclamações:

Sim Não

C2 - Descarregar e imprimir formulários:

Sim Não

C3 - Processos de consulta pública:

Sim Não

C3.1 - Indique o processo mais recente:

Processo de Revisão do PDM

C4 - Apoio ao utilizador (lista de FAQs, helpdesk, etc.):

Sim Não

C5 - Inquéritos aos cidadãos:

Sim Não

C5.1 - Indique o inquérito mais recente:

Avaliação da satisfação dos Municípios- http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1118?news_id=327

C6 - Preenchimento e submissão online de formulários:

Sim Não

C7 - Fóruns de discussão:

Sim Não

C7.1 - Indique o fórum mais recente:

C8 - Plataformas de votação online:

Sim Não

C8.1 - Indique a plataforma mais recente:

C9 - Pagamentos online através do sítio da internet:

Sim Não

C10 - Subscrição eletrónica de jornais ou notícias selecionadas:

Sim Não

C11 - Serviço de atendimento permanente:

Sim Não

C12 - Linha azul ou serviço similar:

Sim Não

C13 - Provedoria(s) do cidadão:

Sim Não

C14 - Outra forma. Qual?

Possibilidade de comunicar ocorrências diretamente aos serviços municipais através da aplicação Alfândeg@atenta através do formulário presente na página da Internet em <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1287> ou das aplicações disponíveis para Android e IOS.

> GEOPORTAL (plataforma interativa de acesso a cartografia do concelho e emissão de plantas de localização gratuitas)

> SIG - Sistemas de Informação Geográfica do município:

- SIG - Toponímia de Alfândega da Fé
- SIG - Rede Viária do Concelho (existente)
- SIG - Rede Viária do Concelho (com IC-5)
- SIG - Ortofotomapas do Concelho
- SIG - Plantas das Localidades

<http://www1.rcbltqt.pt:8180/websig/home/amtqt/terraquente.html>

Documentação anexa relativa ao sub-indicador C:

Observações relativas ao indicador 5:

De referir que o município de Alfândega da Fé, pelo terceiro ano consecutivo, lidera a lista dos municípios mais transparentes do país. A autarquia viu a sua posição consolidada ao atingir a pontuação máxima em todos os critérios de avaliação. Uma posição que traduz o compromisso na disponibilização de informação de interesse público aos munícipes. O índice de Transparência Municipal – ITM- avalia o nível de transparência dos 308 municípios portugueses com base na informação disponibilizada nos seus websites. Ver notícia em: http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=318

Documentação anexa relativa ao indicador 5:



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 6

Município de Alfândega da Fé

Emprego

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Instituições	Município	R	IC	IU	3,5 (+ 0,5)

INFORMAÇÃO PRÉVIA

01 - N.º de empregos do município

01.1 - Em 2014: 01.2 - Em 2015: 01.3 - Em 2016:

02 - N.º de técnicos superiores

02.1 - Em 2014: 02.2 - Em 2015: 02.3 - Em 2016:

03 - N.º de assistentes técnicos

03.1 - Em 2014: 03.2 - Em 2015: 03.3 - Em 2016:

04 - N.º de assistentes operacionais

04.1 - Em 2014: 04.2 - Em 2015: 04.3 - Em 2016:

A - MUNICÍPIO ENQUANTO ENTIDADE EMPREGADORA

A1 - Existência de Departamento(s), Divisão(ões), Núcleos e Gabinetes e inserção dos mesmos na orgânica do município com competências nas áreas de:

A1.1 - Gestão e Educação Ambiental:

 Sim Não

A1.2 - Emprego e Apoio ao Empresário:

 Sim Não

A1.3 - Anexe o organograma do município:

 organograma.pdf (18.6 kB)

A2 - Empregos verdes no município

A2.1 - N.º de empregos verdes no município:

	Em 2014:	Em 2015:	Em 2016:
	<input type="text" value="11"/>	<input type="text" value="11"/>	<input type="text" value="11"/>
N.º de técnicos superiores na área do ambiente:	<input type="text" value="1"/>	<input type="text" value="1"/>	<input type="text" value="1"/>
N.º de assistentes técnicos na área do ambiente:	<input type="text" value="1"/>	<input type="text" value="1"/>	<input type="text" value="1"/>

N.º de assistentes operacionais na área do ambiente:

9

9

9

A2.2 - % de empregos verdes no município:

	Em 2014:	Em 2015:	Em 2016:
	8.3	8	7.64
% de técnicos superiores na área do ambiente:	2.8	2.4	3.44
% de assistentes técnicos na área do ambiente:	2.6	2.6	3.85
% de assistentes operacionais na área do ambiente:	12.2	11.8	11.25

A3 - N.º de funcionários da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados, Empresas Municipais e Empresas Multimunicipais na área do ambiente:

25

A3.1 - N.º de funcionários da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados, Empresas Municipais e Empresas Multimunicipais na área do ambiente:**Áreas de atuação: Água e Esgotos**

Município:

16

Serviços Municipalizados:

Empresas Municipais:

Empresas Multimunicipais:

Áreas de atuação: Higiene urbana e Resíduos

Município:

1

Serviços Municipalizados:

Empresas Municipais:

Empresas Multimunicipais:

Áreas de atuação: Espaços Verdes, Biodiversidade e Floresta:

Município:

5

Serviços Municipalizados:

Empresas Municipais:

Empresas Multimunicipais:

Áreas de atuação: Educação Ambiental:

Município:

1

Serviços Municipalizados:

Empresas Municipais:

Empresas Multimunicipais:

Áreas de atuação: Ordenamento do Território e Mobilidade:

Município:

Serviços Municipalizados:

Empresas Municipais:

Empresas Multimunicipais:

Áreas de atuação: Energia:

Município:

Serviços Municipalizados:

Empresas Municipais:

Empresas Multimunicipais:

Outra(s), qual(ais)?

Área de Atuação:

Município:

Serviços Municipalizados:

Empresas Municipais:

Empresas Multimunicipais:

Área de Atuação:

Município:

Serviços Municipalizados:

Empresas Municipais:

Empresas Multimunicipais:

Área de Atuação:

Município:

Serviços Municipalizados:

Empresas Municipais:

Empresas Multimunicipais:

Observações relativas ao sub-indicador A:

B - MUNICÍPIO ENQUANTO PROMOTOR DE EMPREGO**B1 - Existência de medidas de apoio à inserção no mercado de trabalho:**

Sim Não

B1.1 - Identificação das medidas de apoio à inserção no mercado de trabalho (estágios profissionais, gabinete de inserção profissional, entre outros).

Assinale o(s) ano(s) em que realizaram cada medida

Estágios Curriculares:	<input type="checkbox"/> Em 2014	<input type="checkbox"/> Em 2015	<input type="checkbox"/> Em 2016
N.º de pessoas abrangidas:	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="6"/>
Informação adicional: (máx. 300 caracteres)			
<input type="text"/>			
Estágios Profissionais:	<input type="checkbox"/> Em 2014	<input type="checkbox"/> Em 2015	<input type="checkbox"/> Em 2016
N.º de pessoas abrangidas:	<input type="text" value="14"/>	<input type="text" value="2"/>	<input type="text"/>
Informação adicional: (máx. 300 caracteres)			
<input type="text"/>			
Contratos de inserção profissional:	<input checked="" type="checkbox"/> Em 2014	<input checked="" type="checkbox"/> Em 2015	<input checked="" type="checkbox"/> Em 2016
Informação adicional: (máx. 300 caracteres)			
2014- 2 2015-61 2016- 31			
Feira de Emprego:	<input type="checkbox"/> Em 2014	<input type="checkbox"/> Em 2015	<input type="checkbox"/> Em 2016
N.º de pessoas abrangidas:	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Link:	<input type="text"/>		
Informação adicional: (máx. 300 caracteres)			
<input type="text"/>			
Unidade de Apoio à Formação, Emprego e Qualificação:	<input type="checkbox"/> Em 2014	<input type="checkbox"/> Em 2015	<input type="checkbox"/> Em 2016
Informação adicional: (máx. 300 caracteres)			
2014-0 2015-0 2016- 0			
Sessão de esclarecimentos sobre incentivos à contratação:	<input type="checkbox"/> Em 2014	<input type="checkbox"/> Em 2015	<input type="checkbox"/> Em 2016
N.º de Sessões:	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="3"/>
N.º de pessoas abrangidas:	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="35"/>

Informação adicional:
(máx. 300 caracteres)

São feitas sessões de esclarecimento de incentivo à incentivo em parceria ao IEFP.

Bolsa de Emprego e Formação online: Em 2014 Em 2015 Em 2016**N.º de pessoas abrangidas:****Link:****Informação adicional:**
(máx. 300 caracteres)**Outra(s), qual(ais)?****2014:****2015:****2016:****B1.2 - Existência de um Gabinete de Inserção Profissional Municipal:** Sim Não**B2 - Identificação das ações de promoção do empreendedorismo:**

Programa EDP Empreendedor Sustentável Sabor

B2.1 - Descrição das ações de apoio ao empreendedorismo, com indicação do público-alvo e objetivos:

Ser empreendedor; Plano Estratégico do Baixo Sabor; Estratégia e Modelo de negócio; Criatividade / público - alvo - empreendedores com novas ideias de negócio, empreendedores ou empresários já estabelecidos / objetivos: aperfeiçoar técnicas de empreendedorismo, aquisição de novos conhecimentos;

B2.2 - Parcerias locais, públicas, privadas e de apoio ao financiamento:
Assinale todas as parcerias realizadas

- Ministério da Economia e do Emprego
 Instituto do Emprego e Formação Profissional
 Instituto do Desporto e Juventude
 Associações Empresariais e Industriais
 Empresas da Região
 Direção Regional de Educação
 Instituições Educativas do Concelho
 Centros de Formação
 Outra(s). Qual(ais).

Outra(s), qual(is)?

B3 - Meios de divulgação de ofertas de emprego por parte do município:

Assinale todos meios de divulgação utilizados

- Bolsa de emprego público
- Instituições educativas do concelho
- Centro de Emprego
- Jornais Locais
- Website do município
- Outra(s). Qual(ais).

Jornais Locais. Indique-os:



Website do município. Link do município:

Outra(s), qual(is)?

**B3.1 - Breve descrição das formas de divulgação:
(máx. 300 caracteres)**

O Município de Alfândega da Fé, realiza a divulgação das ofertas de emprego, através de jornais de expansão nacional, com a publicação dos anúncios de contratação pública. As mesmas ofertas de contratação pública são também publicadas na Bolsa de Emprego Público.

B3.2 - Anexe os meios de divulgação de ofertas de emprego (anexe pelo menos 2 exemplos):

-  Aviso_DRE__13_postos_de_trabalho__procedimentos_concursais.pdf (240.5 kB)
-  Av._DRE_JF_de_Sambade.pdf (211.4 kB)

Observações relativas ao sub-indicador B:

C - ESTRATÉGIA MUNICIPAL EM MATÉRIA DE EMPREGO**Nota:**

O C1 pontua sob a forma de bônus (ver "Sistema de Pontuação e Critérios" do indicador 6 no Guia de Apoio).

C1 - Existência de uma estratégia e/ou plano de desenvolvimento que vise a criação de emprego:

Sim Não

C1.1 - Eixos estratégicos de atuação (e respetivas áreas de atuação):

Foi definido um Plano Estratégico de desenvolvimento intermunicipal para a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás os Montes, com um diagnóstico síntese da região, que servirá como referência à definição de objectivos estratégicos. Este plano pretende entre outros, definir estratégias de combate ao desemprego.

1. Rede de apoio ao desenvolvimento empresarial;
- 2.

C1.2 - Objetivos estratégicos (indicação da previsão de resultados e metas):

Eixos de Desenvolvimento Estratégico: constituem as grandes áreas de atuação do território, a partir das quais será potenciado o processo de desenvolvimento; os Objetivos Temáticos (OT) definidos na Europa 2020 poderão abranger mais do que um EDE. Objetivos Estratégicos (OE): respeitam à definição operacional dos programas estratégicos explicando o porquê do seu desenvolvimento e fazendo a ligação aos OT da Europa 2020.

Projetos Estratégicos: representam as fileiras charneira que se pretendem potenciar e sobre as quais se deve agir; compõem um conjunto coerente e integrado de projetos em torno de uma área âncora específica; os projetos estratégicos podem endereçar mais do que um dos eixos estratégicos definidos.

Dos objetivos estratégicos definidos no Plano podemos extrair relativamente à criação de emprego os seguintes:

1. Melhoria da rede de infraestruturas e de serviços de apoio às empresas;
2. Promoção do território e oferta endógena;
3. Valorização e preservação do património e recursos naturais
4. Apoio à inclusão social
5. Promoção de ensino sustentável

Este plano de atuação tem um espaço temporal entre 2014/2020.

C1.3 - Tipos de ação/atividades previstas (relação com os objetivos, diversificação do público alvo, diferentes níveis de intervenção):

Estruturação da rede de apoio ao desenvolvimento empresarial- Espaços de acolhimento de empresas; Elaboração do plano de formação de apoio à inovação e empreendedorismo); Estabelecimento de iniciativas de cooperação entre a rede de desenvolvimento empresarial e as instituições de ensino superior e profissional da região. Promoção do território e dos produtos endógenos. Promoção de emprego na área da inclusão social; Aumento do emprego por via da qualificação do emprego sustentável e de qualidade; Combate à pobreza e desigualdades sociais de empregabilidade, da redução da pobreza dos grupos especialmente vulneráveis e da da igualdade de oportunidades.

C1.4 - Avaliação (indicação dos instrumentos de avaliação, e previsão da avaliação de metas retroação):

A avaliação deste plano ainda não está executada, está ao cuidado da CIM.

**C1.5 - Breve Descrição:
(máx. 300 caracteres)**

Este Plano Estratégico será definido tendo em consideração as metas da Estratégia Europa 2020, a Política de Coesão da União Europeia 2014-2020, bem como a estratégia para aplicação e fundos comunitários direccionados para a promoção e criação de emprego sustentável.

C1.6 - Anexe a estratégia/plano de emprego:

 PEDI-versão-final.pdf (7.6 MB)


C2 - Existência de outros plano(s) sectorial(ais) onde se evidencia preocupações com o emprego:

Sim Não

**C2.1 - Breve Descrição:
(máx. 300 caracteres)**

Plano de Ação da Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica do qual o município é parte integrante, onde são evidenciadas questões da promoção do turismo, da criação do emprego verde, promoção do território e dos produtos endógenos.

C2.2 - Anexe o plano:

 plano_de_acao_da_rbt_mi.pdf (1.2 MB)

C3 - Possui candidaturas aprovadas nos últimos três anos a fundos internacionais/europeus que visam a promoção de emprego?

Sim Não

Em 2014:

Em 2015:

Em 2016:

C3.1 - N.º total de candidaturas aprovadas:

Informação de cada candidatura

Podem referir até 4 candidaturas aprovadas

C3.2 - Data da aprovação:

C3.3 - Identifique a candidatura:

C3.4 - N.º de empregos criados na candidatura:

**C3.5 - Informação adicional sobre a candidatura:
(máx. 300 caracteres)**

Observações relativas ao sub-indicador C:

Observações relativas ao indicador 6:

O Município de Alfândega da Fé, não tem um Gabinete de Inserção Profissional, no entanto existe o Gabinete de Inserção Profissional na Instituição Liga dos Amigos do Centro de Saúde, da qual o Município é parceiro, desenvolvendo actividades e ações de apoio à procura ativa de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora; captação e divulgação de ofertas de emprego; divulgação de medidas de apoio ao emprego, formação profissional.

<http://www.lacsaf.pt/content/gip>

Documentação anexa relativa ao indicador 6:



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt

© 2012 Associação Bandeira Azul da Europa - Organização de Utilidade Pública reconhecida através do despacho n°9364/2009 publicado em D.R. de 30 de Março. | powered by Atelier35



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 7

Município de Alfândega da Fé

Cooperação com a Sociedade Civil em Matéria de Ambiente e de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Instituições	Município; APA; ICS; Organizações	R	IC	IU	2,5

01 - Orçamento Municipal (€):

A - PARCERIA COM ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE AMBIENTE (ONGA) E EQUIPARADAS, E OUTRAS ASSOCIAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

A1 - Existência de ONGA e equiparadas com parceria com o município:

 Sim NãoA1.1 - N.º total de ONGA e equiparadas com parceria com o município: [A1.1 = A2.1 + A3.1]

A2 - Existência de ONGA e equiparadas inscritas no Registo Nacional da APA e/ou no Registo Regional do Açores e da Madeira:

 Sim Não

A2.1 - N.º das ONGA e equiparadas inscritas no Registo Nacional da APA e/ou no Registo Regional do Açores e da Madeira:

A2.2 - Nome das ONGA e equiparadas inscritas no Registo Nacional APA e/ou no Registo Regional do Açores e da Madeira:

Quercus (Associação Nacional de Conservação da Natureza); Palombar (Associação de Conservação da Natureza e do Património Rural); Grupo Lobo (Associação para a Conservação do Lobo e do seu Ecossistema); ABAE (Associação Bandeira Azul da Europa); GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente); AEPGA (Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino); ASPEA (Associação Portuguesa de Educação Ambiental)

A3 - Existência de outras associações não inscritas nos Registos:

 Sim NãoA3.1 - N.º de outras associações não inscritas nos Registos, mas envolvidas nos projetos referidos em A4:

A3.2 - Nome de outras associações não inscritas nos Registos, mas envolvidas nos projetos referidos em A4:

Nordeste; SPES; APFNT; AFLOCAF (Associação Produtores Florestais)

A4 - Projetos resultantes das parcerias com as organizações referidas em A2 e A3

Descreva 4 projetos, indicando os objetivos do projeto, data de atividades e n.º de participantes

A4.1 - Breve descrição do Projeto I:

Novembro Pela Floresta – PALOMBAR:

Objetivo: Sensibilizar os jovens para a importância ecológica da floresta autóctone.

Nº de participantes: 15 alunos do 8º ano do Agrupamento de Escolas

A ação realizou-se a 21 de novembro de 2016 e iniciou com uma componente teórica, com a introdução ao tema (“Conhecendo a Floresta autóctone”), mostrando a importância da floresta autóctone desde as espécies, as vantagens ecológicas, os subprodutos, as ameaças e os desafios. Posteriormente iniciou-se a parte prática que consistiu em semear diferentes espécies autóctones em cusetes apropriadas, de modo a familiarizar os jovens com as várias sementes e com os diferentes métodos de sementeira, (“semeando a floresta autóctone”). Para finalizar o programa os jovens tiveram a oportunidade de plantar algumas árvores de espécies autóctones numa zona envolvente à escola, nomeadamente, freixo, carvalho, lódão, carrasco, azinheira, entre outras espécies.

A4.2 - Breve descrição do Projeto II:

Programa EcoEscolas - ABAE:

Objetivo: Contribuir para uma formação, de uma comunidade escolar, ambientalmente mais consciente e informada.

Nº de participantes: aproximadamente 15 a 20 alunos.

O município de Alfândega da Fé presta apoio na adesão, do Agrupamento de escolas, ao programa EcoEscolas. Este apoio, consiste na realização, durante o ano letivo, de sessões práticas e de esclarecimento planeadas com os docentes de cada turma e de acordo com o programa ambiental municipal. Neste âmbito a parceria do município é uma mais-valia, pois permite estabelecer contactos entre as várias entidades, organizar e/ou acompanhar visitas de estudo relacionadas com as temáticas ambientais.

A4.3 - Breve descrição do Projeto III:

Projeto Junto à Terra (Aproveitamento hidrelétrico do baixo sabor – Programa de divulgação e sensibilização biodiversidade do sabor)

Objetivo: Nesta primeira fase do projeto, o objetivo foi delinear estratégias para a elaboração do plano para posteriormente, no ano 2017, por em prática.

Nº de participantes: parcerias envolvidas no âmbito do projeto, cerca de 10 participantes

O projeto começou a ser estudado e preparado em 2016, onde foram realizadas várias reuniões com todos os parceiros de forma a contribuir com ideias e delinear-se estratégias para a elaboração do planeamento do projeto. Parcerias do projeto: AEPGA (Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino); APFNT (Associação de Produtores Florestais do Nordeste Transmontano); PALOMBAR (Associação de Conservação da Natureza e do Património Rural; NORDESTE – Grupo para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável; Associações do Município do Baixo Sabor; Camaras Municipais (Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro e Moncorvo); Agrupamento de Escolas (Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro e Moncorvo) e o Geopark de Macedo de Cavaleiros.

A4.4 - Breve descrição do Projeto IV:

Vespa das Galhas do Castanheiro- AFLOCAF

A Vespa das Galhas do castanheiro (*Dryocosnus kuriphilus*), é uma praga que destrói os gomos do castanheiro, provocando a formação de galhas nos ramos e folhas. Provoca prejuízos graves na produção de castanha, surgiu em Trás-os-Montes em 2014.

A Refcast – (associação portuguesa da castanha, que tem como objetivo dar um forte contributo para a organização da fileira da castanha) preocupada com esta praga, reuniu os seus associados, da qual o Município de Alfândega da Fé faz parte, e alertou para a urgência de se efetuar inspeções semanais, durante o mês de maio e junho, a todos os castanheiros plantados no último inverno (2015/2016).

Como no concelho de Alfândega da Fé se tem realizado muitas plantações, foi necessário que a AFLOCAF colaborasse com o GTF na realização destas inspeções.

Além da inspeção realizada a todos os souts e retanchas efetuadas no último inverno, a AFLOCAF e o GTF distribuiu folhetos de alerta/informação/sensibilização a todos os produtores de castanha, assim como se realizaram sessões de esclarecimento e sensibilização, dirigida aos agricultores, em todas as juntas de freguesias onde existe produção de castanha.

Observações relativas ao sub-indicador A:

Anexo- Relatório Escolas pela Floresta Autóctone

Anexo- Projeto Junto à Terra_doc de trabalho

Anexo- (2016-10-12) PA - Educação Ambiental 2016

Anexo- (2017-03-21) PA - Educação Ambiental 2017

Anexo- plano_de_acao_galardao_443

Anexo- Vespa das Galhas do Castanheiro

B - PARCERIA COM ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE DESENVOLVIMENTO (ONGD) E OUTRAS ASSOCIAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

B1 - Existência de ONGD com parceria com o município:

Sim Não

B1.1 - N.º total de ONGD com parceria com o município: [B1.1 = B2.1 + B3.1]

B2 - Existência de ONGD inscritas no Registo Nacional do Instituto Camões e/ou FPADL:

Sim Não

B2.1 - N.º das ONGD inscritas no Registo Nacional do Instituto Camões e/ou FPADL:

B2.2 - Nome das ONGD inscritas no Registo Nacional do Instituto Camões e/ou FPADL:

B3 - Existência de outras associações não inscritas nos Registos:

Sim Não

B3.1 - N.º de outras associações não inscritas nos Registos, mas envolvidas nos projetos referidos em B4:

B3.2 - Nome de outras associações não inscritas nos Registos, mas envolvidas nos projetos referidos em B4:

B4 - Projetos resultantes das parcerias com as organizações referidas em B2 e B3

Descreva 4 projetos, indicando os objetivos do projeto, data de atividades e n.º de participantes

B4.1 - Breve descrição do Projeto I:

B4.2 - Breve descrição do Projeto II:

B4.3 - Breve descrição do Projeto III:

B4.4 - Breve descrição do Projeto IV:

Observações relativas ao sub-indicador B:

C - PARCERIA COM ORGANIZAÇÕES SOCIO-CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS

C1 - Existência de organizações socioculturais, desportivas e recreativas:

Sim Não

C1.1 - N.º de associações apoiadas pelo município:

C1.1.1 - Anexe a lista de associações apoiadas em 2016:

 Anexo- Associações Parceria_Orçamento 1º semestre 2016.pdf (249.1 kB)

 Anexo- Associações Parceria_Orçamento 2º semestre 2016.pdf (305.9 kB)

C1.2 - Orçamento atribuído ao apoio deste tipo de associações pelo município (€):

C1.3 - Percentagem do Orçamento Municipal atribuído ao apoio deste tipo de associações pelo município:

[C1.3 = (C1.2/01) × 100]

Observações relativas ao sub-indicador C:

Considerou-se pertinente anexar a seguinte documentação relevante:

Anexo- Associações Parceria_Orçamento 1º semestre 2016

Anexo- Associações Parceria_Orçamento 2º semestre 2016

D - COMISSÕES/CONSELHOS MUNICIPAIS**D1 - Existência de uma Comissão/Conselho Municipal:**

Sim Não

D1.1 - N.º de Comissões/Conselhos Municipais:

Descreva 5 comissões/conselhos municipais

D1.2 - Nome da Comissão/Conselho Municipal I:

Comissão Municipal de Proteção de Crianças e Jovens

D1.2.1 - Objetivos da Comissão/Conselho Municipal I:

Aqui se definem as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) como instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e reverter ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

D1.2.2 - Anexe a lista de participantes I:

 Anexo- Lista de participantes I_Comissão Municipal de Proteção de Crianças e Jovens.pdf (134.3 kB)

D1.3 - Nome da Comissão/Conselho Municipal II:

Conselho Municipal da Juventude

D1.3.1 - Objetivos da Comissão/Conselho Municipal II:

O Conselho Municipal de Juventude é um órgão consultivo do Município de Alfândega da Fé sobre matérias relacionadas com a política da juventude e visa estimular a participação dos jovens na vida cívica, cultural e política, através das associações representativas e os órgãos autárquicos e partidos, propiciando-lhe meios para o estudo e debate sobre diversas temáticas relativas à juventude.

O Conselho Municipal de Juventude prossegue os seguintes fins:

- Colaborar na definição e execução das políticas municipais de juventude, assegurando a sua articulação e coordenação com outras políticas sectoriais, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e ação social;
- Assegurar a audição e representação das entidades públicas e privadas que, no âmbito municipal, prosseguem atribuições relativas à juventude;
- Contribuir para o aprofundamento do conhecimento dos indicadores económicos, sociais e culturais relativos à juventude;
- Promover a discussão das matérias relativas às aspirações e necessidades da população jovem residente no município;
- Promover a divulgação de trabalhos de investigação relativos à juventude;
- Promover iniciativas com a juventude a nível local;
- Colaborar com os órgãos do município no exercício das competências destes relacionados com a juventude, nomeadamente na implementação do Orçamento Participativo Jovem;
- Incentivar e apoiar a atividade associativa juvenil;
- Promover a colaboração entre as associações juvenis no seu âmbito de atuação

D1.3.2 - Anexe a lista de participantes II:

 Anexo- Lista de Participantes II_Conselho Municipal da Juventude.pdf (280.6 kB)

D1.4 - Nome da Comissão/Conselho Municipal III:

Conselho Municipal do Idoso

D1.4.1 - Objetivos da Comissão/Conselho Municipal III:

O Conselho Municipal Sénior, é um órgão com função consultiva, de articulação, informação, promoção dos direitos e proteção das pessoas idosas, de forma a garantir o seu bem-estar, dignidade e qualidade de vida. Neste sentido, pretende:

- Ser um órgão de representação dos Idosos/as e de ligação com a comunidade e os poderes públicos na procura de soluções para os problemas diagnosticados;
- Promover o debate sobre as necessidades sentidas pelos idosos/as, encaminhando propostas às respetivas entidades;
- Debater os direitos sociais do Idoso/a, criando condições para promover a sua autonomia, integração e participação na comunidade;
- Aproximar-se os órgãos de representação local e nacional dos idosos/as e dos seus problemas;

D1.4.2 - Anexe a lista de participantes III:

 Anexo- Lista de participantes III_Conselho Municipal do Idoso .pdf (281.7 kB)

D1.5 - Nome da Comissão/Conselho Municipal IV:

Comissão Municipal de Trânsito

D1.5.1 - Objetivos da Comissão/Conselho Municipal IV:

Órgão consultivo da Câmara Municipal, para as questões de trânsito no concelho. Esta Comissão tem como função encontrar as soluções mais adequadas para superar estrangulamentos e constrangimentos rodoviários, com vista ao ordenamento do trânsito. Sendo assim, as suas principais competências são:

- Diagnosticar e procurar soluções para os diversos problemas que se prendem com o trânsito no concelho;
- Sugerir a tomada de medidas e alterações julgadas por convenientes para concretização dos objetivos previstos;
- Apreciar pedidos de sinalização, pedidos de colocação de sinais de estacionamento, apresentar projetos de instalação e substituição de sinalização vertical e horizontal;
- Apresentar estudos sobre alterações de sentidos de trânsito;
- Dar parecer sobre requerimentos e processos relativos a circulação e estacionamento;
- Dar parecer sobre a atribuição de parques privados;
- Propor ou avaliar a atribuição de espaços de estacionamento reservado a deficientes;
- Propor marcação dos parques de estacionamento.

D1.5.2 - Anexe a lista de participantes IV:

 Anexo- Lista de participantes IV_Comissão Municipal de Trânsito .pdf (282.4 kB)

D1.6 - Nome da Comissão/Conselho Municipal V:

Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

D1.6.1 - Objetivos da Comissão/Conselho Municipal V:

As Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios foram criadas pela Lei n.º14/2004 de 8 de Maio e são o centro de coordenação e ação local no âmbito municipal. Dirigidas pelo Presidente da Câmara Municipal, ou por um seu representante, as comissões têm como missão organizar a nível local as ações de defesa da floresta contra os incêndios e promover a sua execução. Cabe a estas comissões a elaboração de um Plano de Defesa da Floresta, assim como a articulação dos diversos organismos com competência para combater os fogos florestais dentro da sua área geográfica.

Estas comissões são igualmente responsáveis pela promoção de ações de sensibilização da população, da mesma forma que deverão promover a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais residentes junto das zonas florestais.

Nas suas atribuições conta-se, ainda, a elaboração de cartografia adequada ao combate aos incêndios e a sinalização das infraestruturas florestais de prevenção e proteção da floresta. São também elas que aprovam os planos de fogo controlado e que asseguram o apoio técnico municipal necessário no caso da existência de uma catástrofe.







D1.6.2 - Anexe a lista de participantes V:

 Anexo- Lista de participantes V_Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios .pdf (284.1 kB)

Observações relativas ao sub-indicador D:

Observações relativas ao indicador 7:

Documentação anexa relativa ao indicador 7:

-  Anexo- (2016-10-12) PA - Educação Ambiental 2016.pdf (309.3 kB)
-  Anexo- (2017-03-21) PA - Educação Ambiental 2017.pdf (273.7 kB)
-  Anexo- plano_de_acao_galardao_443.xls (38 kB)
-  Anexo- Projeto Junto à Terra_doc de trabalho.pdf (5 MB)
-  Anexo- Relatório Escolas pela Floresta Autóctone.pdf (590.1 kB)
-  Anexo- Vespa das Galhas do Castanheiro.pdf (176.2 kB)



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 8

Município de Alfândega da Fé

Certificação de Sistemas de Gestão

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Instituições	Município; IPQ	R	IC	IU	2,0

A - CERTIFICAÇÕES AO MUNICÍPIO OU SEUS SERVIÇOS

A1 - N.º de certificações/acreditações ao município ou serviços:

A2 - Tipo de certificação/acreditação ao município ou serviços:

Norma ISO 9001: 2015, OHSAS 18001:2007 e Norma ISO 14001:2012
 Certificado de Conformidade n.º PT13/04296, emitido por SGS em fevereiro de 2013 e sendo válido até 17/02/2019.
 O âmbito da certificação integra 4 divisões municipais e 3 gabinetes.
 Serviços municipais abrangidos pelo âmbito da certificação: "Licenças Administrativas", "Urbanismo (controlo prévio/fiscalização)", "Ambiente", "Proteção Civil e Florestas", "Ação Social, Educação e Desporto", "Cultura e Turismo", "Biblioteca Municipal", "Medicina Veterinária Municipal, "Obras Municipais", "Água e Saneamento" e "Apoio ao Empreendedorismo".

Certificado de Conformidade n.º PT16/005789, emitido por SGS em novembro de 2016 e sendo válido até 03/11/2019.
 O âmbito da certificação integra 2 divisões municipais e 3 gabinetes.
 Serviços municipais abrangidos pelo âmbito da certificação: "Licenças Administrativas", "Urbanismo (controlo prévio/fiscalização)" e "Proteção Civil e Florestas"

Certificado de Conformidade n.º PT16/005790, emitido por SGS em novembro de 2016 e sendo válido até 15/09/2018.
 O âmbito da certificação integra 4 divisões municipais e 3 gabinetes.
 Serviços municipais abrangidos pelo âmbito da certificação: "Apoio ao Empreendedorismo", "Licenças Administrativas", "Obras Municipais", "Urbanismo (controlo prévio/fiscalização)", "Água e Saneamento" "Ambiente", "Proteção Civil e Florestas", "Ação Social, Educação e Desporto", "Cultura e Turismo" e "Biblioteca Municipal".

Observações relativas ao sub-indicador A:

Apresentam-se em anexo os Certificado de Conformidade n.º PT13/04296, PT16/05789 e PT16/05790 acima referidos. De referir que todos os serviços municipais estão certificados segundo a Norma ISO 9001: 2015, na emissão do certificado apenas são colocados os processos operacionais, sendo que os processos de gestão e de suporte estão igualmente certificados. O sistema integrado da qualidade, segurança e ambiente é constituído por 22 processos: 3 de gestão, 11 operacionais e 8 de suporte. VER Link: <http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1340>

B - CERTIFICAÇÕES ÀS JUNTAS DE FREGUESIA QUE INTEGRAM O MUNICÍPIO E/OU EMPRESAS MUNICIPAIS E MULTIMUNICIPAIS

B1 - N.º de certificações às Juntas de Freguesia e/ou empresas municipais e multimunicipais:

B2 - Tipo de certificações/acreditação:

A freguesia de Sambade (concelho de Alfândega da Fé) foi galardoada com o prémio eco-freguesia, ficando no top 10 a nível nacional.
<https://www.facebook.com/freguesiadesambade/photos/pcb.630013847193912/630013807193916/?type=3&theater>
<http://ecofreguesias21.abae.pt/1o-premio-nacional-eco-freguesias-xxi/resultados2017/>

Observações relativas ao sub-indicador B:

C - CERTIFICAÇÕES ÀS EMPRESAS FORNECEDORAS DE BENS E SERVIÇOS

C1 - O Município ou os seus Serviços dispõe de sistema de avaliação e qualificação de fornecedores?

Sim Não

C2 - Indique qual o sistema utilizado:

Avaliação de fornecedores




C3 - Comprovativo do sistema utilizado:
(se aplicável)

 Avaliação de fornecedores 2016.pdf (713.5 kB)

Observações relativas ao sub-indicador C:

Observações relativas ao indicador 8:

Documentação anexa relativa ao indicador 8:

-  (2016-08-17) Certificado PT13_04296 versao 5.pdf (239.6 kB)
-  (2016-11-08) Certificado PT1605789 (14001_versão_1).pdf (109 kB)
-  (2016-11-08) Certificado PT1605790 (18001_versão_1).pdf (108.3 kB)



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 9

Município de Alfândega da Fé

Áreas Classificadas (âmbito Conservação da Natureza)

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Conservação da Natureza e da Biodiversidade	Município; ICNF; INE; DRA Açores; DROTA Madeira	R	IC	IU/INU	0,0 (+ 2,0)

INFORMAÇÃO PRÉVIA

Superfície do concelho (ha):

A - REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS - ÂMBITO LOCAL OU REGIONAL

A1 - O município apresenta uma proposta de estatuto de classificação:

Sim Não

A1.1 - Indique a região ou elementos notáveis:

Foi submetida a apresentação de uma proposta para a criação de um Parque Natural Regional (documento em anexo), de estatuto de classificação de área protegida à área envolvente à Albufeira do Baixo Sabor (localizada no sul do concelho de Alfândega da Fé). Está também a ser elaborado um Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sabor, para orientação.

Observações relativas ao sub-indicador A:

B - REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS (RNAP) E SÍTIOS CLASSIFICADOS (SC)

B1 - Existência de Áreas Protegidas pertencentes à RNAP ou SC?

Sim Não

B1.1 - Superfície total das Áreas protegidas (RNAP) e Sítios Classificados (ha):

B1.2 - % da Superfície do Concelho com estatuto de área classificada incluída na RNAP ou SC:

B1.3 - Nome das Áreas Protegidas da Rede Nacional de Áreas Protegidas e Sítios Classificados e observações:

Observações relativas ao sub-indicador B:

C - REDE NATURA 2000 E CLASSIFICAÇÕES DA UNESCO (APLICÁVEL AOS MUNICÍPIOS DE PORTUGAL CONTINENTAL E ILHAS)

C1 - Existência de Áreas Classificadas (Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Protecção Especial) da Rede Natura 2000:

Sim Não

C1.1 - Nome das áreas classificadas da Rede Natura 2000 e observações:

ZPE – Zona de Protecção Especial Rio Sabor e Maças – 2555.16 ha, cod- PTZPE0037 - % área – 7.94

Sítios – Sítio Rio Sabor e Maças – 2248.40 ha, cod – PTCON002 - % área – 6.98

C2 - Existência de Sítios Ramsar e de Sítios da UNESCO para desenvolvimento sustentável:

Sim Não

C2.1 - Nome dos Sítios Ramsar e Sítios da UNESCO (Reservas da Biosfera, Sítios de Património Mundial, Geoparques e Programa do Património Mundial Marinho):

Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica

Região Demarcada do Douro Vinhateiro – toda a freguesia de Vilarelhos (1205.37 ha) é abrangida pela RDD e está classificada como ZEP – zona especial de protecção – Património Mundial pela UNESCO, em 2001. Pelo artigo n.º 72 de 309/2009 conjugado com o aviso 15170/2010, a envolvente à mancha Douro Património Mundial, isto é, a restante área da região demarcada do Douro, é classificada como Zona Especial de Protecção. Assim, toda a Região Demarcada do Douro tem de cumprir os princípios do PIOT-ADV.

Observações relativas ao sub-indicador C:

D - REDE REGIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS DOS AÇORES/MADEIRA

D1 - Existência de Rede Regional de Áreas Protegidas (RRAPA/RRAPM)?

Sim Não







D1.2 - % Área do Concelho com estatuto de área classificada incluída na RRAPA/RRAPM:

D1.3 - Observações sobre a Rede Regional de Áreas Protegidas dos Açores/Madeira:

Observações relativas ao sub-indicador D:

Observações relativas ao indicador 9:

Documentação anexa relativa ao indicador 9:

-  A1- Parque Natural Regional.pdf (3.2 MB)
-  C.1 - sitio rio sabor e maçãs.pdf (205.3 kB)
-  C.1 - ZPE RIO SABOR E MAÇAS.pdf (151.4 kB)
-  C.2.1 - Alto Douro Douro Vinhateiro - ZEP - Património Mundial - Aviso.pdf (415.6 kB)
-  C2.1 - BOE-A-2015-9446 - APROVAÇÃO DA RESERVA DA BIOSFERA.pdf (1.8 MB)
-  C2.1- Notícia e comunicação da aprovação da reserva da Biosfera pela UNESCO.pdf (182 kB)



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 10

Município de Alfândega da Fé

Conservação da Natureza (Biodiversidade e Geodiversidade). Conhecer, Educar e Divulgar

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Conservação da Natureza e da Biodiversidade	Município; ICNF; INE; DRA Açores; DROTA Madeira; Ciência Viva; Universidades; Unidades de Investigação; Laboratórios do Estado	R	IC	IU	5,0 (+ 1,0)

A - CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - AÇÕES E PROJETOS

Item 1

A1 - Nome da Ação/Projeto:

Ordenamento e recuperação de povoamentos.

A2 - Investimento/custo (€):

222.474,18 €

A3 - Duração da ação/projeto (indicação da data de início e de fim):

Início: 2013/12/05
 Este projecto terminou a sua execução prática a 31/03/2015, no entanto tem vindo a ser desenvolvidos estudos científicos através do protocolo celebrado com o IPB, sobre esta área, o último ainda não tem data definida para a sua conclusão.

A4 - Seleccione o(s) tema(s) em que a ação se insere:

- Biodiversidade
- Conservação do Solo e Recursos Hídricos
- Geodiversidade
- Boas Práticas Agrícolas
- Viveiros Municipais de plantas autóctones
- Combate à Poluição e outras formas de degradação nos ecossistemas
- Controlo de Espécies Exóticas
- Monitorização do Património Natural
- Outro(s)

A4.1 - Outro(s) Qual(ais):

Recuperação do Potencial Produtivo
 Estabilização de emergência após incêndio

A5 - Descrição Sumária da Ação/Projeto:

- Realização de Sementeiras de espécies de cobertura de solo, no sentido de favorecer a cobertura vegetal do território de forma a diminuir os efeitos erosivos.
- Instalação de barreiras de troncos segundo as curvas de nível, de forma a contrariar os efeitos decorrentes da escarificação superficial assim como diminuir os efeitos erosivos de uma forma geral.
- Abertura de regos segundo as curvas de nível.

A6 - Metodologia adotada:

- As sementeiras foram realizadas através de ações directas. As espécies que foram utilizadas na sementeira tinham presente uma mistura composta essencialmente por espécies herbáceas.
- Foi instalada uma pastagem de sequeiro com a seguinte composição:
 - Leguminosas: Trifolium subterraneum, Trifolium repens, Medicago sp
 - Gramíneas perenes: Dactylis glomerata, Festuca arundinacea e Agrostis capillaris
 - Gramíneas anuais: Lolium multiflorum, Lolium rigidum
- A mistura de sementes, devidamente inoculada, teve sempre uma composição de pelo menos 5 espécies diferentes de gramíneas e leguminosas, em percentagens idênticas.
- Foram utilizados 25 quilos por hectare (valor que se situa no intervalo definido de 10 a 35 kg) e serão distribuídos sem que exista uma mecanização contínua da área de intervenção. Em resumo poderemos dizer que se trata de uma sementeira direta em que se optou pela conjugação da distribuição manual e mecânica.
- As barreiras foram instaladas com tendo em conta as seguintes características:
 - Composição: Foram executadas utilizando resíduos florestais existentes na área do projeto, os quais foram recolhidos e posteriormente colocados nas zonas mais necessitadas.
 - Dimensão: A dimensão teve em conta a especificidade da área em que foram colocados. Os resíduos florestais (troncos e ramos) foram colocados em linhas executadas em curva de nível. Apresentam uma altura aproximada de 15 (quinze) a 30 (trinta) cm. Sempre que necessário foram imobilizados com a utilização de estacas.
- O número de barreiras de resíduos florestais por hectare e caracterização da sua distribuição na área a intervir, tiveram os seguintes pressupostos: O número de barreiras por hectare deveria ser de 5 a 7, já que se pretendia que a colocação fosse efetuada com o espaçamento de 15 (quinze) a 20 (vinte) metros. A sua disposição seria efetuada ao longo da curva de nível, de forma a que o efeito pretendido fosse concretizado. Ao longo da curva de nível teriam uma continuidade que permitiria intervir homogeneamente na área de intervenção.
- A abertura de regos segundo as curvas de nível foram efetuadas da seguinte forma: Execução de regos superficiais, de profundidade nunca inferior a 5 cm. Foram executadas nas zonas de menor declive (de forma a permitir que a sua execução fosse efetuada por meios mecânicos), segundo as curvas de nível e com o rompimento da camada do solo repelente à água (lavragem e escarificação).

A7 - Público-Alvo:

- Alunos da Escola Agrária do Instituto Politécnico de Bragança
- Proprietários privados da área sujeita a intervenção (das freguesias de Ferradosa, Gouveia, Cerejais, Parada e Sendim da Ribeira).

A8 - N.º de pessoas envolvidas: **A9 - Existência de Parcerias:** Sim Não**A10 - Indique as entidades envolvidas nas parcerias:****A11 - Descreva o impacto da ação/projeto no município, indicando o seu âmbito (internacional, nacional, regional e/ou local):**

O impacto foi local apesar da ação/projeto base (Relatório de Avaliação dos Impactos Florestais, decorrentes do incêndio florestal de Picões (Alfândega da Fé) estar enquadrada numa perspectiva regional. A ação/projeto identificou um conjunto de intervenções necessárias à estabilização dos ecossistemas afetados e à remoção de material ardido, preconizando numa segunda fase o restabelecimento do potencial produtivo, tendo em vista a reposição e sustentabilidade dos valores ecológicos afetados

A12 - Informação e/ou promoção disponível no site da Câmara Municipal:

A13 - Informação e/ou promoção disponível noutras fontes de informação:

Foram cumpridos os pressupostos legais no que respeita à publicitação da ação/projeto em causa, nomeadamente a colocação de uma placa publicitária, identificadora das entidades envolvidas (entidades financiadoras e entidades responsáveis).

<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=667&exmenuid=664>

<http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/relat/raa/ree-13>

<http://portal3.ipb.pt/index.php/pt/bibliotecas/biblioteca-digital-do-ipb-repositorio>

<https://bibliotecadigital.ipb.pt/browse?type=author&value=Lima%2C+Edson+Cesar>

A14 - Efetuaram a Monitorização da Ação/Projeto:

Sim Não

Em caso afirmativo, indique

A14.1 - Metodologia utilizada:

Foram realizadas visitas semanais pelo responsável técnico por parte do Município de Alfândega da Fé, as quais foram sempre acompanhadas pelo responsável técnico de execução da obra.

Nestas visitas semanais eram quantificadas as ações realizadas, sempre com o devido apoio cartográfico assim como com a validação das especificações técnicas exigíveis.

As visitas mensais realizadas para emissão dos respetivos autos de medição foram efetuadas pela entidade responsável pela elaboração e acompanhamento da execução da obra/empreitada, devidamente acompanhada pelo técnico da empresa responsável pela execução da obra/projeto.

Nestas visitas mensais eram quantificadas as ações realizadas, sempre com o devido apoio cartográfico assim como com a validação das especificações técnicas exigíveis.

A14.2 - Responsáveis envolvidos:

Município de Alfândega da Fé (Eng.ª Filipa Penarroias Guerra)

Bosque, Projectos de Engenharia, Lda (Eng.ª Isabel Linhares Branco)

Floponor, Florestas e Obras Públicas, SA (Eng.º José Luís Lousada)

A14.3 - Periodicidade:

Município de Alfândega da Fé - Semanal

Bosque, Projectos de Engenharia, Lda - Mensal

Floponor, Florestas e Obras Públicas, SA – Diária

IPB, equipa técnica de professores da área de Solos e 3 alunos de mestrado - Bisemanal

A14.4 - Resultados obtidos:

Confirmação da execução das ações previstas na ação/projeto.

Com o trabalho que se está a desenvolver pela equipa do IPB, pretende-se avaliar o efeito de várias medidas mitigadoras instaladas com o objectivo de conservação do solo. Para esse fim foram seleccionadas duas áreas de amostragem:

(1) Duas sub-bacias hidrográficas com sementeira e barreiras construídas em pedra, no nível de base para contenção do sedimento. Nesta área está a realizar-se a caracterização das redes e das bacias hidrográficas, a evolução do coberto vegetal e a quantificação da pedregosidade superficial e sub-superficial;

(2) Áreas onde existia plantações florestais com e sem armação do terreno em vala e câmor e onde se realizou sementeira e construção de barreiras com restos da vegetação queimada. Aqui está a avaliar-se a evolução do coberto vegetal e o efeito da rugosidade superficial do solo e das barreiras na contenção do solo. Também pretende-se perceber se a armação do terreno em vala e câmor é eficiente na contenção do solo ou se se justifica a construção das barreiras.

Foi desenvolvida na área ardida de Picões, uma tese de Mestrado denominada "Avaliação do potencial de degradação do solo antes e depois de um grande incêndio florestal numa bacia elementar de Alfândega da Fé", deixo aqui o resumo da tese que anexamos nas observações relativas a este formulário.

"Um incêndio florestal corresponde a um fogo incontrolado em florestas, matas e outros espaços com abundante vegetação (matos, áreas de incultos e áreas agrícolas). Os incêndios florestais são habituais nas áreas de clima mediterrânico, particularmente em dias quentes e secos, sobretudo quando se associa também o vento forte. Podem ser o resultado de causas naturais (trovoadas secas), mas, em regra, são devidos a negligência humana e, muitas vezes, a actos de natureza criminosa. A expressão "grande incêndio florestal" é utilizada com diferentes significados, sendo, no entanto associada principalmente ao comportamento do fogo, às características e complexidades do combate e à extensão de área ardida. O estudo de caso realizado neste trabalho tem como principal objetivo a avaliação da suscetibilidade à erosão após o efeito do fogo na degradação do solo, visando identificar as áreas mais críticas, para melhorar os sistemas de proteção já instalados no local e, assim, mitigar potenciais danos ambientais. Para tal, aplicou-se uma metodologia que incluiu avaliações no terreno bem como o tratamento de variáveis espaciais, de forma a poder recolher os diferentes parâmetros de estimativa da erosividade das precipitações, da erodibilidade dos solos e da topografia, permitindo a elaboração de mapas de suscetibilidade, com distintos cenários de utilização do solo, antes e após incêndio. O local do estudo foi numa pequena bacia elementar da freguesia da Ferradosa no concelho de Alfândega da Fé, ainda com marcas evidentes do grande incêndio de Picões, deflagrado no dia 8 de Julho de 2013, afetando uma área total de quase 15000 ha. Foram analisados os diferentes elementos da bacia, tanto as suas características biofísicas como morfológicas, sendo aplicado o modelo de erosão USLE (Equação Universal de Perda de Solo), com cinco diferentes fatores, com vista a estimar o risco potencial de degradação do solo para as condições anteriores e posteriores ao incêndio, neste caso com aplicação de várias medidas de proteção do solo nesta bacia. Para a aplicação do modelo recorreu-se a um modelo digital terreno (resolução de 5 metros), combinado com a integração de toda a informação espacial em Sistemas de Informação Geográfica. Os resultados obtidos estimam uma severa perda potencial de solo após o incêndio, indicadora da importância da cobertura vegetal na redução da erosão hídrica. Sendo assim, é fundamental programar e implementar medidas de proteção do solo pós-fogo, de forma a diminuir a probabilidade de ocorrência de severos danos ambientais nos recursos solo e água. Além disso, seria importante nestas abordagens utilizar informação espacial atualizada, em particular a que integra o fator C e P (coberto vegetal e práticas de uso do solo), de modo a melhor estimar as taxas atuais de erosão hídrica."

Foi ainda elaborado um artigo que foi submetido ao VII Congresso Ibérico das Ciências do Solo (CICS2016), que vai decorrer de 13 a 16 de setembro na Escola Superior Agrária de Beja que também deixo aqui o resumo, anexamos o artigo nas observações relativas a este formulário.

"Os grandes incêndios florestais expõem o solo, em extensas áreas e por longo tempo, a degradação por erosão hídrica. O local de estudo, uma pequena bacia elementar em Alfândega da Fé, NE Portugal, apresenta ainda marcas do grande incêndio de Picões (Julho de 2013), que afetou quase 15000 ha. Este trabalho propôs-se, através da avaliação das características biofísicas e morfológicas da bacia e aplicando o modelo de erosão USLE (Equação Universal de Perda de Solo), estimar o risco potencial de degradação do solo para as condições anteriores e posteriores ao incêndio, neste caso considerando as várias medidas de proteção do solo implementadas. Para a aplicação da USLE recorreu-se a um modelo digital de terreno (resolução 5 m), combinado com a integração de toda a informação espacial em SIG. Estimaram-se perdas potenciais de solo severas após o incêndio, devido à eliminação da cobertura florestal anterior. Estimou-se que as baixas taxas de erosão anteriores ao incêndio ainda não foram recuperadas, apesar das medidas implementadas. Os resultados mostram a importância de intervenções atempadas na implementação de medidas de proteção do solo pós-fogo, de forma a diminuir a probabilidade de ocorrência de severos danos ambientais nos recursos solo e água."

Tal como tinha referido no ano anterior em relação a esta ação, estava a ser desenvolvida uma tese de mestrado sobre esta área em estudo, denominada: "Comparação de tecnologias de baixo custo para o controlo da erosão em áreas ardidas" pretende-se com esta dissertação:

- avaliar o custo económico da implantação de técnicas para o controlo de processos erosivos em áreas ardidas;
- Avaliação da eficiência das técnicas nos processos de prevenção da erosão em áreas ardidas;
- Análise do custo-benefício económico-ambiental das técnicas de prevenção apresentadas.

Colocamos nas observações relativas a este formulário a proposta desta dissertação.

A tese já foi concluída e publicada, deixo aqui o resumo da tese que anexamos nas observações relativas a este formulário.

"As florestas exercem grande influência nos meios físicos, biótico e socioeconómico, evitando a degradação do solo pela erosão, controlando a qualidade da água, fornecendo matérias-primas e alimentos, abrigando a maior parte da fauna e flora terrestre. As áreas florestais estão todavia sujeitas a significativo risco de incêndio. Como consequência dos incêndios, e entre outros impactos, o solo fica exposto à ação erosiva da chuva determinando perdas de solo muito significativas e a degradação deste recurso. Desta

O solo fica exposto a ação erosiva da chuva determinando perdas de solo muito significativas e a degradação deste recurso. Deste modo, o controle da erosão após o incêndio é essencial para a mais rápida recuperação das áreas ardidas suportada em medidas de conservação do solo eficazes. O trabalho propõe-se fazer uma avaliação quantificada da eficácia de técnicas de conservação do solo no controle da erosão em áreas ardidas, centrada em medidas de baixo custo e aplicável ao NE de Portugal, em especial o Distrito de Bragança. A metodologia de avaliação seguida inclui a construção de cenários regionais de aplicação simulada de uma seleção de medidas, mediante exploração de um modelo de erosão (Equação Universal de Perda de Solo – USLE). Através das simulações realizadas fazendo variar a distribuição de barreiras ao longo da encosta e o seu grau de retenção, foi possível avaliar a eficácia desta técnica para a redução da erosão nas condições definidas como cenários de base. Observou-se que o grau de retenção tem maior influência na redução de perda do solo do que a distância entre barreiras. Isto evidencia a necessidade de uma implementação adequada desta medida, com a instalação de barreiras de elevado grau de retenção. Aplicada apenas no primeiro ano pós-fogo, e de forma isolada, a técnica da sementeira não se mostrou suficientemente eficaz. Porém, se após um ano se realizar uma nova sementeira na área afetada, mostrou-se que pode ocorrer uma diminuição dos valores de perda de solo relativamente grande, pelo que será aconselhável a realização de uma ressementeira no ano seguinte à primeira aquando de intervenções pós-fogo com esta técnica. Uma possível combinação entre os métodos anteriores iria proporcionar uma situação ótima, como observado nos resultados das simulações efetuadas, onde a maioria dos cenários apresentou valores estimados de perda de solo menores ou iguais a 2 ton/ha.ano, limiar que separa condições de risco de erosão baixo e moderado e corresponde à tolerância de perda de solo para solos delgados e de substrato não renovável.”

Já em 2017, foi escrito um novo artigo – que já foi submetido no mês de março de 2017 para publicação no livro com o título: “Wildfires: Perspectives, Issues and Challenges of the 21st Century” que será publicado pela nova publishers (<https://www.novapublishers.com>). O livro vai sair durante o mês de maio, mas não conhecemos a data em que vai ser publicado. O artigo tem como referência:
Assessing performance of post-fire hillslope erosion control measures designed for different implementation scenarios in NE Portugal: simulations applying USLE

Tomás de Figueiredo1*, Felícia Fonseca1, Edson Lima2, Luciano Fleischfresser2, Zumilar Hernandez3
1 Mountain Research Centre, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, Portugal
2 Department of Environmental Engineering, Universidade Tecnológica Federal do Paraná,, Campo Mouraão, Paraná, Brazil
3 Departamento de Geología y Geoquímica, Universidad Autónoma de Madrid, Canto Blanco, Spain.











Nos resultados do próximo ano relativamente a esta ação já será colocado um resumo do artigo assim como será anexado o livro e artigo a este formulário.

Observações relativas ao sub-indicador A:

Considerou-se pertinente anexar a seguinte documentação relevante:

- 1- Candidatura (4 documentos);
- 2- Protocolo IPB;
- 3- Anuncio DR Proder;
- 4- Edital
- 5- Contrato assinado Proder
- 6- Tese de mestrado 1 - 2015
- 7- Artigo científico
- 8- Proposta de dissertação - 2016
- 9- Tese de mestrado 2 - 2016

Documentação anexa relativa ao sub-indicador A:

-  2- protocolo IPB.pdf (147.5 kB)
-  3- anuncio DR Proder.pdf (176.5 kB)
-  4- Edital.pdf (427.2 kB)
-  5- contrato assinado Proder.pdf (6.7 MB)
-  6 - tese de mestrado 1_2015.pdf (1.8 MB)
-  7 - artigo científico_2016.pdf (442.8 kB)
-  8- Proposta de dissertação.pdf (1.5 MB)
-  9- tese de mestrado 2_2016.pdf (2.2 MB)
-  Candidatura (1) Descrição das ações.docx (137.8 kB)
-  Candidatura (3) Projeto_Orçamento.xls (77 kB)

Item 2

A1 - Nome da Ação/Projeto:

Estratégias integradas para o aumento da produtividade da amendoeira em Trás-os-Montes

A2 - Investimento/custo (€):

15.000,00 euros

A3 - Duração da ação/projeto (indicação da data de início e de fim):

Início: Fevereiro 2014
Fim: Dezembro 2017 (o prazo de execução foi alargado para dezembro de 2017)

A4 - Selecione o(s) tema(s) em que a ação se insere:

- Biodiversidade
- Conservação do Solo e Recursos Hídricos
- Geodiversidade
- Boas Práticas Agrícolas
- Viveiros Municipais de plantas autóctones
- Combate à Poluição e outras formas de degradação nos ecossistemas
- Controlo de Espécies Exóticas
- Monitorização do Património Natural
- Outro(s)

A4.1 - Outro(s) Qual(ais):

A5 - Descrição Sumária da Ação/Projeto:

Pretende-se com esta ação /projecto Implementar e avaliar, estratégias, de forma integrada, para aumentar a produtividade da amendoeira e avaliar a qualidade nutricional da amêndoa.

A6 - Metodologia adotada:

Instalação de três campos experimentais, onde será implementado um conjunto de tecnologias culturais integradas nas seguintes linhas de ação:

- 1 – Porta-enxertos, variedades e sistemas de condução;
- 2- Gestão do solo e fertilização;
- 3- Monitorização e luta contra as principais pragas e doenças;
- 4 – Rega deficitária;
- 5 – Luta contra a geada;
- 6 – Demonstração e divulgação do conhecimento obtido com as acções experimentais.

1. Porta-enxertos, variedades e sistemas de condução

No sentido de obter informação sobre o comportamento de variedades e porta-enxertos e formas de condução, será instalado um campo experimental em Torre de Moncorvo. Com esta ação pretende-se avaliar o comportamento de variedades de floração tardia, auto-férteis ou que em conjunto sejam capazes de garantir a polinização cruzada e que tenham bom rendimento à britagem. Por outro lado, serão experimentados novos porta-enxertos para comparação com o habitualmente usado GF-677. Por fim, será avaliado o comportamento das cultivares em vários sistemas de condução (Tarefa a cargo do IPB e AmendoaCoop).

2. Gestão do solo e fertilização

Esta ação terá as seguintes atividades:

- Gestão do solo: O desenvolvimento experimental compreenderá quatro tratamentos, designadamente: leguminosas anuais de ressementeira natural de ciclo curto; de ciclo de média duração; vegetação natural fertilizada com azoto; e não fertilizada.

- Fertilização: O delineamento experimental incluirá cinco tratamentos com aplicações foliares anuais de azoto e potássio e três tratamentos com aplicações foliares de boro, distribuídas ao longo da estação de crescimento e conseqüente monitorização do estado nutricional. Estes nutrientes estão identificados como sendo os que originam maiores desordens nutritivas.

3. Proteção contra pragas da amendoeira

Nesta acção pretende-se proceder ao levantamento da biodiversidade do ecossistema amendoal e acompanhar as pragas que atacam a cultura de forma a promover a aplicação de meios de luta com reduzidos impactos no ambiente. Será feita a caracterização da fauna associada à amendoeira, numa perspetiva de conservação da fauna auxiliar, com vista à promoção da proteção biológica contra as suas pragas. Esta ação terá as seguintes atividades:

-Monitorização das pragas: O objetivo desta atividade é monitorizar as pragas que atacam a amendoeira.

-Monitorização biodiversidade de artrópodes: Com esta atividade pretende-se conhecer a diversidade de artrópodes associada ao amendoal para auxiliares por serem os elementos chave na limitação natural de pragas.

4. Rega deficitária

No campo experimental localizado em Alfândega da Fé pretende-se implementar um delineamento para avaliar a resposta fisiológica e agronómica da amendoeira vários regimes hídricos.

5. Luta contra a geada

Esta acção visa promover a implementação de sistemas de protecção contra a geada e a sua correcta utilização, disponibilizando informação sobre formas de prever a sua ocorrência, o momento adequado para iniciar a protecção, o grau de protecção conferido e a análise custo-benefício da implementação de cada método de luta. (Tarefa a cargo do IPB e CAAF)

6. Demonstração e divulgação

Nesta ação pretende-se realizar a divulgação dos resultados obtidos, através da realização de 1 seminário, 2 ações de formação, elaboração de 4 folhetos de divulgação com informação sobre as práticas agrícolas para o amendoal e os resultados obtidos nos campos experimentais. Os resultados dos trabalhos de investigação serão publicados em revistas técnicas, científicas e em atas de congressos. A concretização desta ação será da responsabilidade de todas as entidades.

A7 - Público-Alvo:

Agricultores e técnicos da região

A8 - N.º de pessoas envolvidas:

A9 - Existência de Parcerias:

Sim Não

A10 - Indique as entidades envolvidas nas parcerias:

Parceria entre o Município de Alfândega da Fé, Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé, Instituto Politécnico de Bragança, Amêndoacopp – Cooperativa de produtores de Amêndoa de Torre de Moncorvo e Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro, anexo contrato de parceria.

A11 - Descreva o impacto da ação/projeto no município, indicando o seu âmbito (internacional, nacional, regional e/ou local):

Aumentar a produção de amêndoa e melhoria da qualidade da mesma, melhorar a instalação de novos pomares na região.

A12 - Informação e/ou promoção disponível no site da Câmara Municipal:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/noticias/605>
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/noticias/601>
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/imprensa/943>
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/imprensa/941>
<http://www.cm-alfandegadafe.pt/centro/27>

A13 - Informação e/ou promoção disponível noutras fontes de informação:

http://www.brigantia.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=9955&Itemid=43
<http://www.diariodetrasmontes.com/noticias/complexa.php3?id=21149>

A14 - Efetuaram a Monitorização da Ação/Projeto:

Sim Não

Em caso afirmativo, indique**A14.1 - Metodologia utilizada:**

Ainda está ser feita a monitorização do projecto, uma vez que este ainda se encontra em execução. Relativamente aos pota-enxertos, variedades e sistemas de condução, está a ser efectuada uma avaliação do comportamento fisiológico e produtivo das variedades de amendoeira do campo experimental. O comportamento fisiológico é avaliado através da medição das taxas de fotossíntese, respiração e transpiração, eficiência do uso da água e estado hídrico. São realizadas análises bioquímicas dos parâmetros que condicionam as trocas gasosas e, consequentemente, o seu crescimento. Esta actividade é realizada igualmente no âmbito das linhas de acção 2 e 4 (Tarefa a cargo do IPB e UTAD).

Ainda no âmbito desta linha de acção pretende-se determinar, por espectrofotometria e por cromatografia líquida de alta pressão ou eficiência, os principais parâmetros que permitem avaliar a qualidade dos frutos produzidos no campo experimental e com isso a influência dos tratamentos aplicados. Os parâmetros a determinar são: teor em vitaminas A e C; em ácidos orgânicos; em açúcares-livres; em aminoácidos-livres; em fenólicos totais e flavonoides totais; em fenólicos individuais e actividade antioxidante. Esta actividade será realizada igualmente no âmbito das linhas de acção 2 e 4. (Tarefa a cargo da UTAD).

A qualidade sensorial das variedades de amêndoa será avaliada por um painel de provadores, com treino prévio. Será realizada uma Análise Descritiva Quantitativa que permitirá o desenvolvimento do perfil sensorial de cada variedade com descritores apropriados para todos os parâmetros sensoriais avaliados e escalas quantitativas adequadas. Com a análise descritiva quantitativa conseguiremos correlacionar os dados físico-químicos com os dados sensoriais. Os resultados serão tratados através de uma análise estatística multivariada. (Tarefa a cargo da UTAD).

Está a ser feita a avaliação regular do estado nutritivo das plantas, da fertilidade do solo, da persistência das espécies semeadas, do estado nutricional das amendoeiras e da produção. (Tarefa a cargo do IPB e CAAF).

A monitorização das pragas, para o caso de *Anarsia lineatella* Zeller, e *Grapholita molesta* (Busk), vão ser instaladas 5 armadilhas tipo delta com feromona sexual em da parcela e 5 armadilhas tipo funil com feromona para captura de adultos de *Cossus cossus* (L.); *Zeuzera pyrina* (L.). Será aplicada a técnica de pancadas para monitorização dos adultos de *Capnodis tenebrionis* e *Monosteira unicastata*. Será feita a colheita e observação de folhas para a monitorização da monosteira e dos ácaros tetraniquídeos. Durante a primavera serão observados ramos para o acompanhamento do ataques de afídios. As amostragens decorrerão semanalmente.

A monitorização da biodiversidade de artrópodes, será efetuada uma colheita mensal dos artrópodes através da técnica de pancadas. Este procedimento permitirá conhecer a riqueza e abundância dos potenciais predadores e parasitóides de pragas e avaliar as suas populações para atuarem contra as pragas. Será disponibilizada informação acerca das pragas e da eventual necessidade de aplicação de meios de luta (Tarefa a cargo do IPB e CAAF).

Rega deficitária - A resposta agronómica será avaliada através da produção e do crescimento da árvore e complementada com a análise da qualidade dos frutos produzidos. A resposta fisiológica será avaliada de acordo com as metodologias referidas na linha de ação 1. (Tarefa a cargo do IPB, UTAD e CAAF)

A14.2 - Responsáveis envolvidos:

Instituto Politécnico de Bragança e Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro

A14.3 - Periodicidade:

Mensal

A14.4 - Resultados obtidos:

Ainda não temos todos os resultados obtidos, uma vez que o projecto ainda se encontra em execução, no entanto deixamos aqui os resultados obtidos até à data.

Efeito da rega e da aplicação de caulino nas características sensoriais e parâmetros de biometria da amêndoa:

No presente estudo, diferentes regimes de rega (100% de ETC, 70% de ETC, 35% de ETC, 100%-35% de ETC, controlo sem rega) e caulino (4%) foram aplicados durante o verão de 2015, em amendoeiras da cultivar Ferragnés situadas no Norte de Portugal (Alfândega da Fé). Foram avaliados os efeitos destes tratamentos na biometria do fruto, nas características sensoriais, no rendimento de produção e na produtividade.

Verificou-se que, no caso das amendoeiras regadas com 100% de ETC, se obteve uma maior produtividade, apesar de os parâmetros da biometria das amêndoas se terem revelado mais baixos.

A maior ou menor disponibilidade de água forneceram às amêndoas atributos sensoriais que as diferenciam. Assim, a rega a 35% e 100%, tornaram as amêndoas mais doces, ao passo que a falta de água (sem rega), tornou as amêndoas mais rugosas. A presença de caulino nas folhas e "rega – 70% ou 100-35%" favoreceu a cor mais escura e a dureza dos frutos em estudo.

Aplicação de boro na amendoeira (*Prunus dulcis* L.):efeitos na fisiologia e produtividade das árvores:

Uma das técnicas mais utilizadas para aumentar a produtividade dos amendoais é a fertilização que, na região de Trás-os-Montes, assume maior relevância dadas as carências de azoto e boro nos solos. Neste trabalho, apresentam-se os resultados do primeiro ano (2015) dos efeitos da aplicação foliar e ao solo de boro na fisiologia e na produção da amendoeira cv. Glorieta num campo de ensaio instalado em Alfândega da Fé. Foram estabelecidos 8 tratamentos com concentrações variáveis de boro ao solo e combinados com aplicação foliar do mesmo micronutriente. Na altura da colheita, foi avaliado o estado fisiológico das árvores através da medição das trocas gasosas foliares, da fluorescência da clorofila *a* in vivo, e de parâmetros do estado hídrico bem como quantificada a produtividade das árvores. Dos resultados obtidos ressalta que, as árvores submetidas à aplicação de boro ao solo apresentam melhor resposta fisiológica comparativamente às árvores sujeitas à aplicação combinada de boro ao solo e por via foliar, mas sem efeito significativo na produtividade. É de esperar que os efeitos da aplicação de boro sejam mais evidentes no ano seguinte ao da aplicação pelo que será necessário prosseguir os estudos para confirmar qual a aplicação de boro mais adequada para o amendoal em condições de sequeiro.

Resposta da amendoeira a diferentes estratégias de rega na região de Trás-os-Montes: rendimento e eficiência do uso da água:

Este estudo, que se enquadra-se num projeto mais amplo de avaliação de um conjunto de estratégias integradas para o aumento da produtividade da amendoeira na região de Trás-os-Montes, teve como objetivo avaliar o efeito de diferentes regimes hídricos no rendimento da cultura e na melhoria da eficiência do uso da água.

O trabalho experimental foi conduzido num amendoal adulto (417 amendoeiras/hectare da variedade Ferragnés), localizado em Alfândega da Fé (lat. 41° 21'; long. 6° 57'; alt. 576 m), durante o ano de 2015.

O dispositivo experimental consistiu num sistema em blocos com 4 tratamentos de rega, com dotações determinadas em função da evapotranspiração da cultura (ETc): RP100 (100%ETc), RD70 (70%ETc) e RD (35%ETc) RDC (100%ETc até ao enchimento do fruto e redução posterior para 30%ETc), e a testemunha não regada (NR).

Os resultados mostram um efeito significativo do regime hídrico na melhoria do estado hídrico das árvores durante a estação de crescimento. O potencial hídrico foliar variou entre -0,8 a -1,0 MPa nas amendoeiras submetidas à RP100 e -2,6 a -3,2 MPa nas amendoeiras não regadas. Verificou-se, ao longo do período de crescimento, uma tendência para um maior aumento do peso seco do miolo da amêndoa nos tratamentos RP100, RD70 e RDC relativamente ao tratamento RD35 e à testemunha NR.

Contudo, a diferença entre a produtividade nos diferentes regimes hídricos não foi estatisticamente significativa. A eficiência do uso da água foi superior nas amendoeiras submetidas aos regimes hídricos mais deficitários. Os resultados apresentados resultam de um ano de ensaios e, por isso, devem ser vistos como de carácter preliminar. Os estudos terão continuidade nos próximos anos, para consolidar os resultados e avaliar o efeito das várias estratégias de rega na variabilidade interanual da produtividade.

Monitorização de pragas associadas à amendoeira em Alfândega da Fé:

O objetivo deste trabalho foi monitorizar as populações das principais pragas da amendoeira, nomeadamente *Tetranychus urticae* koch, *Monosteira unicastata* (Mulsant & Rey, 1852), *Anarsia lineatella* Zeller, *Grapholita molesta* (Busck), *Cossus cossus* L. e *Zeuzera pyrina* L. na zona de Alfândega-da-Fé, em Trás-os-Montes. Para a monitorização das populações de aranha-amarelo *T. urticae* e de *M. unicastata* realizaram-se observações entre meados de julho e meados de agosto de 2015 em um amendoal não regado através da colheita de 20 folhas em 20 árvores em cada uma das variedades "Glorieta" e "Masbovera" e, no laboratório, contaram-se ovos, ninfas e adultos de *T. urticae* e adultos de *M. unicastata*. Para a monitorização de *A. lineatella*, *G. molesta*, *C. cossus* e *Z. pyrina* instalaram-se, em dois amendoais (um regado e outro não regado), três armadilhas delta com feromona para captura das duas primeiras espécies e três armadilhas tipo funil com feromona para captura das duas segundas. Estas armadilhas permaneceram instaladas desde inícios de maio até finais de novembro de 2015. Não se verificaram diferenças significativas entre as populações de *T. urticae* e de *M. unicastata* capturadas nas duas variedades de amendoeira, nem entre as populações das restantes pragas capturadas nos dois amendoais. As populações de *T. urticae* registaram um pico de abundância em meados de julho e foi atingido o seu nível económico de ataque. As populações de *A. lineatella* e de *G. molesta* atingiram níveis populacionais relativamente elevados (com um pico médio de capturas de 74 e 9 indivíduos, respetivamente), mas apenas 1 indivíduo de *C. cossus* e 1 de *Z. pyrina* foram capturados. Estes resultados permitiram conhecer os níveis populacionais das pragas associadas à amendoeira e fazer recomendações, aos parceiros do projeto, sobre a melhor ocasião para efetuar o tratamento fitossanitário.

Em anexo envio os resumos dos resultados submetidos ao simpósio nacional de frutos secos a realizar no próximo dia 30 de junho no centro cultural de Ferreira do Alentejo.

Relativamente aos resultados obtidos em 2016, anexamos nas observações o relatório anual de progresso do ano 2016, desenvolvido pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), onde é documentado o trabalho desenvolvido ao longo







desenvolvido pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), onde é documentado o trabalho desenvolvido ao longo de 2016 pela equipa da UTAD do projecto ProDer "Estratégias Integradas para o aumento da produtividade da amendoeira em Trás-os-Montes nº 54611, financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e pelo Estado Português através da Medida 4.1. Cooperação para a Inovação do programa PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural. Este Projecto, integra 6 linhas de acção e tem como principal objectivo promover e avaliar a implementação de estratégias integradas que contribuam para o aumento da produtividade da amendoeira na região de Trás-os-Montes, de forma a rentabilizar as potencialidades das terras transmontanas para esta cultura, bem como aumentar a qualidade da produção. Durante o período a que se refere este relatório, foram fundamentalmente desenvolvidos, pela equipa da UTAD, trabalhos no âmbito das acções 1, 2, 4 e 6 do referido Projecto:

Acção 1. Porta-enxertos, variedades e sistemas de condução;
 Acção 2. Gestão do solo e fertilização;
 Acção 4. Rega deficitária;
 Acção 6. Demonstração e divulgação.

Observações relativas ao sub-indicador A:

- 1- Contrato de Parceria
- 2 - Resumo do Efeito da rega e da aplicação de caulino nas características sensoriais e parâmetros de biometria da amêndoa.
- 3 - Resumo da Aplicação de boro na amendoeira (*Prunus dulcis* L.):efeitos na fisiologia e produtividade das árvores
- 4 - Resumo da Resposta da amendoeira a diferentes estratégias de rega na região de Trás-os-Montes: rendimento e eficiência do uso da água.
- 5 - Resumo da Monitorização de pragas associadas à amendoeira em Alfândega da Fé.
- 6 – Relatório anual de progresso – anual 2016.

Documentação anexa relativa ao sub-indicador A:

-  1 -Contrato de Parceria.doc (58.5 kB)
-  2 - Abstract_Simposio Nacional de Frutos Secos.docx (17.8 kB)
-  3-simposio frutos secos_final_aplicação de boro .docx (19.2 kB)
-  4 -resposta da amendoeira a diferentes estrategias.doc (33.5 kB)
-  5 - Resumo_DBarreales_Pragas.docx (14.8 kB)
-  6 - Relatório anual de progresso.docx (1.5 MB)

Item 3

A1 - Nome da Ação/Projeto:

PLANO DE CONTROLO DAS OPERAÇÕES MUNICIPAIS DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

A2 - Investimento/custo (€):

55808,19

A3 - Duração da ação/projeto (indicação da data de início e de fim):

Início: 01/01/2016
 Fim:Esta ação não tem data de fim definida, pois pretende-se dar continuidade aos trabalhos de defesa da floresta contra incêndios que são da responsabilidade do Município.

A4 - Selecione o(s) tema(s) em que a ação se insere:

- Biodiversidade
 Conservação do Solo e Recursos Hídricos
 Geodiversidade
 Boas Práticas Agrícolas
 Viveiros Municipais de plantas autóctones
 Combate à Poluição e outras formas de degradação nos ecossistemas
 Controlo de Espécies Exóticas
 Monitorização do Património Natural
 Outro(s)

A4.1 - Outro(s) Qual(ais):

Defesa de pessoas e bens

A5 - Descrição Sumária da Ação/Projeto:

Pretende-se com este plano conhecer, definir e quantificar as obrigações/competências municipais em matéria Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), de acordo com as normas contidas na legislação DFCI, em especial no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua actual redacção, legislação complementar e no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI). O plano visa operacionalizar a nível municipal quais as metas, medidas e acções a desenvolver em matéria de DFCI, assume-se como sendo um instrumento de orientação que dinamize, maximize e assuma um processo de continuidade que possibilite, num futuro imediato, traduzir a excelência do planeamento municipal em matéria de DFCI.

A6 - Metodologia adotada:

1) Elaboração anual do Plano de Controlo das Operações Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PCOM-DFCI); 2) Definição das metas a implementar anualmente em cada um dos 8 grupos de operações do PCOM pelo Executivo Municipal/Chefe de DUA e DO e pela técnica do Gabinete Técnico Florestal; 3) Envio do (PCOM), no início de cada ano para a DO, para execução; 4) A DO antes de iniciar cada uma das intervenções definidas no PCOM dá conhecimento por mail ao GTF; 5) a técnica do GTF procede à monitorização das operações executadas; 6) a técnica do GTF efetua o reporte dos trabalhos efetuados, das medições e da taxa de execução das metas do PCOM; trimestralmente, via e-mail, para o Executivo e Chefe da DUA e Chefe da DO); o reporte deve ser efetuado entre o último dia cada trimestre e os primeiros 20 dias do trimestre seguinte, com dados relativos ao trimestre anterior; 7) trimestralmente são também reportados os dados para observatório ao ICNF; 8) O balanço/conclusões e propostas de melhoria são reportados na presente Ficha do indicador, trimestralmente.

A7 - Público-Alvo:

sapadores florestais, técnicos do GTF, técnicos de ambiente e técnicos da Associação de Produtores Florestais.

A8 - N.º de pessoas envolvidas:

15

A9 - Existência de Parcerias:

- Sim Não

A10 - Indique as entidades envolvidas nas parcerias:

Município de Alfândega da Fé e AFLOCAF

A11 - Descreva o impacto da ação/projeto no município, indicando o seu âmbito (internacional, nacional, regional e/ou local):

O projecto apenas teve impactos a nível local, uma vez as intervenções apenas foram realizadas no concelho de Alfândega, da Fé.

A12 - Informação e/ou promoção disponível no site da Câmara Municipal:

Ainda não foi feita a promoção deste PCOMDFCI.

A13 - Informação e/ou promoção disponível noutras fontes de informação:**A14 - Efetuaram a Monitorização da Ação/Projeto:**

- Sim Não

Em caso afirmativo, indique

A14.1 - Metodologia utilizada:

Visitas de campo para verificação as regras das boas práticas florestais.

A14.2 - Responsáveis envolvidos:

Município de Alfândega da Fé e AFLOCAF

A14.3 - Periodicidade:

Semanal

A14.4 - Resultados obtidos:

No ano 2016 a taxa de execução deste plano foi de 96,4%, sendo que todas as acções atingiram a taxa de execução de 100% excepto a Implementação/Manutenção da Faixa de Gestão de Combustíveis na Rede Viária que ficou pelos 71,4% de execução. Anexo nas observações relativas a este formulário o PCOMDFCI.

Observações relativas ao sub-indicador A:

Considerou-se pertinente anexar a seguinte documentação relevante:

1- Plano de Controlo das Operações Municipais

Documentação anexa relativa ao sub-indicador A:

 PCOM_DFCI_2016.doc (26.4 MB)

Item 4

A1 - Nome da Ação/Projeto:

SOUTOS SUSTENTÁVEIS

A2 - Investimento/custo (€):

4.500 euros

A3 - Duração da ação/projeto (indicação da data de início e de fim):

Início: 03/01/2015

Fim: Esta ação não tem data de fim definida, pois pretende-se dar continuidade a este projecto.

A4 - Selecione o(s) tema(s) em que a ação se insere:

- Biodiversidade
- Conservação do Solo e Recursos Hídricos
- Geodiversidade
- Boas Práticas Agrícolas
- Viveiros Municipais de plantas autóctones
- Combate à Poluição e outras formas de degradação nos ecossistemas
- Controlo de Espécies Exóticas
- Monitorização do Património Natural
- Outro(s)

A4.1 - Outro(s) Qual(ais):

- Gestão florestal sustentável ,
- Condução de soutos,
- Boas práticas a aplicar em soutos.

A5 - Descrição Sumária da Ação/Projeto:

Na área do Parque de Alvazinhas, Alfândega a Fé, nasceu um novo souto de castanheiros, fruto de um projeto que envolve as componentes de responsabilidade social e ambiental. Uma iniciativa a várias mãos que contou com o envolvimento da população escolar (alunos do 6.º ano do agrupamento de escolas), empresas e fornecedores do município, Associação de Produtores Florestais e Bombeiros Voluntários e Câmara Municipal de Alfândega da Fé. A ideia é simples: as empresas e fornecedores foram desafiados a colaborar disponibilizando árvores, a Câmara cedeu e preparou o terreno e os jovens participaram na plantação como forma de sensibilização para a necessidade de proteger estas espécies, contribuindo também para a gestão sustentável das áreas florestais.

Ao repto responderam 6 empresas: grupo FCC (FOCSA), Auto Imperial de Bragança, Fernando Joaquim Vilares, José Joaquim Gomes e A.M. Pires construções. Em conjunto apoiaram a plantação de mais de 400 castanheiros, que vão ocupar uma área de mais de 2hectares. Foram plantados castanheiros das variedades Longal, Judia e Martainha, dentro de 5 anos deverão estar a produzir. Mas a colaboração das empresas no projeto vai alargar-se no tempo, irão também apoiar todo o processo de manutenção deste souto. Um acompanhamento que vai ser extensivo aos alunos do agrupamento. É que pretende-se que os alunos participem ativamente nas diferentes fases desta plantação, proporcionando-lhes um contacto direto com a terra, novas experiências e aprendizagens.

Este projeto é também uma forma de alertar para a necessidade de revitalizar áreas incultas e incentivar agricultores para a plantação de castanheiros, que neste período, fruto da vespa das galhas do castanheiro tem vindo a diminuir. A ação pode também ser entendida como uma maneira de apoiar agricultores e produtores de castanha do concelho. É que a ideia passa também por criar um campo experimental neste domínio. Uma espécie de laboratório ao ar livre, que vai permitir estudar quais as espécies que melhor se adaptam às características do concelho, mas sobretudo avaliar a melhor forma de combater pragas e doenças que afetam o castanheiro como o cancro e a tinta, ao mesmo tempo que se contribui para o aumento e melhoria da produção de castanha em Alfândega da Fé.

A6 - Metodologia adotada:

Com o objectivo de incentivar e valorizar a produção de castanha assim como a valorização das espécies autóctones foi enviado um convite a todos os fornecedores de bens e serviços do município, assim como a todos os empreiteiros com o apelo à participação nesta causa. Os interessados em participar ofereceram o número de árvores que entenderam e participaram na plantação do souto, comprometendo-se a participar nas ações de manutenção necessárias nos anos seguintes.

A7 - Público-Alvo:

Empresas prestadoras de bens e serviços ao município / Alunos do clube da floresta e ambiente do agrupamento de escolas de Alfândega da Fé, sapadores florestais, técnicos do GTF, técnicos de ambiente e técnicos da Associação de Produtores Florestais.

A8 - N.º de pessoas envolvidas:

A9 - Existência de Parcerias:

Sim Não

A10 - Indique as entidades envolvidas nas parcerias:

Grupo FCC (FOCSA), Auto Imperial de Bragança, Fernando Joaquim Vilares, José Joaquim Gomes e A.M. Pires construções, AFLOCAF (Associação de Produtores Florestais do Concelho de Alfândega da Fé) e Município de Alfândega da Fé.

A11 - Descreva o impacto da ação/projeto no município, indicando o seu âmbito (internacional, nacional, regional e/ou local):

O projecto apenas teve impactos a nível local, uma vez a plantação de castanheiros apenas foi realizada concelho de Alfândega, freguesia de Vales/Alfândega da Fé, mas que se pretende alargar a mais freguesias do concelho.

A12 - Informação e/ou promoção disponível no site da Câmara Municipal:

http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=169

A13 - Informação e/ou promoção disponível noutras fontes de informação:**A14 - Efetuaram a Monitorização da Ação/Projeto:**

Sim Não

Em caso afirmativo, indique**A14.1 - Metodologia utilizada:**

Visitas de campo para verificação as regras de uma boa plantação e as boas práticas florestais.

A14.2 - Responsáveis envolvidos:

AFLOCAF
GTF do Município

A14.3 - Periodicidade:

semanal

A14.4 - Resultados obtidos:

até à data o resultado obtido foi a plantação de cerca de 480 castanheiros, uma vez que o projecto ainda se encontra em execução, no entanto, espera-se dar continuidade a este projecto, criar um campo experimental neste domínio, uma espécie de laboratório ao ar livre, que vai permitir estudar quais as espécies que melhor se adaptam às características do concelho, mas sobretudo avaliar a melhor forma de combater pragas e doenças que afetam o castanheiro como o cancro e a tinta, ao mesmo tempo que se contribui para o aumento e melhoria da produção de castanha em Alfândega da Fé.

No ano 2016, em março, foi feita a reposição de 21 castanheiros que estavam secos, destas 21 árvores, 10 eram da variedade judia, 8 da martainha e 3 da longal. Em abril foi realizada a mobilização do solo e efetuada a recolha de amostras de solo que foi enviada para o laboratório para análise, para se proceder a uma adequada fertilização.

Observações relativas ao sub-indicador A:

1- Relatório da ação

Documentação anexa relativa ao sub-indicador A:

 Relatório Plantação de Soutos.doc (1.7 MB)

B - FORMAÇÃO / EDUCAÇÃO**B1 - Centros de Interpretação existentes no município sobre conservação da natureza, biodiversidade e geodiversidade****B1.1 - Existência de Centro de Interpretação:**

Sim Não

B1.2 - Nome do Centro de Interpretação:

Centro de Interpretação do Território de Alfândega da Fé – Sambade

B1.3 - Morada:

Largo da Igreja / 5350 Sambade

B1.4 - Tipo de atividades desenvolvidas (culturais, sociais, educacionais, campanhas de sensibilização):

Exposições temporárias e permanentes, seminários, workshops, interação com os elementos expostos, visualização de filmes.

B1.5 - Público-Alvo:

População em geral

B1.6 - Descrição sumária das ações:

Transmitir conhecimento, cultura, tradições, vivências, histórias e pensamentos. E mostrar sobretudo como se vive num mundo rural. O Centro usará as novas tecnologias da comunicação com conteúdos atrativos e que permitirá aliar o antigo com o atual, proporcionando ao visitante uma interação ativa com todo o Centro.

Atividades culturais temáticas:

- Exposições temporárias temáticas (por exemplo: realizar de 3 em 3 meses uma exposição dedicada a um utensílio, uma profissão, um costume, um ritual, ... Visto o CIT não ser um espaço muito grande onde se poderá mostrar tudo, esta seria uma forma de o fazer).
- Exposição Visual (Criar um espólio de fotografias por exemplo dos objetos que sejam relevantes mas que não nos tenham sido cedidos ou que não possam estar exposto por sobrelocação do espaço).
- Quadros vivos (Isto seria interessante ser feito na Inauguração por exemplo, ou em visitas de estudo. Recriar costumes, hábitos ou profissões com pessoas, dinamizando todo o espaço e dando sentido ao termo "manter viva a tradição").
- Realização de cursos, seminários ou pequenas palestras alusivas a várias temáticas, que poderiam ter a sua parte prática (por exemplo: ser agricultor por um dia).
- Workshops de cozinha típica de Trás-os-Montes (aprender a confeccionar pratos completos ou simples iguarias).
- Concursos de fotografias com diferentes temáticas que retratassem a região (seria importante para envolver a comunidade estudantil com o CIT).
- Ateliers (por exemplo: costura, tecelagem).

Serviço Educativo:

- Visitas orientadas para Escolas e Grupos Particulares, de todas o género.
- Visitas – jogo, direcionadas mais para os 1º e 2º ciclo (recriar jogos tradicionais ou outros que proporcionem interação com o Centro; imitar uma profissão por exemplo).
- Visitas gerais ao CIT (grupos, turistas estrangeiros, individuais).
- Visitas para pessoas com necessidades especiais.
- Visitas para universitários ou profissionais da área, assim como para docentes (visitas pedagógicas).
- Visitas para público sénior.

B1.7 - Objetivos:

Reabilitação do edificado, criação de valor/retorno económico e fixação e captação de população.

B1.8 - Formas de monitorização/avaliação:

N.º de visitantes / N.º de iniciativas realizadas/realização de inquéritos da avaliação da satisfação aos visitantes (exposições workshops, visitas guiadas entre outras iniciativas)

B1.9 - Periodicidade:

quadrimestral

B2 - Ações nas Escolas

B2.1 - N.º de Ações nas escolas:

B2.2 - Tipo de ações:

- a) Dia Internacional da Biodiversidade
- b) Dia Internacional das Aves
- c) Dia Mundial do Ambiente e Dia Nacional dos Sobreiros e Cortiça
- d) Floresta Autóctone (PALOMBAR)
- e) OTL Dia Mundial da Água e da Floresta
- f) Projeto Reserva da Biosfera

B2.3 - Objetivos das ações:

- a) Dia Internacional da Biodiversidade
 - Comemorar o Dia Internacional da Biodiversidade;
 - Estimular o interesse pela preservação da natureza;
 - Promover boas práticas ambientais.
- b) Dia Internacional das Aves
 - Sensibilizar as crianças para a importância das aves no ecossistema;
 - Dar a conhecer os diferentes tipos de aves mais comuns na nossa zona possibilitando mais facilmente a sua identificação;
 - Estimular o interesse pela preservação da natureza.
- c) Dia Mundial do Ambiente e Dia Nacional dos Sobreiros e Cortiça
 - Comemorar o dia Mundial do Ambiente e o dia Nacional do Sobreiro e da Cortiça
 - Sensibilizar as crianças para serem agentes ativos do desenvolvimento sustentável
 - Promover a compreensão da mudança de atitudes em relação ao uso dos recursos e das questões ambientais;
 - Dar a conhecer a importância do sobreiro e da cortiça
 - Elucidar sobre a importância ambiental, social e económica desta espécie e da sua matéria-prima no nosso país.
- d) Floresta Autóctone (PALOMBAR)
 - Comemorar o dia da Floresta Autóctone;
 - Sensibilizar os jovens para a importância ecológica da Floresta Autóctone;
 - Dar a conhecer as espécies autóctones que predominam a nossa região;
 - Conhecer e preparar diferentes métodos de sementeira;
 - Incentivar a plantação de espécies autóctones.
- e) OTL Dia Mundial da Água e da Floresta
 - Comemorar o Dia Mundial da Árvore e da Floresta;
 - Debater temas atuais como o exaustão da exploração dos recursos naturais;
 - Alertar as crianças para a importância da plantação de árvores;
 - Interagir com as crianças na elaboração de produtos ecológicos de fácil aplicação e úteis no dia-a-dia.
- f) Projeto Reserva da Biosfera
 - Compreender e conhecer os valores patrimoniais e transfronteiriços da Candidatura da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica, com todos os elementos que interagem neste espaço interterritorial.
 - Respeitar, relacionar e valorizar a diversidade, tanto natural como cultural, histórica e humana, gerada pelos habitantes destes espaços com elevado valor paisagístico, social e cultural.
 - Criar, a partir da utilização de informação verdadeira e exata, um processo de aprendizagem eficaz que leve os educandos a formar as suas próprias opiniões e críticas construtivas, que confluem para a conservação da Reserva para as gerações futuras.
 - Fomentar o uso dos sentidos, a criatividade e a comunicação interpessoal, a fim de que os educandos associem todos os conteúdos que interatuam neste espaço natural, que abrange realidades passadas, a sua estrutura e diversidade atual.

B2.4 - Metodologia das Ações:

a) Dia Internacional da Biodiversidade

A atividade foi realizada ao ar livre e consistiu no levantamento e registo de toda a biodiversidade existente no espaço envolvente. Foi distribuída uma ficha a todos os frequentadores, onde era apresentada uma listagem de diversos elementos naturais. Durante o passeio, os frequentadores observavam e assinalavam na ficha. No final, foi feito um debate entre todos sobre o levantamento dos elementos naturais e sobre a biodiversidade no geral.

b) Dia Internacional das Aves

Iniciou-se a atividade com uma componente teórica em que foi feita uma apresentação em Power Point com a diversidade de espécies de aves mais comuns na nossa zona. Neste contexto, foram abordadas as variadas características predominantes nas aves. De seguida, procedeu-se à componente prática com a pintura e sequente recorte de um pássaro colocado numa vareta de madeira.

c) Dia Mundial do Ambiente e Dia Nacional dos Sobreiros e Cortiça

As técnicas do ambiente em colaboração com a Eng^a Filipa Penarrias deslocaram-se ao auditório da Biblioteca Municipal para comemorar, junto das crianças, o dia Mundial do Ambiente e o dia Nacional do Sobreiro e da Cortiça.

Esta atividade consistiu numa mini-palestra onde foram apresentados os seguintes temas:

- Todos conhecem o Sobreiro?
- Um conjunto de sobreiros chama-se?
- Qual a espécie predominante no concelho?
- O que nos dá o sobreiro?
- O que é a Cortiça?
- Para que serve a cortiça?
- Vamos conhecer melhor o sobreiro.
- o Idade com que o sobreiro dá a sua primeira cortiça.
- o Quando se dá a extração da cortiça.
- o Qual a zona do país onde há mais sobreiros
- o Qual o país onde há mais sobreiros
- o O sobreiro é o maior aliado contra as alterações climáticas.

A comemoração destas efemérides é uma estratégia de sensibilização, pois deu-se a conhecer a importância do sobreiro, da cortiça e de todos os recursos naturais do nosso planeta.

d) Floresta Autóctone (PALOMBAR)

A ação iniciou com uma componente teórica com a introdução teórica ao tema ("Conhecendo a floresta autóctone"), demonstrando a importância da Floresta autóctone desde as espécies, as vantagens ecológicas, os sub-produtos, as ameaças e os desafios.

Posteriormente, iniciou-se a parte prática que consistiu em semear diferentes espécies autóctones em cusetes apropriadas, de modo a familiarizar os jovens com as várias sementes e com os diferentes métodos de sementeira, ("Semeando a floresta autóctone").

Para finalizar o programa, os jovens tiveram a oportunidade de plantar algumas árvores de espécies autóctones numa zona envolvente à Escola, nomeadamente, freixo, carvalho, lódão, carrasco, azinheira, entre outras espécies.

e) OTL Dia Mundial da Água e da Floresta

A ação iniciou com uma breve introdução ao tema, pois neste dia comemorava-se o Dia Mundial da Árvore.

Na primeira atividade, as crianças tiveram a oportunidade de jogarem ao jogo da memória com imagens alusivas ao tema. O jogo da memória, na infância, é um instrumento importante de aprendizagem que estimula o raciocínio lógico e a capacidade de memorização do cérebro da criança, a criatividade e a noção das regras desde muito cedo de forma lúdica e divertida.

De seguida, realizou-se uma experiência denominada de cromatografia que corresponde a uma técnica usada para a extração da pigmentação das plantas. Após a sua extração elaborou-se tinta ecológica recorrendo à mistura de farinha. Elaborou-se, também, cola ecológica recorrendo à mistura de farinha, água e vinagre formando uma pasta consistente, sendo esta uma alternativa para as Escolas economizarem algum dinheiro em cola.

Por fim, todas as crianças tiveram a oportunidade de adquirir um Kit "Dá-me vida" que consistia numa forma interativa de a criança valorizar a importância da criação de uma horta em casa para se poder usufruir dos legumes biológicos. Por outro lado, reforçar a ideia da importância da plantação de árvores, pelo menos uma vez por ano na data comemorativa, devido ao homem recorrer e explorar cada vez mais os recursos naturais e consequentemente o desflorestamento excessivo das diversas áreas.

f) Projeto Reserva da Biosfera

Estas sessões dividiram-se num conjunto de 8 atividades independentes, que, contudo, se complementam. Estas atividades foram realizadas com uma turma de 7ºano pertencente ao Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé.

Nota: Estes conjuntos de 8 atividades encontram-se disponíveis nos anexos.

B2.5 - Público-Alvo:

a) Dia Internacional da Biodiversidade Ensino especial (LEQUE). b) Dia Internacional das Aves Ensino especial (LEQUE). c) Dia Mundial do Ambiente e Dia Nacional dos Sobreiros e Cortiça Pré-escolar. d) Floresta Autóctone (PALOMBAR) 8ºano de escolaridade e)

B2.6 - % população abrangida pelas ações:

50%

B2.7 - Existência de instrumentos de avaliação das ações desenvolvidas:

Sim Não

B2.8 - Instrumentos de avaliação utilizados:

- Inquérito de avaliação da ação (consta em anexo o modelo)
- Relatório da ação (incluindo a descrição, objetivos, avaliação da ação e registo fotográfico)

B2.9 - Responsáveis envolvidos:

Técnicos/as superiores de Ambiente do Município de Alfândega da Fé, Técnica superior Florestal, Educadoras de Infância Municipais e Professores/as do Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé

B2.10 - Periodicidade:

Tendo em conta as necessidades todos os anos é elaborado um programa ambiental (cronograma das ações a desenvolver) inserido no PMA (Plano Municipal de Ambiente) e um PMEA (Plano Municipal de Educação Ambiental), como se pode verificar em anexo.

B2.11 - Resultados obtidos:

a) Dia Internacional da Biodiversidade

Instrumento: Inquérito de avaliação por colagem de rostos alegres ou tristes consoante o estado da criança, como se pode verificar em anexo.

Nº de inquiridos: 13

Resultados: Esta ação foi destinada aos frequentadores da LEQUE (ensino especial) e superou as expetativas tendo em conta o público-alvo. Dos/as 13 inquiridos/as, 7 ficaram bastante satisfeitos com a ação. Após a ação foi possível registar-se algumas citações:

- "A biodiversidade é tudo o que tem vida";
- "A biodiversidade são: as plantas, os animais e nós".

b) Dia Internacional das Aves

Instrumento: Inquérito de avaliação por colagem de rostos alegres ou tristes consoante o estado da criança, como se pode verificar em anexo.

Nº de inquiridos: 46

Resultados: Esta ação foi destinada às crianças do pré-escolar que frequentam a Biblioteca Municipal aquando do prolongamento do horário escolar e superou as expetativas e aos frequentadores da LEQUE (ensino especial).

Dos/as 46 inquiridos/as, 37 ficaram bastante satisfeitos com a ação e 9 ficaram satisfeitos/as. Após a ação foi possível registar-se algumas citações:

- "As aves têm asas, bicos e penas";
- "Eu gosto muito dos passarinhos";
- "Tenho um passarinho em casa e dou-lhe de comer".

c) Dia Mundial do Ambiente e Dia Nacional dos Sobreiros e Cortiça

Instrumento: Inquérito de avaliação por colagem de rostos alegres ou tristes consoante o estado da criança, como se pode verificar em anexo.

Nº de inquiridos: 24

Resultados: Esta ação foi destinada às crianças do pré-escolar que frequentam a Biblioteca Municipal aquando do prolongamento do horário escolar e superou as expetativas.

Dos/as 24 inquiridos/as, 16 ficaram bastante satisfeitos com a ação e 7 ficaram satisfeitos/as. Após a ação foi possível registar-se algumas citações:

- "O sobreiro dá cortiça";
- "As rolhas do vinho são de cortiça".

d) Floresta Autóctone (PALOMBAR)

Instrumento: Inquérito de avaliação da ação.

Nº de inquiridos: 15

Resultados: Dos/as 15 inquiridos/as, 9 pertenciam ao sexo feminino, já os restantes 6 pertenciam ao sexo masculino. Relativamente às instalações, equipamentos disponíveis e no geral na organização da ação todos/as os/as inquiridos/as ficaram bastante satisfeitos/as.

Todos/as os/as inquiridos/as acharam bastante interessante e com utilidade os temas durante a ação. Em relação às intervenções, durante a ação, os/as inquiridos/as ficaram bastante satisfeitos/as. A ação superou as expetativas e por isso todos/as os inquiridos ficaram bastante satisfeitos com a ação no geral.

e) OTL Dia Mundial da Água e da Floresta

Instrumento: Inquérito de avaliação por colagem de rostos alegres ou tristes consoante o estado da criança, como se pode verificar em anexo.

Nº de inquiridos: 9

Resultados: Esta ação foi destinada às crianças que frequentaram o OTL e superou as expetativas.

Dos/as 9 inquiridos/as as 9 ficaram bastante satisfeitos com a ação. Após a ação foi possível registar-se a seguinte citação:

- "A água é muito importante".

f) Projeto Reserva da Biosfera

Instrumento: Inquérito de avaliação da ação.

Nº de inquiridos: 11

Resultados: A avaliação da ação foi realizada no fim das sessões pelo preenchimento de um inquérito de satisfação, (11 inquiridos).

Cerca de 6 inquiridos pertenciam ao sexo feminino, já os restantes 5 inquiridos pertenciam ao sexo masculino. Relativamente às instalações e equipamentos todos os inquiridos ficaram bastante satisfeitos. No que se refere à organização das sessões os inquiridos ficaram bastante satisfeitos. Os 11 inquiridos acharam que as sessões tiveram bastante interesse e utilidade dos temas. Em relação às intervenções todos os inquiridos ficaram bastante satisfeitos e no geral as sessões superaram as expetativas e os inquiridos ficaram também bastante satisfeitos.

Observações relativas ao sub-indicador B:

a) Dia Internacional da Biodiversidade

http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1226?event_id=188

b) Dia Internacional da Aves

http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1226?event_id=118

http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1226?event_id=117

c) Dia Mundial do Ambiente e Dia Nacional do Sobreiro e da cortiça

http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1226?event_id=190

d) Floresta Autóctone (PALOMBAR)

http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1226?event_id=191

(incluindo a reportagem da local visão)

e) OTL Dia Mundial da água e da Floresta

http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1226?event_id=119

http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1226?event_id=121

http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1226?event_id=120

http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1226?event_id=115

Documentação anexa relativa ao subindicador B:

a) Dia Internacional da Biodiversidade

- Relatório (incluindo descrição, objetivos, análise de inquéritos de avaliação da satisfação e registo fotográfico);
- Inquérito de avaliação da ação.

b) Dia Internacional da Aves

- Relatório Biblioteca Municipal (incluindo descrição, objetivos, análise de inquéritos de avaliação da satisfação e registo fotográfico);
- Inquérito de avaliação da ação Biblioteca Municipal;
- Relatório LEQUE (incluindo descrição, objetivos, análise de inquéritos de avaliação da satisfação e registo fotográfico);
- Inquérito de avaliação da ação LEQUE.

c) Dia Mundial do Ambiente e Dia Nacional do Sobreiro e da cortiça

- Relatório (incluindo descrição, objetivos, análise de inquéritos de avaliação da satisfação e registo fotográfico);
- Inquérito de avaliação da ação;
- Apresentação em PowerPoint “Dia Mundial do Ambiente e Dia Nacional do sobreiro e da cortiça”.

d) Floresta Autóctone (PALOMBAR)

- Relatório (incluindo descrição, objetivos, análise de inquéritos de avaliação da satisfação e registo fotográfico).

e) OTL Dia Mundial da água e da Floresta

- Relatório (incluindo descrição, objetivos, análise de inquéritos de avaliação da satisfação e registo fotográfico);
- Inquérito de avaliação da ação.

f) Projeto Reserva da Biosfera

- Material didático e informativo Reserva da Biosfera;
- Relatório (incluindo descrição, objetivos, análise de inquéritos de avaliação da satisfação e registo fotográfico).

PMA (Plano Municipal de Ambiente) e PMEA (Plano Municipal de Educação Ambiental);

Programas Ambientais

Documentação anexa relativa ao sub-indicador B:

-  Inquérito Comemoração Dia Internacional da Biodiversidade - LEQUE.pdf (338.3 kB)
-  Modelo Inquérito de avaliação da ação - Pré escolar.pdf (126.1 kB)
-  Relatório à descoberta da biodiversidade.pdf (897.4 kB)
-  Smiles para colar no inquérito.pdf (120.6 kB)
-  Inquérito Comemoração Dia Internacional das Aves - LEQUE.pdf (387.6 kB)
-  Inquérito Comemoração Dia Internacional das Aves - pré escolar BM.pdf (383 kB)
-  Relatório_Biblioteca_Dia Internacional das Aves.pdf (486.8 kB)
-  Relatório_LEQUE_Dia Internacional das Aves.pdf (938.4 kB)
-  Dia Nacional do Sobreiro e da Cortiça.pdf (1.6 MB)
-  Inquérito Comemoração Dia Mundial do Ambiente e do sobreiro - BM.pdf (388 kB)
-  Relatório Dia Mundial dpo Ambiente e dia Nacional do Sobreiro.pdf (530.2 kB)
-  Modelo Inquérito de avaliação da ação.pdf (129.1 kB)
-  Relatório Escolas pela Floresta Autóctone.pdf (590.1 kB)
-  Inquérito Dia Mundial da Árvore e da Floresta - OTL.pdf (316.7 kB)
-  Relatório Atividades OTL.pdf (703.9 kB)
-  20160321_143908.jpg (2 MB)
-  20160321_143911.jpg (1.9 MB)
-  20160321_143925.jpg (3.4 MB)
-  20160321_143929.jpg (3.3 MB)
-  20160321_144830.jpg (4.7 MB)
-  20160321_144834.jpg (4.4 MB)
-  20160321_145309.jpg (4.9 MB)
-  20160321_145318.jpg (5.3 MB)
-  20160321_152402.jpg (4.3 MB)
-  20160321_152404.jpg (4.1 MB)
-  Plano Municipal de Ambiente-2016(PMEA) (4).pdf (1.4 MB)
-  (2016-10-12) PA - Educação Ambiental 2016.pdf (309.3 kB)
-  (2017-03-21) PA - Educação Ambiental 2017.pdf (273.7 kB)
-  Modelo Inquérito de avaliação da ação.pdf (129.1 kB)
-  Relatório Sessões Reserva da Biosfera.pdf (296.4 kB)
-  meseta ibérica.pdf (7.1 MB)
-  unidad_01.pdf (11.9 MB)
-  unidad_02.pdf (17.4 MB)
-  unidad_03.pdf (18 MB)
-  unidad_04.pdf (17.6 MB)
-  unidad_05.pdf (15.9 MB)
-  unidad_06.pdf (14.8 MB)
-  unidad_07.pdf (23.8 MB)
-  unidad_08.pdf (16.2 MB)

C - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL

C1 - Parques e Reservas Municipais

C1.1 - Nome dos Parques e Reservas Municipais:

Parque de Alvazinhos

C1.2 - Área dos Parques e Reservas Municipais (ha):

C1.3 - Localização dos Parques e Reservas Municipais:

Freguesias de Alfândega da Fé e União de Freguesias de Pombal e Vales

C1.4 - Existência de Parques e Reservas Municipais com floresta autóctone:

Sim Não

C1.5 - Espécies autóctones existentes:

Quercus suber (sobreiro)

C1.6 - Formas de gestão dos Parques e Reservas Municipais:

A gestão do parque é feita pelo Município de Alfândega da Fé, através do apoio técnico do Gabinete Técnico Florestal em parceria com a AFLOCAF (Associação de Produtores Florestais do Concelho). Anexo documentos (Protocolo, candidatura de silvicultura preventiva do Parque de Alvazinhos e localização).

C2 - Espaços Verdes

C2.1 - Nome dos Espaços Verdes:

Zona 1: Desde a rotunda da zona sul, (zona industrial) até à rotunda do Jomica.
-Zona 2: Da rotunda do Jomica até à rotunda da Pastelaria.
-Zona 3: Jardim Municipal.
-Zona 4: Zona da Biblioteca Municipal.
-Zona 5: Mercado Municipal.
-Zona 6: Parque Verde.
-Zona 7: Zona que vai do Pólo Escolar ao cemitério.
-Zona 8: Avenida Norte, saída para Sambade.
-Zona 9: Piscinas da A.R.A. (Associação Recreativa Alfandeguense).
-Zona 10: Centro de Formação Desportiva.
-Zona 11: Bairro da Coutada.

C2.2 - Área dos espaços verdes (m²):

C2.3 - Localização dos espaços verdes:

Conforme Mapa em anexo

C2.4 - Existência de espécies notáveis:

Sim Não

C2.5 - Espécies notáveis existentes:

Plátanos, Phoenix canariensis, Tílias, liriodendrons, Lagerstroemia indica

C2.6 - Formas de gestão dos espaços verdes:

Numa época em que a nossa sociedade atravessa crises a vários níveis, os espaços verdes não são uma excepção e também a sua gestão implica decisões conscientes. As preocupações ambientais com a sustentabilidade são cada vez mais a temática dominante, pelo que se vai tornando fundamental unificar os conhecimentos e as boas práticas, desde a concepção ao desenvolvimento e à gestão dos espaços verdes.

Plantas não adequadas ao clima por má escolha de espécies, frequentemente exigentes em manutenção, extensos relvados a serem regados intensivamente todos os dias, sistemas de rega não eficientes, podas de árvores castradoras e inaceitáveis, são apenas alguns dos exemplos do que ainda se faz na área dos espaços verdes. Apesar dos bons esforços, muito há ainda a fazer. O sucesso dos espaços verdes depende em grande medida de factores ambientais, áreas naturais, as cidades e Vilas podem passar a incorporar alguns dos elementos originais dessas áreas que funcionarão no futuro como espaços verdes.

Uma vez instalados, os espaços verdes necessitam de um conjunto de cuidados, permanentes ou temporários, destinados a manter as suas estruturas e funções. Estes cuidados consistem em práticas diversas, aplicadas principalmente a árvores, arbustos e relvados, de forma a assegurar a sua vitalidade e sanidade bem como outros aspectos relevantes, designadamente os elementos estéticos, que são sempre uma mais-valia para a qualidade dos espaços verdes.

C2.7 - Descrição do tipo de atividade de divulgação:

a descrição e divulgação dos espaços verdes está disponível em <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1374>.

O grande objectivo desta divulgação, foi encontrar os elementos suficientes para que possam ver o trabalho que se vai desenvolvendo na área dos espaços verdes em Alfândega da Fé. Com estes registos fotográficos vamos vendo onde se encontram alguns problemas e assim de ano para ano ir fazendo planos para renovar as zonas a intervir, sempre com o objectivo de criar novos espaços verdes mas sempre com o objectivo de o fazer sem gastar muito dinheiro e criando zonas com espécies que não consumam muita água. A nossa divulgação é feita através do site do município, para que todos os munícipes possam dar também as suas opiniões (http://www.cm-alfandegadafe.pt/files_user/Plano_jard.pdf).

C3 - Sítios de Interesse Municipal**C3.1 - O município tem Sítios de Interesse Municipal:**

Sim Não

C3.2 - Breve descrição dos Sítios de Interesse Municipal:

O concelho de Alfândega da Fé tem uma árvore classificada como de interesse público, pelo Aviso n.º 8713/2000 (2.ª série), de 24 de Maio. Trata-se de um sobreiro (*Quercus suber* L.) considerado "em regular estado de conservação que se destaca ao longe no interior do montado"²⁵. Esta árvore tem 300 anos, com 24,3m de altura, 3,92m de perímetro de base e uma copa que atinge 20,3m de diâmetro.

C3.3 - Localização:

Este exemplar encontra-se na freguesia de Alfândega da Fé, situado na Quinta de Zacarias.

C4 - Percursos Pedestres**C4.1 - Existe uma rede de percursos pedestres definida:**

Nota: Em caso afirmativo, anexe o mapa da rede de percursos.

Sim Não

C4.2 - Extensão dos percursos (km):

C4.3 - Breve Descrição dos percursos:

Descrição de cada um dos percursos pedestres (8), conforme consta no site do município, através do link: <http://www.cm-alfandegadafe.pt/desporto/list/2>

TRILHO DAS CAPELAS

Ficha técnica do percurso

Nome do percurso: Trilho das Capelas

Entidade promotora: Município de Alfândega da Fé

Localização do percurso: Gouveia / Alfândega da Fé

Tipo de percurso: Pequena rota (linear)

Âmbito do percurso: Paisagístico e Patrimonial

Ponto de partida: Largo do Cruzeiro - Gouveia

Distância do percurso: 9km

Duração do percurso: 4h00m

Grau de dificuldade: Moderado/Difícil

Cota máxima atingida: 653 metros (Marco Geodésico de Gouveia)

É um percurso denominado de Pequena Rota (PR), linear e de dificuldade média/difícil. Marcado e sinalizado de acordo com as diretrizes internacionais.

Damos início ao percurso no largo da aldeia, junto ao cruzeiro oitocentista em granito, com soco e base de seção circular, capitel cúbico e cruz latina simples. A escassos metros do largo do cruzeiro, podemos apreciar a Igreja Matriz Paroquial de Gouveia, igreja barroca e rococó de planta longitudinal simples, construída em 1725 e alvo de alterações nos séculos XIX e XX.

Por entre estevas, giestas e sobreiros, prosseguimos por um caminho rural até ao alto da Serra da Gouveia, de onde descemos até a aldeia do Sendim da Serra, onde na Igreja Matriz é possível apreciar as obras de Bento Coelho de Silveira, pintor régio do séc. XVII.

Depois das energias e forças retemperadas, seguimos a nossa caminhada por entre a beleza dos campos e o rasgar do horizonte!

Chegamos a Capela de Santa Eufémia, onde nas proximidades pode ser visitada uma Necrópole medieval de sepulturas de contorno rectangular escavadas no afloramento xistoso, identificam-se três sepulturas embora uma delas se encontra ligeiramente danificada.

Acapela, de planta simples rectangular e pequena dimensão, é precedida por um alpendre ou galilé. Continuando, chegamos a Capela de N.ª Sr.ª de Jerusalém. Exemplar de arquitetura neoclássica com uma fachada onde se destaca o portal com aduelas do arco tipo pedra

almofada. No seu interior, está provavelmente uma das maiores riquezas patrimoniais do concelho, um conjunto de pinturas murais executadas em diferentes técnicas, frescos datados dos finais do séc. XVII início do séc. XVIII e as restantes pinturas executadas a seco.

Por cima, e independente da porta, surge um frontão curvo interrompido, donde irrompe um nicho com pilastras adoçadas, sobrepujado por um frontão triangular. Mas, o Trilho não fica completo sem a visita ao Calvário, local de culto de inúmeros visitantes e peregrinos não só da Diocese mas de todo o País. Pode dizer-se que o Santuário de Cerejais é uma presença de Fátima no Nordeste Transmontano.

Regulamento:

- Não saia do percurso marcado e sinalizado. Preste atenção as marcações.
- Evite fazer ruídos e barulhos.
- Respeite a propriedade privada. Feche portões e cancelas.
- Não abandone o lixo, leve-o até ao respetivo local de recolha.
- Cuidado com o gado. Não incomode os animais.
- Deixe a Natureza intacta. Não recolha plantas, animais ou rochas.
- Faça fogo apenas nos locais destinados para o efeito.
- Evitar andar sozinho na montanha
- Guarde o máximo cuidado nos dias de nevoeiro.
- Utilize sempre botas de montanha, impermeável e um chapéu.
- É conveniente fazer acompanhar de água.

TRILHO DA SERRA DE BORNES

Ficha técnica do percurso

Nome do percurso: Trilho da Serra de Bornes

Entidade promotora: Município de Alfândega da Fé

Localização do percurso: Serra de Bornes / Alfândega da Fé

Tipo de percurso: Pequena rota (circular)

Âmbito do percurso: Paisagístico

Ponto de partida: Serra de Bornes / Alfândega da Fé

Distância do percurso: 8.04km

Duração do percurso: 3h00m

Grau de dificuldade: Moderado

Cota máxima atingida: 1185 metros (Marco Geodésico da Serra de Bornes)

É um percurso denominado de Pequena Rota (PR), circular, marcado e sinalizado de acordo com as diretrizes internacionais.

Localiza-se no coração da Serra de Bornes e tem cerca de 9 km de dificuldade moderada. Partimos para o percurso de Bornes, a uma altitude máxima de 1200 metros, daqui podemos maravilhar-nos com a vista sobre o Vale da Vilarça. A escassos metros, está localizado o Parque Eólico, em funcionamento desde Maio de 2009, com 24 aerogeradores que produzem aproximadamente 60MW de potência instalada, o equivalente a três vezes o consumo total de energia dos concelhos de Alfândega e Macedo. A energia aqui produzida é direcionada para a sub - estação dos Olmos, (Macedo de Cavaleiros) onde entra na Rede Nacional.

Ao longo do trilho podemos apreciar os variadíssimos bosques de sustos, onde a castanha de excelente qualidade é produzida, com grande importância na economia das populações da Serra. Mas há muito para ver e a vegetação não se resume a soutos, e oliveiras, surgem de forma espontânea e regularmente dentes-de-leão, o rosmaninho (arçã), estevas e giestas de flores branca. Com um pouco de sorte poderá avistar algum animal selvagem, dos muitos que ainda têm como habitat estas montanhas, como esquilos, coelhos, javalis ou simplesmente répteis e diversas espécies de borboletas.

O percurso leva nos a conhecer o núcleo rural de Vila Nova, aldeia anexa de Sombado, cujo santo padroeiro é São Roque, protetor contra

O percurso leva-nos a conhecer o núcleo rural de Vila Nova, aldeia anexa de Sambade, cujo santo padroeiro é São Roque, protetor contra a peste e padroeiro dos inválidos e cirurgiões. É também considerado como protetor do gado.

Seguindo sempre por caminhos rurais, podemos aproveitar para apanhar variadas espécies de cogumelos que crescem abundantemente, como: Vaquinhas ou Línguas de Vaca, Rocos, Sanchas ou Níscaros.

TRILHO DO SABOR

Nota: percurso temporariamente indisponível uma vez que parte dele se encontra submerso pela Albufeira do Baixo Sabor. A aguardar resolução.

TRILHO FORNO DA CAL

Ficha técnica do percurso

Nome do percurso: Trilho Forno do Cal

Entidade promotora: Município de Alfândega da Fé

Localização do percurso: Gebelim / Alfândega da Fé

Tipo de percurso: Pequena rota (circular)

Âmbito do percurso: Paisagístico

Ponto de partida: Gebelim (Largo da Aldeia)

Distância do percurso: 5.09km

Duração do percurso: 2h00m

Grau de dificuldade: Fácil

Cota máxima atingida: 700 metros (Gebelim)

É um percurso denominado de Pequena Rota (PR), circular e de dificuldade fácil. Marcado e sinalizado de acordo com as diretrizes internacionais.

Este percurso tem início no núcleo rural de Gebelim, freguesia que se situa num vale, entre dois ribeiros, em plena Serra de Bornes. Tem como vizinhas as aldeias de Soeima, Bornes, Chacim, Peredo e Agrobom, distando cerca de 22 quilómetros de sede de concelho. Até 1853, Gebelim pertencera ao concelho de Chacim e, quando este se extinguiu, passou a pertencer ao concelho de Macedo de Cavaleiros. Só a partir de 1855 é que viria a pertencer ao concelho de Alfândega da Fé.

Iniciando o percurso no largo da aldeia, seguimos por um caminho asfaltado até ao Santuário e Capela de São Bernardino, Imóvel de Interesse Público, do séc. XVIII (1741), época pombalina. A Capela, hoje sede de uma importante romaria, tem uma fachada simples, dominada pelo portal de verga recta ladeado por grossas pilastras adossadas, rematadas em pirâmide boleada. Possui, no interior, a imagem de São Bernardino pintada numa tábuca, tendo a capela-mor talha de feição rural.

Prosseguimos a nossa caminhada e vamos ter a antiga casa da floresta, onde antigamente morava o guarda-florestal com a sua família e tinha como função vigiar toda área envolvente da serra.

Começamos a descer, onde podemos apreciar uma paisagem maravilhosa sobre Gebelim, rodeada de castanheiros, pinheiros e variadíssimos tipos de vegetações autóctones tais como a giesta e a esteva. Podemos ainda, e na época própria, aproveitar e apanhar vários tipos de cogumelos como as Sanchas, Níscaros e Rocos.

Chegamos ao Forno da Cal, um forno centenário procurado por muita gente da região. Este forno serviu a aldeia durante vários anos, dando trabalho a muitas pessoas, aqui eram produzidas e cal visto que nesta zona abundava muita pedra calcária. O proprietário, bastante madeira de castanheiro para que o forno produzisse a cal pretendida. Devido a modernização e existindo matéria-prima mais barata, o forno foi desativado no decurso do ano 1950.

TRILHO DE GOUVEIA

Ficha técnica do percurso

Nome do percurso: Trilho de Gouveia

Entidade promotora: Município de Alfândega da Fé

Localização do percurso: Gouveia / Alfândega da Fé

Tipo de percurso: Pequena rota (circular)

Âmbito do percurso: Paisagístico

Ponto de partida: Largo do Cruzeiro

Distância do percurso: 8.9km

Duração do percurso: 3h30m

Grau de dificuldade: Moderado - Difícil

Cota máxima atingida: 653 metros (Marco Geodésico de Gouveia)

É um percurso denominado de Pequena Rota (PR), circula de dificuldade média/difícil, marcado e sinalizado de acordo com as diretrizes internacionais.

Este percurso localiza-se no coração de Serra da Gouveia, no extremo sudoeste do concelho a 9km de Alfândega da Fé, envolvendo parte do território das freguesias de Gouveia, Sendim da Serra e Cabreira.

Damos início ao percurso no largo da aldeia, junto ao cruzeira oitocentista em granito, com soco e base de seção circular, capitel cúbico e cruz latina simples. O nome desta localidade deriva do verbo "gouvir", cujo significado é "gozar". Seguimos até uma rodeira em terra batida que nos conduzirá a cumeada da Serra, por entre sobreiros, estevas e giestas, onde poderemos apreciar e desfrutar de umas das mais belas paisagens, tendo como pano de fundo o concelho de Alfândega da Fé. Chegamos ao ponto culminante deste percurso: o Marco Geodésico da Gouveia, com uma altitude de 635 metros e uma vista única e majestosa! Podemos ver ainda vestígios da existência de um povoado fortificado, pela presença de um muro no lado poente do Marco Geodésico, que apresenta uma técnica de construção diferente da dos restantes Castros existentes no concelho de Alfândega da Fé. Em direção a Sendim da Serra, que se estende por toda a Serra da Gouveia, facto que estará na origem do «da Serra» no seu nome, podemos visitar antiga escola primária, transformada em alojamento rural. Depois das energias e forças retemperadas, seguimos caminho até ao núcleo rural da Cabreira, onde podemos ver uma antiga fonte, Fonte da Saúde. Dizem os mais antigos que lhe foi atribuído este nome, porque antigamente um velhinho muito doente não pertencendo ao povoado, ia lá sempre buscar água para beber e cozinhar e quando questionado do porquê da utilização desta fonte, ele explicava que esta lhe dava saúde.

Por fim, seguimos até ao ponto de partida do nosso percurso. Aceita a nossa sugestão e finalize estas andanças com um merecido descanso numa outra antiga escola primária, também convertida em unidade de alojamento.

TRILHO DE RABO DE BURRO

Ficha técnica do percurso

Nome do percurso: Trilho de Rabo de Burro

Entidade promotora: Município de Alfândega da Fé

Localização do percurso: Soeima / Alfândega da Fé

Tipo de percurso: Pequena rota (linear)

Âmbito do percurso: Paisagístico

Ponto de partida: Largo da Aldeia Soeima

Distância do percurso: 4.7km

Duração do percurso: 2h00m

Grau de dificuldade: Fácil

Cota máxima atingida: 874.5 metros (Ponto de Partida)

É um percurso denominado de Pequena Rota (PR), linear e de dificuldade fácil. Marcado e sinalizado de acordo com as diretrizes internacionais.

Este percurso tem início no núcleo rural de Soeima, na encosta sul da Serra de Bornes e a uma escassos 14km da sede de concelho. Tem a particularidade de se situar a cerca de 1000m de altitude, pelo que permite avistar dezenas de localidades deste e de outros concelhos vizinhos. Supõe-se que o nome desta freguesia é de origem árabe, vindo do moçárabe Zuleima, termo muito usado na época da sua ocupação.

Por volta do séc. XII, a maior parte do território desta freguesia pertencia a D. Nuno Martins, riquíssimo nobre local. Até 1855, a freguesia pertenceu ao concelho de Chacim e posteriormente ao de Macedo de Cavaleiros e só mais tarde ao de Alfândega da Fé.

Damos início ao percurso no largo da aldeia, um espaço de convívio tradicional adornado com uma fonte, com a capela de N^a Sr.^a do Rosário e com um cruzeiro datado do ano de 1940.

Deste local seguimos até junto de uma fonte de mergulho e de um lavadouro público onde, ainda nos dias de hoje, muitas pessoas continuam a lavar a roupa.

Já num caminho rural, apreciamos a beleza natural dos campos adornados de castanheiros. A castanha continua a ser um dos principais produtos agrícolas da aldeia. Começamos a descer e vamos ter a Ribeira de Rabo de Burro, onde podemos ver um moinho de água datado do ano de 1953. Ao longo desta linha de água, ladeada de freixos, encontramos a escassos metros outro moinho, ainda em bom estado de conservação sendo visíveis algumas das suas peças.

Estes foram em tempos muito importantes, na moagem dos cereais, nomeadamente do centeio, pois há umas décadas atrás constituíam uma forte produção no concelho. As gentes de Soeima conseguiam produzir este cereal a cerca de 1100m de altitude, quase no alto da Serra de Bornes. A viagem prossegue com paisagens de uma beleza natural única.

Chegamos a aldeia de Gebelim, cuja origem do nome "Gebelim" terá provindo do termo árabe "Jabalain", que significa dois montes e de "jabalom" (o monte). Na aldeia podemos ver uma fonte luminosa, alguns chafarizes e dos vários nichos existentes espalhados pela povoação de referir o do São Martinho, situado perto da capela de N^a Sr.^a do Rosário local onde terminamos o percurso.

TRILHO DE VILARES DA VILARIÇA

Ficha técnica do percurso

Nome do percurso: Trilho de Vilares da Vilarica

Entidade promotora: Município de Alfândega da Fé

Localização do percurso: Vilares de Vilarica

Tipo de percurso: Pequena rota (Circular)

Âmbito do percurso: Paisagístico e Cultural

Ponto de partida: Colmeias Escola de Alojamento Rural

Distância do percurso: 6.8km

Duração do percurso: 4h00m

Grau de dificuldade: Moderada / Difícil

Cota máxima atingida: 710 metros (Colmeias)

É um percurso denominado de Pequena Rota (PR), marcado e sinalizado de acordo com as diretrizes internacionais.

Na aldeia dos Colmeias, anexa da freguesia de Vilares da Vilarica, aparecem as primeiras marcações no largo da antiga escola primária, hoje recuperada e transformada em Casa de Alojamento Rural, que indicam "caminho a seguir". Este trilho inclui parte da freguesia de Vilares da Vilarica e faz-se sempre ao longo da vertente sul da Serra de Bornes, permitindo ao caminhante uma vista panorâmica para o Vale da Vilarica, no extremo ocidental do concelho de Alfândega da Fé. A descida faz-se por um caminho rural em direção a Quinta da Madureira e Barragem do Salgueiro, mas com passagem por bosques de castanheiros. Estes sotos assumem-se como de grande importância do ponto de vista económico, ao contribuir para a diversificação das receitas das comunidades de montanha, através da produção e colheita de castanha de excelente qualidade e de diversas espécies micológicas, como a Boletus edulis e a Amanita cesárea. Do ponto de vista ambiental, este espaço constitui o habitat de inúmeras espécies de fauna selvagem que aqui se reproduzem e encontram alimento.

Depois de percorridos 4.2km, entramos na aldeia de Vilares da Vilarica, constituída por um rico património arquitetónico civil, situada na parte superior do Vale da Vilarica.

Prosseguimos o caminho e agora a subir, onde podemos desfrutar e observar a maravilhosa vista sobre o Vale da Vilarica, Barragem da Burga e a Barragem do Salgueiro, cuja paisagem podemos destacar a diversidade de espécies da flora selvagem e das culturas agrícolas.

De regresso aos Colmeias entramos num antigo trilho de ligação entre duas povoações, quase todo ele empedrado e onde a ação do homem ainda não se fez sentir.

Ainda que a subir, a flora e as inúmeras espécies de aves e insectos, fazem com que o trilho pareça curto, terminado o percurso no mesmo local em que teve início.

C5 - Material Informativo

C5.1 - Descrição do material informativo:

- Foi desenvolvida uma tese de Mestrado denominada "Avaliação do potencial de degradação do solo antes e depois de um grande incêndio florestal numa bacia elementar de Alfândega da Fé", deixo aqui o resumo da tese que anexamos nas observações relativas a este formulário.

"Um incêndio florestal corresponde a um fogo incontrollado em florestas, matas e outros espaços com abundante vegetação (matos, áreas de incultos e áreas agrícolas). Os incêndios florestais são habituais nas áreas de clima mediterrânico, particularmente em dias quentes e secos, sobretudo quando se associa também o vento forte. Podem ser o resultado de causas naturais (trovoadas secas), mas, em regra, são devidos a negligência humana e, muitas vezes, a actos de natureza criminosa. A expressão "grande incêndio florestal" é utilizada com diferentes significados, sendo, no entanto associada principalmente ao comportamento do fogo, às características e complexidades do combate e à extensão de área ardida. O estudo de caso realizado neste trabalho tem como principal objetivo a avaliação da suscetibilidade à erosão após o efeito do fogo na degradação do solo, visando identificar as áreas mais críticas, para melhorar os sistemas de proteção já instalados no local e, assim, mitigar potenciais danos ambientais. Para tal, aplicou-se uma metodologia que incluiu avaliações no terreno bem como o tratamento de variáveis espaciais, de forma a poder recolher os diferentes parâmetros de estimativa da erosividade das precipitações, da erodibilidade dos solos e da topografia, permitindo a elaboração de mapas de suscetibilidade, com distintos cenários de utilização do solo, antes e após incêndio. O local do estudo foi numa pequena bacia elementar da freguesia da Ferradosa no concelho de Alfândega da Fé, ainda com marcas evidentes do grande incêndio de Picões, deflagrado no dia 8 de Julho de 2013, afetando uma área total de quase 15000 ha. Foram analisados os diferentes elementos da bacia, tanto as suas características biofísicas como morfológicas, sendo aplicado o modelo de erosão USLE (Equação Universal de Perda de Solo), com cinco diferentes fatores, com vista a estimar o risco potencial de degradação do solo para as condições anteriores e posteriores ao incêndio, neste caso com aplicação de várias medidas de proteção do solo nesta bacia. Para a aplicação do modelo recorreu-se a um modelo digital terreno (resolução de 5 metros), combinado com a integração de toda a informação espacial em Sistemas de Informação Geográfica. Os resultados obtidos estimam uma severa perda potencial de solo após o incêndio, indicadora da importância da cobertura vegetal na redução da erosão hídrica. Sendo assim, é fundamental programar e implementar medidas de proteção do solo pós-fogo, de forma a diminuir a probabilidade de ocorrência de severos danos ambientais nos recursos solo e água. Além disso, seria importante nestas abordagens utilizar informação espacial atualizada, em particular a que integra o fator C e P (coberto vegetal e práticas de uso do solo), de modo a melhor estimar as taxas atuais de erosão hídrica."

- Foi ainda elaborado um artigo científico que foi submetido ao VII Congresso Ibérico das Ciências do Solo (CICS2016), que vai decorrer de 13 a 16 de setembro na Escola Superior Agrária de Beja que também deixo aqui o resumo, anexamos o artigo nas observações relativas a este formulário.

"Os grandes incêndios florestais expõem o solo, em extensas áreas e por largo tempo, a degradação por erosão hídrica. O local de estudo, uma pequena bacia elementar em Alfândega da Fé, NE Portugal, apresenta ainda marcas do grande incêndio de Picões (Julho de 2013), que afetou quase 15000 ha. Este trabalho propôs-se, através da avaliação das características biofísicas e morfológicas da bacia e aplicando o modelo de erosão USLE (Equação Universal de Perda de Solo), estimar o risco potencial de degradação do solo para as condições anteriores e posteriores ao incêndio, neste caso considerando as várias medidas de proteção do solo implementadas. Para a aplicação da USLE recorreu-se a um modelo digital de terreno (resolução 5 m), combinado com a integração de toda a informação espacial em SIG. Estimaram-se perdas potenciais de solo severas após o incêndio, devido à eliminação da cobertura florestal anterior. Estimou-se que as baixas taxas de erosão anteriores ao incêndio ainda não foram recuperadas, apesar das medidas implementadas. Os resultados mostram a importância de intervenções atempadas na implementação de medidas de proteção do solo pós-fogo, de forma a diminuir a probabilidade de ocorrência de severos danos ambientais nos recursos solo e água."

- Caderno de Campo/ Passaporte para actividades práticas do Junto à Terra – é um projecto de educação ambiental, dirigido aos alunos do 9.º ano de escolaridade, onde a importância da biodiversidade é comunicada numa linha conceptual que parte do pensamento global para a ação local. É um processo que procura criar nos jovens uma abordagem de sustentabilidade feita de atitudes, de mudança comportamental e de uma (re) valorização do território por força do contributo do património natural e dos serviços dos ecossistemas para a economia local e bem-estar da sua comunidade e população em geral. Em suma, "Junto à Terra" é estar junto e em sintonia, do lado da Terra, enquanto planeta e enquanto território da nossa comunidade, anexamos passaporte ao formulário.

Há ainda, no contexto geográfico do concelho, um sub-espaço, o Vale da Vilarça, que pelas suas características naturais e pela importância de um recurso específico, a água, exige, uma intervenção aprofundada tanto mais que a história recente nos diz que a maior parte das instituições trabalham com planos sectoriais, muitas vezes repetindo funções, exigindo enquadramentos em conformidade com as suas "bitolas", com pouco diálogo e interesses muitas vezes contraditórios.

Como consequência, os resultados são, a maior parte das vezes, nulos e altamente dispendiosos, pelo que julgamos que proceder à elaboração de um pequeno estudo de desenvolvimento estratégico do recurso água dentro de uma visão territorial, é certo, mas que possa eventualmente suportar a criação, no local, de um Núcleo de Interpretação da Água, é um passo decisivo e fundamental pois deverá ser lido como um fio orientador para os programas e ações a desenvolver que apoiem o ressurgimento económico, cultural e social do Vale, nomeadamente da área municipal que o integra, como um todo: encosta e vale, solos mais ricos e solos mais pobres, aldeias mais densamente povoadas e mais abandonadas, áreas mais acessíveis e mais isoladas.

Com o objectivo de proteger e melhorar o estado dos ecossistemas; fomentar a utilização sustentável de água, baseada numa protecção dos recursos hídricos disponíveis; sensibilizar a população para a necessidade de implementar medidas específicas para a redução gradual e a cessação ou eliminação, por fases, das descargas e das emissões poluentes para o meio aquático; promover a redução gradual da poluição das águas subterrâneas e evitar o agravamento da sua poluição; mitigar os efeitos das inundações e das secas; impulsionar a utilização sustentável, equilibrada e equitativa da água. foi realizado um estudo para a criação de um Núcleo de Interpretação da Água, em anexo.

- Foi elaborado um desdobrável sobre o aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, de forma a dar a conhecer as medidas compensatórias (MC), as medidas de minimização (MM) e os Programas de Monitorização (PM), este desdobrável foi disponibilizado à população em todos os eventos realizados nos concelhos abrangidos pelo Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, em anexo.

Estudo para a valorização do ecossistema do Vale da Vilarça. O objetivo específico desta intervenção, tem subicento a recuperação

- Estudo para a valorização do ecossistema do vale da vilariça - O objectivo específico desta intervenção, tem subjacente a recuperação de espécies arbóreas e arbustivas com vista à recuperação de habitats autóctones, bem como protecção e introdução de espécies protegidas, como é o caso do azevinho. Prevê contacto do Homem em plena harmonia com a natureza.

C5.2 - Disponível em suporte de papel:

Sim Não

C5.3 - Disponível em suporte digital:

Sim Não

C5.4 - Outro formato:

Sim Não

C5.4.1 - Qual(ais):

- Tese de mestrado
 - Artigo científico
 - Caderno de Campo/ Passaporte para actividades práticas do Junto à Terra
 - Estudo para a criação de um Núcleo de Interpretação da Água
 - Desdobrável aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor
 - Estudo para a valorização do ecossistema do Vale da Vilariça

Além dos estudos referidos, no âmbito da construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, foi realizado o estudo de impacto ambiental assim como vários estudos sobre a fauna, flora, qualidade do ar, qualidade da água, paisagem, património, etc, aquando da conclusão da barragem, esta informação vai ser toda disponibilizada numa plataforma que está a ser criada para este efeito.

Observações relativas ao sub-indicador C:

Considerou-se pertinente anexar a seguinte documentação relevante, para cada subindicador:

C1- PARQUES E RESERVAS MUNICIPAIS - (3 documentos)





















C2- ESPAÇOS VERDES MUNICIPAIS - (2 documentos)

C3 – SÍTIOS DE INTERESS MUNICIPAL (1 documento)

C4- PERCURSOS PEDESTRES - (8 documentos)

C5- MATERIAL INFORMATIVO - (6 documentos)

Documentação anexa relativa ao sub-indicador C:

-  C1- Parque de Alvazinhos.png (1.4 MB)
-  C1- PGF Alvazinhos_ assinado.pdf (3 MB)
-  C1- Protocolo AFLOCAF.pdf (426.7 kB)
-  C2- ESPAÇOS VERDES.docx (9.5 MB)
-  C2- LOCALIZAÇÃO Jardins Municipais.docx (642.5 kB)
-  C3 - aviso 8713_2000.pdf (95.6 kB)
-  C4- Trilho Alvazinhos.pdf (4.4 MB)
-  C4- Trilho das Capelas.pdf (4.6 MB)
-  C4- Trilho de Bornes.pdf (4.2 MB)
-  C4- Trilho do Sabor.pdf (4.5 MB)
-  C4- Trilho Forno da Cal.pdf (4.3 MB)
-  C4- Trilho Gouveia.pdf (4.8 MB)
-  C4- Trilho Rabo de Burro.pdf (4.5 MB)
-  C4- Trilho Vilaes da Vilariça.pdf (4.5 MB)
-  C5 - ARTIGO CIENTÍFICO.pdf (442.8 kB)
-  C5 - Passaporte Junto à Terra.pdf (14.9 MB)
-  C5 - tese de mestrado 1_2015 (1).pdf (1.8 MB)
-  C5- Centro Interpretação da água.pdf (4.5 MB)
-  C5- Desdobravel - AHBS.pdf (5.8 MB)
-  C5- Valorização do ecossistema - VV.pdf (4.4 MB)

Observações relativas ao indicador 10:



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt

© 2012 Associação Bandeira Azul da Europa - Organização de Utilidade Pública reconhecida através do despacho n°9364/2009 publicado em D.R. de 30 de Março. | powered by Atelier35



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 11

Município de Alfândega da Fé

Gestão e Conservação da Floresta

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Conservação da Natureza; Floresta	Município; ICNF; DRA Açores; DROTA Madeira	R	IC	IU	3,0

INFORMAÇÃO PRÉVIA

01 - Espaços florestais do município (ha):

A - INVESTIMENTO NA FLORESTA

A1 - Investimento total anual em ações de apoio à floresta da iniciativa municipal (€):

A2 - Investimento total anual em ações de apoio à floresta da iniciativa municipal (€) por ha de espaços florestais:

[A2 = A1/01]

A3 - Descrição das ações e respetivo investimento:

A ação 1- Melhoria Produtiva dos Povoamentos Florestais – investimento – 55.134,12 euros

A ação visou uma intervenção silvícola de protecção e gestão de algumas áreas de povoamentos florestais pertencentes ao Município, (anexo mapa das áreas intervencionadas) composto por três parcelas de pinheiro bravo (36.07 ha) e uma parcela de sobreiro (14.20 ha). Os objectivos principais da acção foi a protecção contra os incêndios florestais com a desmatação e criação de descontinuidade vertical do povoamento e a melhoria produtiva dos povoamentos florestais para obtenção de lenho e cortiça de qualidade.

Foram implementadas as seguintes intervenções:

- 1- Limpeza de matos na linha de plantação – Nesta operação foi realizada a limpeza de matos com recurso a motorroçadores que cortam os matos no alinhamento das plantas. O mato cortado foi atirado para a entrelinha e posteriormente enterrado com a grade de discos.
- 2- Limpeza de matos na entrelinha de plantação – Foi realizado o controlo da vegetação espontânea nas entrelinhas, com o recurso a uma grade de 8 discos acoplada a um tractor de rasto, que destruiu a parte aérea e radical dos matos e sua incorporação parcial no solo, com o objectivo de diminuir a concorrência pela luz, água e nutrientes e principalmente diminuir o risco da ocorrência de incêndios florestais.
- 3- Foi feita a Desrama das árvores de futuro que atingirão o corte final (400 a 600), feita até aos 3-4 metros de altura.
- 4- Foram feitas Podas de formação dos sobreiros para a obtenção de um fuste direito.

A ação 2- Operações Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios – 55.808,19 euros

Nesta ação foram efectuadas as seguintes operações de Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios:

- 1 – Implementação/Manutenção de Faixas de gestão de combustível na Rede Viária – 10 ha

Procedeu-se à remoção total ou parcial da biomassa presente nos espaços florestais previamente definidos no plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, confinantes com a rede viária florestal de gestão municipal, numa faixa lateral de terreno com 10 metros de largura. Entende-se por rede viária florestal o conjunto de vias de comunicação integradas nos espaços florestais que servem de suporte à sua gestão, com funções que incluem a circulação para o aproveitamento dos recursos naturais, para a constituição, condução e exploração dos povoamentos florestais e das pastagens.

- 2- Implementação/Manutenção da Faixa de Gestão de Combustíveis nos Aglomerados Populacionais (ha) – 19,7 ha

Procedeu-se à remoção total ou parcial da biomassa em todos os espaços florestais pertencentes ao Município e previamente definidos no plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, localizados na faixa exterior de protecção (de largura mínima não inferior a 100 metros) ao Aglomerado Populacional.

Entende-se por Aglomerado Populacional o conjunto de edifícios contíguos ou próximos, distanciados entre si no máximo 50 metros e com 10 ou mais fogos, constituindo o seu perímetro a linha poligonal fechada que, englobando todos os edifícios, delimite a menor área possível.

Espaços florestais – são todos os terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas.

- 3 - Implementação/Manutenção da Faixa de Gestão de Combustíveis nos edifícios isolados (ha) – 8 ha

Procedeu-se à remoção total ou parcial da biomassa numa faixa de 50 m em todos os espaços florestais pertencentes ao Município e previamente definidos no plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, confinantes a edificações, designadamente habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos.

De referir que os 50 metros foram medidos a partir da alvenaria exterior da edificação.

- 4 - Implementação/Manutenção da Faixa de Gestão de Combustíveis no Parque de Merendas (ha) – 7.2 ha

Neste ponto procedeu-se à remoção total ou parcial da biomassa em todos os espaços florestais pertencentes ao Município e previamente definidos no plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, localizados na faixa exterior de protecção (de largura mínima não inferior a 100 metros) a todas infra-estruturas e equipamentos florestais de recreio, tal como o Parque de Alvazinhos.

- 5 - Implementação/Manutenção da Faixa de Gestão de Combustíveis na Zona Industrial (ha) – 9.5 ha

Procedeu-se à remoção total ou parcial da biomassa em todos os espaços florestais pertencentes ao Município e previamente definidos no plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, localizados na faixa exterior de protecção (de largura mínima não inferior a 100 metros), nos polígonos industriais.

- 6 - Construção/Manutenção da Rede Viária Florestal (Km) – 678 km construção + 2 km de construção

A rede viária que serve os espaços florestais, ou rede viária florestal – RVF, constitui um dos factores fundamentais para a valorização, protecção e usufruto dos espaços silvestres. Da multiplicidade de funções que a rede viária florestal desempenha são de salientar em especial o acesso aos aglomerados e outras infra-estruturas, aos povoamentos e produtos florestais e ao recreio no espaço rural, todas elas integradas no planeamento florestal desde a elaboração dos primeiros instrumentos de ordenamento florestal.

Simultaneamente a rede viária florestal assume um papel central nas diferentes vertentes da protecção civil e do sistema de defesa da floresta contra incêndios, por exemplo garantindo o acesso para a execução de trabalhos de silvicultura preventiva e infra-estruturação, para as acções de vigilância e dissuasão ou para a 1.º intervenção e combate estendido.

Deste modo pretende-se que a RVF seja cuidadosamente planeada e construída, com vista não só a garantir que possa cumprir eficientemente as diversas finalidades que determinaram a sua criação, mas também a reduzir os pesados custos de implantação e manutenção que este tipo de infra-estruturas tradicionalmente acarreta e a reduzir os inevitáveis impactos na paisagem e nos recursos

manutenção que este tipo de infraestruturas tradicionalmente acarreta e a reduzir os inevitáveis impactos na paisagem e nos recursos naturais.

Assim, é deveras, importante proceder anualmente à limpeza e regularização dos caminhos florestais, limpeza de bermas, promovendo a melhor acessibilidade e estabelecendo zonas de descontinuidade, bem como proceder à abertura de novos caminhos necessários à implementação de uma rede bem estruturada.

7 - Construção/Manutenção de Pontos de água Municipais (n.º) –2 pontos de água

Neste ponto procedeu-se à beneficiação de dois pontos de água, de forma a promover a redução do risco de ignição e de progressão de incêndio e reforçar o apoio ao combate.

Observações relativas ao sub-indicador A:

Considerou-se pertinente anexar a este subindicador:

- Anexo A3 (4 documentos)

B - AÇÕES DE APOIO À GESTÃO E PROTEÇÃO FLORESTAL

B1 - Edição de materiais de informação e sensibilização florestal, nos últimos três anos:

- Online
- Folheto/Flyer
- Cartaz/Poster
- Outro formato

Outro formato, qual?

B1.1 - Tipo de conteúdos (legislação, boas práticas de gestão, medidas de fomento, apoio e financiamento ao sector, proteção florestal e defesa contra incêndios, etc.) com indicação do ano em que foi publicado:

1. Manual – como Prevenir os Incêndios Florestais - 2014

a) Pequena publicação, transportável e resistente a intempéries para transmissão de conhecimentos sobre prevenção da floresta contra incêndios:

- i. Possibilita, através de imagens de qualidade o conhecimento sobre prevenção da floresta contra incêndios;
- ii. Possibilita, através de um texto simples, a divulgação da importância e de regras para proteger os espaços florestais dos incêndios;
- iii. Possibilita, os mais jovens através da pintura de imagens para a prevenção da floresta contra incêndios.

2. Desdobrável para preservação das florestas e prevenção dos incêndios - 2014

a) Flyer para divulgação de medidas preventivas da floresta contra incêndios:

- i. Conhecer as normas para o uso correcto do fogo;
- ii. Mensagem que incute responsabilidade de preservação e defesa da floresta.

3. Jogo sobre a protecção da floresta contra incêndios - 2014

a) Jogo para divulgação de medidas preventivas da floresta contra incêndios:

- i. Conhecer as normas para o uso correcto do fogo;
- ii. Conhecer as obrigações da população para protecção dos aglomerados e dos edifícios.

4. Filme editado sobre a protecção da floresta contra incêndios - 2014

a) filme para divulgação de medidas preventivas da floresta contra incêndios:

- i. Conhecer as normas para o uso correcto do fogo;
- ii. Conhecer as obrigações da população para protecção dos aglomerados e dos edifícios.

5. Campanhas de sensibilização - 2014

a) As campanhas de sensibilização tiveram por base conteúdos e material de divulgação dirigidos à população estudantil.

i. Pretendeu-se com estas acções de sensibilização coordenar esforços com os diversos intervenientes na defesa da floresta contra incêndios (DFCI), foram realizadas, duas visitas guiadas, uma delas a uma área florestal, onde decorreu uma acção de limpeza do espaço, e outra visita guiada a uma área ardida onde constataram as diferenças existentes no território e as consequências de um incêndio florestal. As campanhas de sensibilização decorreram com a colaboração dos agentes intervenientes da DFCI, nomeadamente, Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé e GNR (GIPS), sendo ainda efectuada a distribuição de material de divulgação da campanha como canetas, bonés e t-shirts.

6 – Manual de Boas Práticas Ambientais – Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios - 2015

O Manual de boas práticas ambientais surgiu no seguimento das ações de sensibilização no âmbito do Sistema da Defesa da Floresta Contra Incêndios, integradas nas sessões de apresentação do Plano de Fiscalização Preventiva do Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de junho, com a participação de entidades locais, particularmente, as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia.

Este manual é um documento de apoio e esclarecimento à população que tem por objetivos essenciais, contribuir para o aumento do conhecimento, apresentação do modelo de fiscalização do GIPS e definição de um modelo de atuação comum na defesa da floresta. Pretende-se que o manual seja um documento onde estão definidas orientações de fiscalização, que se traduza numa estratégia coordenada, orientada no sentido da prevenção eficaz dos incêndios florestais e da preservação ambiental do território dos concelhos, com predominância para as áreas rurais e florestais.

Neste manual são abordados outros diplomas no âmbito da legislação ambiental, designadamente os relativos à gestão de resíduos, prevenção de emissões de poluentes para a atmosfera, gestão de pneus, gestão de veículos em fim de vida, fendas e irregularidades no solo e normas para a limpeza dos cursos de água, que embora não se enquadrem no Sistema da Defesa da Floresta Contra incêndios, estabelecem normas que devem ser do conhecimento geral, no sentido de evitar condutas e comportamentos que possam provocar incêndios florestais, comprometer as ações de combate e/ou colocar em perigo a integridade física dos operacionais.

Este manual, acaba por ser um guia de apoio e esclarecimento à população “ que tem por objetivos essenciais, contribuir para o aumento do conhecimento, apresentação do modelo de fiscalização do GIPS e definição de um modelo de atuação comum na defesa da floresta.”

7 – Dia Nacional do Sobreiro e da Cortiça - 2016

Foram realizadas sessões de informação e sensibilização com os alunos do pré-escolar e primeiro ciclo sobre o sobreiro e cortiça com o objectivo de dar a conhecer melhor este sector e a importância económica e ambiental que representa a nível local e nacional.

8 – Cartaz de sensibilização e alerta para a Vespa das Galhas do Castanheiro - 2016

Foram elaborados cartazes de sensibilização sobre a Vespa das Galhas do Castanheiro e distribuídos por todos os produtores de castanha do concelho com o objectivo de ensinar a detetar a doença e alertar para a necessidade de efectuar inspeções semanais às novas plantações de castanheiro.

9 – Apresentações PowerPoint - anuais













São realizadas anualmente, sessões de esclarecimento e sensibilização em todas as localidades do concelho sobre o decreto-lei 124/2006 de 28 de Junho com as alterações introduzidas no decreto-lei n.º17/2009 de 14 de janeiro. Foram também realizadas sessões de esclarecimento sobre a vespa das galhas do castanheiro em todas as localidades com produção de castanha, no sentido de se alertar os produtores para esta problemática, ensinar a detetar a doença e realizar apoio na prospeção da mesma, anexo apresentações.

10 – Cartazes de divulgação do período crítico – anuais

Anualmente são elaborados cartazes e enviados para as Juntas de Freguesia no sentido de divulgar o período crítico e os cuidados a ter durante o mesmo para protecção da floresta contra incêndios. anexo avisos

garante o mesmo para protecção da floresta contra incêndios, anexo anexo.

B1.2 - Anexe os materiais de informação e sensibilização florestal:

-  1- Manual para pintar - como Prevenir os Incêndios Florestais.pdf (3.4 MB)
-  2- Desdobrável para preservação das florestas e prevenção dos incêndios (Flyer) - 2013.rar (2 MB)
-  3- Jogo sobre a protecção da floresta contra incêndios.rar (4.9 MB)
-  4- Filme sobre a protecção da floresta contra incêndios.rar (41.9 MB)
-  5- Canetas, t-shirts, bonés.rar (3.2 MB)
-  6- Manual de Boas Práticas Ambientais – Sistema de DFCI.pdf (2 MB)
-  7-Dia Nacional do Sobreiro e da Cortiça.pptx (4.1 MB)
-  8-tríptico vespa galhas castanheiro_vf final.pdf (1.1 MB)
-  8-Vespa_CARTAZ ALERTA 2016.pdf (634.5 kB)
-  9- Apresentações PowerPoint.ppt (12.1 MB)
-  9-Apresentação_ vespa das galhas do castanheiro.pptx (9.7 MB)
-  10-AVISO_2016_final.doc (210 kB)

B2 - Promoção de ações de educação, sensibilização e formação sobre a floresta, de carácter geral ou cultural, dirigidas a um público generalista, incluindo a população escolar

B2.1 - Descrição da principal ação (indicando o público-alvo e número de pessoas abrangidas):

- Sessão de sensibilização e esclarecimento para o uso correto do fogo, realizada em todas as localidades do concelho, população em geral;

- Sessão de sensibilização e esclarecimento sobre a realização de queimadas, todos os pastores do concelho;

- Comemoração do Dia Mundial da Floresta, população escolar;

- Participação na ação Limpar Portugal, população em geral;

- Aviso e Divulgação do Período Crítico e Medidas de carácter Preventivo, em todas as localidades do concelho;

- Participação na ação Florestar Portugal, população em geral;

- Plano de Fiscalização Preventiva aos Aglomerados Populacionais – projecto-piloto em parceria com os GIPS e autoridade tributária, envolvendo a população em geral;

- Manual de Boas Práticas Ambientais – Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, Presidentes de Junta do Concelho;

- Eixo 1 – sensibilização e informação – Campanhas de Sensibilização na Área de Prevenção de Incêndios – população escolar, candidatura ao Fundo Florestal Permanente.

Descrição da Principal Ação - Eixo 1 – sensibilização e informação – Campanhas de Sensibilização na Área de Prevenção de Incêndios – população escolar, candidatura ao Fundo Florestal Permanente – 512 alunos

Com o objectivo de sensibilizar as populações estudantis para a necessidade de existirem duas atitudes, a de prevenção florestal contra incêndios e a de defesa do espaço florestal, foi realizada uma campanha de sensibilização com toda a população estudantil. Pretendeu-se com a sensibilização desta população estudantil vir a atingir um público bastante superior. Tivemos sempre a intenção de provocar uma cadeia de progressão na transmissão da informação e da mensagem: Queremos que o cidadão veja na floresta um reflexo da sua atitude!

Foram realizadas as seguintes acções com toda a população estudantil:

1 - Manual – como Prevenir os Incêndios Florestais

Concebeu-se uma pequena publicação, transportável e resistente a intempéries para transmissão de conhecimentos sobre prevenção da floresta contra incêndios:

- Possibilitar, através de imagens de qualidade o conhecimento sobre prevenção da floresta contra incêndios;
- Possibilitar, através de um texto simples, a divulgação da importância e de regras para proteger os espaços florestais dos incêndios;
- Possibilitar, os mais jovens através da pintura de imagens para a prevenção da floresta contra incêndios.

2 - Desdobrável para preservação das florestas e prevenção dos incêndios

Concebeu-se um flyer, para divulgação de medidas preventivas da floresta contra incêndios:

- Conhecer as normas para o uso correcto do fogo;
- Mensagem que incuta responsabilidade de preservação e defesa da floresta.

3 - Jogo sobre a protecção da floresta contra incêndios

Concebeu-se um jogo, para divulgação de medidas preventivas da floresta contra incêndios:

- Conhecer as normas para o uso correcto do fogo;
- Conhecer as obrigações da população para protecção dos aglomerados e dos edifícios.

4 - Criação de Filme editado sobre a protecção da floresta contra incêndios

Concebeu-se um filme, para divulgação de medidas preventivas da floresta contra incêndios:

- Conhecer as normas para o uso correcto do fogo;
- Conhecer as obrigações da população para protecção dos aglomerados e dos edifícios.

5 - Campanhas de sensibilização

Foram realizadas campanhas de sensibilização tendo por base conteúdos e material de divulgação dirigidos à população estudantil.

Pretendeu-se com estas acções de sensibilização coordenar esforços com os diversos intervenientes na defesa da floresta contra incêndios (DFCI), foram realizadas, duas visitas guiadas, uma delas a uma área florestal, onde decorreu uma acção de limpeza do espaço, e outra visita guiada a uma área ardida onde constataram as diferenças existentes no território e as consequências de um incêndio florestal. As campanhas de sensibilização decorreram com a colaboração dos agentes intervenientes da DFCI, nomeadamente, Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé e GNR (GIPS), sendo ainda efectuada a distribuição de material de divulgação da campanha como canetas, bonés e t-shirts. Além destas visitas, foram também realizadas sessões de esclarecimento sobre o tema em todas as turmas da escola, passando uma apresentação em powerPoint, que anexamos e onde entregávamos a cada aluno um exemplar do material concebido.

B3 - Promoção de reuniões e parcerias com produtores florestais e outras entidades**B3.1 - A Câmara Municipal possui parcerias no âmbito da gestão e protecção da floresta?**

Sim Não

B3.1.1 - Se sim, descreva a(s) principal(is) entidade(s) parceira(s) e objetivos de parceria:

A Câmara Municipal possui uma parceria no âmbito da gestão e proteção da floresta com a Associação de Produtores Florestais do Concelho de Alfândega da Fé (AFLOCAF). O objetivos desta parceria são os seguintes:
 Através da Equipa de Sapadores Florestais: beneficiação de estradas, caminhos rurais, faixas e mosaicos de gestão de combustível em espaços florestais do município.
 Através da do Técnico da Associação Florestal: Apoio ao GTF- Gabinete Técnico Florestal do Município, apoio técnico em campo, a proprietários que solicitem este apoio, acompanhamento e coordenação de equipas de vigilância, colaboração na implementação do viveiro municipal, outros serviços de apoio de âmbito florestal que se afigurem benéficos para o desenvolvimento do sector florestal no concelho de Alfândega da Fé. Anexo documento de parceria.

B3.2 - Se não, refira se realizou reuniões periódicas com produtores florestais e outras entidades:

Sim Não

B3.2.1 - Frequência das reuniões:

4 reuniões anuais (mínimo) e sempre que por qualquer razão se justifique.

B3.2.2 - Objetivos das reuniões:

NOTA: Relativamente ao B3, informamos que além do município ter estabelecida uma parceria com uma organização de produtores florestais, tal como descrito, também promove e realiza reuniões periódicas com produtores florestais e outras entidades, como a Guarda Nacional Republicana, o Grupo de Intervenção Proteção e Socorro, a Associação Humanitária de Bombeiros de Alfândega da Fé, o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente etc . São realizadas pelo menos quatro reuniões anuais da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, onde todas estas entidades e outras estão presentes, assim como são realizadas periodicamente reuniões com todas as entidades com responsabilidade em Defesa da Floresta, sempre que se justifique.

Nota:

Para pontuar no B3, basta que o município tenha estabelecido, pelo menos, uma parceria OU promovido/realizado reuniões periódicas com produtores florestais e outras entidades.

B4 - Ações de prevenção de incêndios, gestão de combustíveis, arborização, re-arborização e vigilância da floresta promovidas diretamente pelo município**B4.1 - Descrição da principal ação, indicando os números da execução (ha, m, Km, n.º de plantas, kg de sementes, etc):****Melhoria Produtiva dos Povoamentos Florestais**

A ação visou uma intervenção silvícola de protecção e gestão de algumas áreas de povoamentos florestais pertencentes ao Município, (anexo mapa das áreas intervencionadas) composto por três parcelas de pinheiro bravo (36.07 ha) e uma parcela de sobreiro (14.20 ha). Os objectivos principais da acção foi a protecção contra os incêndios florestais com a desmatação e criação de descontinuidade vertical do povoamento e a melhoria produtiva dos povoamentos florestais para obtenção de lenho e cortiça de qualidade.

Foram implementadas as seguintes intervenções:

- 1- Limpeza de matos na linha de plantação – Nesta operação foi realizada a limpeza de matos com recurso a motorroçadores que cortam os matos no alinhamento das plantas. O mato cortado foi atirado para a entrelinha e posteriormente enterrado com a grade de discos.
- 2- Limpeza de matos na entrelinha de plantação – Foi realizado o controlo da vegetação espontânea nas entrelinhas, com o recurso a uma grade de 8 discos acoplada a um tractor de rasto, que destruiu a parte aérea e radical dos matos e sua incorporação parcial no solo, com o objectivo de diminuir a concorrência pela luz, água e nutrientes e principalmente diminuir o risco da ocorrência de incêndios florestais.
- 3- Foi feita a Desrama das árvores de futuro que atingirão o corte final (400 a 600), feita até aos 3-4 metros de altura.
- 4- Foram feitas Podas de formação dos sobreiros para a obtenção de um fuste direito.

B5 - Outra iniciativa promovida ou em que o município participou relativa à melhoria do ordenamento, gestão, protecção, conservação e valorização dos espaços florestais e do património arbóreo

B5.1 - Descrição da iniciativa (referindo os resultados alcançados ou previstos):

- Plano de Fiscalização Preventiva aos Aglomerados Populacionais – Trata-se do Plano de Fiscalização Preventiva, resultante de uma parceria entre os GIPS, o Município e a Autoridade Tributária. Um instrumento que visa dinamizar, maximizar e simplificar o processo de identificação de parcelas com necessidade de intervenção, na faixa de protecção dos aglomerados populacionais, com o objectivo de proteger as pessoas e os seus bens.

Para tal, foi efetuado uma espécie de cadastro, uma base de dados de todos os terrenos que circundam os 100 metros das localidades do concelho de Alfândega da Fé, de modo a permitir um controlo e identificação mais eficaz e rápida de situações de risco. Um registo que permite efetuar uma fiscalização preventiva, tendo efeitos práticos na prevenção e sensibilização, anexamos alguns endereços electrónicos, com notícias sobre esta ação.

Os resultados alcançados em 2016 são os seguintes:

- Identificação de 40,38 hectares com necessidade de intervenção;
- Efectuada limpeza em 28.54 hectares,
- Taxa de execução – 70,70 %.
- 23 parcelas fiscalizadas com necessidade de intervenção,
- 5 parcelas intervencionadas
- 1 Autos de contra-ordenação levantados.

Um projeto-piloto que esteve a ser experimentado em Alfândega da Fé, uma forma de atuação no campo da prevenção dos incêndios florestais, contribuindo para a proteção ambiental, mas também das pessoas e bens. O plano vai continuar a ser executado no concelho. O sucesso deste primeiro ano de funcionamento fez com que fosse replicado a nível nacional. Estando já a ser implementado noutros concelhos do país e região.

Observações relativas ao sub-indicador B:

C - OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

Nota:

Este sub-indicador é preenchido pelo júri que avalia o indicador (ICNF)

C1 - N.º de ocorrências de incêndios florestais no município:

C2 - N.º de ocorrências de incêndios por 1.000 ha de espaços florestais:

Observações relativas ao sub-indicador C:

Informação do município:

01 - Espaços florestais do município (ha): 21908








C1 - N.º de ocorrências de incêndios florestais no município: 13

C2 - N.º de ocorrências de incêndios por 1.000 ha de espaços florestais: 0.013

Observações relativas ao indicador 11:

- Anexo B1 (5 pastas e 10 documentos)
- Anexo B2 (2 pastas e 8 documentos)
- Anexo B3 (1 documentos)
- Anexo B4 (2 documentos)
- <http://www.cm-alfandegadafe.pt/noticias/743>
- <http://ondalivrefm.net/2015/03/26/em-alfandega-da-fe-sensibilizam-se-proprietarios-para-limparem-terrenos/>
- <http://www.bps.pt/geral/alfandega-da-fe-gips-ajudam-a-evitar-incendios/>

Documentação anexa relativa ao indicador 11:

-  A3- Protocolo AFLOCAF.pdf (426.7 kB)
-  AREAS_INTERV_2016.pdf (19.4 MB)
-  Observatorio GTF_2016.xls (87 kB)
-  PCOM_DFCI_2016.doc (26.4 MB)
-  Apresentações população em geral e secundario.ppt (12.1 MB)
-  Sensibilização férias desportivas 02-07-2016.ppt (2.2 MB)
-  B3- Parceria AFLOCAF.pdf (426.7 kB)



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 12

Município de Alfândega da Fé

Ordenamento do Território e Ambiente Urbano

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Ordenamento do Território	Município; CCDRs; DGT; DROTA Madeira; ICS; INE; DRA Açores; Universidades	E/P/R	IC	IU	10,0 (+ 1,0)

INFORMAÇÃO PRÉVIA

01 - População residente no município (hab):

5104

02 - Área total abrangida pelos perímetros urbanos (ha):

533,10

03 - Área do município (ha):

32194,64

04 - Data de entrada do atual PDM:

26/02/2015

05 - Data de conclusão da última revisão do PDM:

13/12/2014

A - ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS

A1 - Estrutura Verde Principal e Secundária

A1.1 - Estrutura Verde Principal (aglomerados de mais de 10.000 habitantes):

 Sim Não

A1.2 - Área total da estrutura verde principal em 2016 (m²):

A1.3 - Justifique resumidamente os valores de estrutura verde principal:

A1.4 - Área de estrutura verde principal per capita (m²/hab.):

A1.5 - Existência de estrutura verde secundária:

 Sim Não

A1.6 - Área total de estrutura verde secundária (m²):

A1.7 - Área de estrutura verde secundária per capita (m²/hab.):

A1.8 - Justifique os valores da estrutura verde secundária:

A2 - Espaço Verde Público

ATENÇÃO:

Os valores referentes ao espaço verde público só deverão ser preenchidos se for impossível referir a estrutura verde principal e secundária.

A2.1 - Espaço Verde Público (aglomerados de mais de 2.000 habitantes e sedes de concelho):

Sim Não

A2.2 - Área total do espaço verde público (m²):

A2.3 - Área do espaço verde público per capita (m²/hab.):

A3 - Novos Espaços Verdes Públicos (últimos 3 anos)

A3.1 - Área dos novos espaços verdes públicos (m²):

Nota: Não deve ser incluído espaço público que não contenha espaço verde.
Deve indicar os dados referentes a 2014, 2015 e 2016.

A3.2 - Área dos novos espaços verdes públicos per capita (m²/hab.):

A3.3 - Tipologia dos Novos Espaços Verdes Públicos criados nos últimos três anos:

Deve indicar os dados referentes a 2014, 2015 e 2016.

A4 - Outros

A4.1 - Existência de espaço rural significativo:

Sim Não

A4.2 - Mapa com localização de:

- (i) todos os espaços verdes públicos;
- (ii) novos espaços verdes públicos criados nos últimos três anos;
- (iii) espaços verdes contínuos.

 (2016) espaços verdes públicos.pdf (2.4 MB)

Observações relativas ao sub-indicador A:

Documentação anexa relativa ao sub-indicador A:

B - OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

Nota:

O sub-indicador B1 é preenchido pelo júri.

B1 - Territórios artificializados

B1.1 - Área de territórios artificializados (m²):

B1.2 - Território artificializado por habitante:

B1.3 - Área da interseção entre tecido urbano e solo rural (m²):

B1.4 - % de solo rural ocupado por tecido urbano:

B1.5 - Área da interseção entre territórios artificializados em solo urbano (m²):

B1.6 - % de solo urbano não artificializado:

B2 - Territórios de risco

B2.1 - Data de aprovação do plano municipal de emergência e proteção civil:

B2.2 - Refira os dois principais riscos existentes no concelho:

B2.2.1 - Descreva, para cada um dos riscos identificados a principal medida de prevenção e/ou mitigação concretizada

Medida 1: (max. 500 caracteres)

GEADAS/NEVÕES:

- Monitorização meteorológica;
- Difundir as recomendações da DG Saúde sobre vestuário apropriado em períodos de temperaturas baixas, medidas a adotar em creches e infantários, recomendações para estabelecimentos de acolhimento de idosos, para responsáveis pelo apoio a pessoas sem-abrigo, assim como para doentes crónicos;
- Promover ações de sensibilização junto da população mais vulnerável sobre boas práticas em situação de onda de frio, em articulação com os Centros de Saúde, Cr

Medida 2: (max. 500 caracteres)

INCÊNDIOS FLORESTAIS:

- Atualização / manutenção do Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios;
- Várias equipas móveis devem, em período estival, manter-se no terreno, em nível de alerta;
- A Proteção Civil Municipal deve emanar indicações de carácter obrigatório, relativamente a:
- Queimadas ou queimas de sobrantes, nas áreas rurais e lugares isolados de difícil acesso;
- Limpeza de mato em redor dos edifícios, num raio de 50 metros de qualquer edifício isolado e num raio de 100 metros à vol

Observações relativas ao sub-indicador B:

C - RENOVAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA**C1 - Recuperação do Edificado existente (em perspetiva)****C1.1 - Edifícios licenciados pela câmara municipal para o tipo de obra designado por reconstrução**

C1.1.1 - em 2014: C1.1.2 - em 2015: C1.1.3 - em 2016:

C1.2 - Total de edifícios licenciados pela câmara municipal

C1.2.1 - em 2014: C1.2.2 - em 2015: C1.2.3 - em 2016:

C1.3 - Taxa de recuperação do edificado existente

C1.3.1 - em 2014: C1.3.2 - em 2015: C1.3.3 - em 2016:
 [C1.3.1 = C1.1.1/C1.2.1] [C1.3.2 = C1.1.2/C1.2.2] [C1.3.3 = C1.1.3/C1.2.3]

C2 - Recuperação do Edificado existente (concretizado)**C2.1 - Total de edifícios concluídos**

C2.1.1 - em 2014: C2.1.2 - em 2015: C2.1.3 - em 2016:

C2.2 - Total de reconstruções concluídas

C2.2.1 - em 2014: C2.2.2 - em 2015: C2.2.3 - em 2016:

C2.3 - % de património edificado recuperado

C2.3.1 - em 2014: C2.3.2 - em 2015: C2.3.3 - em 2016:
 [C2.3.1 = C2.2.1/C2.1.1] [C2.3.2 = C2.2.2/C2.1.2] [C2.3.3 = C2.2.3/C2.1.3]

C3 - Intervenções de reabilitação dos edifícios**C3.1 - N.º de edifícios reabilitados**

C3.1.1 - em 2014: C3.1.2 - em 2015: C3.1.3 - em 2016:

C3.2 - Descrição de 2 principais projetos de reabilitação de edifícios para fins não habitacionais nos últimos 3 anos**Projeto 1:
(máx. 500 caracteres)**

Torre do Relógio – Alfândega da Fé (Ex-Libris do concelho) a obra de reabilitação da Torre do Relógio foi projetada no ano 2014 e concluída no ano 2015. Este imóvel encontra-se em vias de classificação como “Imóvel Interesse Municipal”. Esta reabilitação respeitou as regras de restauro e preservação do património arquitetónico e cultural e envolveu também o conserto dos respetivos mecanismos (relógio/sinos). Qualificou-se o espaço interior, tornando visitável, com uma exposição permanente.

**Projeto 2:
(máx. 500 caracteres)**

— Centro de Interpretação do Território de Sambade (antiga escola primária)
 A obra de reabilitação da antiga Escola Primária em “Centro de Interpretação do Território” foi executada e concluída no ano 2015, na aldeia de Sambade. O edifício, com a área de 400 m2, conservou o aspeto exterior e foi profundamente alterado no interior, compreendendo: Zona de Espólio Etnográfico de Sambade ; Zona de Exposições Temáticas (com sala interativa, sala de exposição permanente ilustrativa da história).

C4 - Intervenções de regeneração urbana (espaço público) nos últimos 3 anos**C4.1 - Área abrangida pelas ações de intervenção (ha)**

C4.1.1 - em 2014: C4.1.2 - em 2015: C4.1.3 - em 2016:

C4.2 - % de área intervencionada sobre o total de perímetros urbanos

C4.2.1 - em 2014: C4.2.2 - em 2015: C4.2.3 - em 2016:

[C4.2.1 = C4.1.1/02]

[C4.2.2 = C4.1.2/02]

[C4.2.3 = C4.1.3/02]

C4.3 - Descrição de 2 ações de intervenção em espaços públicos nos últimos três anos (selecione as mais significativas)**Ação de intervenção 1:
(máx. 500 caracteres)**




Zona Envolvente à Torre do Relógio

A obra de reabilitação da zona envolvente à Torre do Relógio foi concluída no ano 2015, constituindo a 1.ª fase de obra de reabilitação da Zona Histórica de Alfândega da Fé, inserida na ARU. Programa: regulação do tráfego de viaturas e redesenho urbano; eliminação total das barreiras arquitetónicas; criação de rede de fluxos pedonais; construção de zonas de estacionamento; revisão do equipamento de segurança rodoviária e sinalização; renovação de infraestruturas

**Ação de intervenção 2:
(máx. 500 caracteres)**

não possuímos informação a incluir como "área de intervenção 2".

C4.4 - Anexar regulamento (em alternativa memória descritiva) e planta síntese da área de intervenção:

-  Memória Descritiva - Peças escritas da intervenção 1.pdf (339.4 kB)
-  Planta de Síntese - Peças desenhadas da intervenção 1.pdf (383.2 kB)
-  (2016) Delimitação da ARU da Zona Histórica.PDF (439.4 kB)

Observações relativas ao sub-indicador C:

Documentação anexa relativa ao sub-indicador C:

Nota:

No sub-indicador C4 a área abrangida pelas áreas de intervenção deve integrar a área de zonas intervencionadas + área de edifícios intervencionados". Deve ser referido no campo "observações", a área correspondente à zona e aos edifícios.

D - PLANEAMENTO

D1 - Dinâmicas do PDM

D1.1 - Data de publicação do PDM revisto:

D1.2 - Existência de indicadores de monitorização do PDM:

Sim Não

D1.2.1 - Indique quais:

“Taxa de Implementação do Programa de Execução do PDM” (meta: $\geq 20\%$)
Além deste indicador macro, existem mais 45 indicadores associados ao Relatório Ambiental da Revisão do PDM, como por exemplo os seguintes indicadores de monitorização do PDM: licenciamentos em áreas RN2000; áreas de povoamentos florestais de espécies autóctones; Áreas de risco de elevado e muito elevado; ocorrências (incêndios); equipamentos culturais ou de recreio e lazer; captação de espaços verdes públicos de utilização coletiva; solo urbanizado (taxa de execução do solo urbano); construção de habitação em solo rural; população servida por sistema público de abastecimento de água; rede viária qualificada; ações de promoção e valorização do património

D1.2.2 - Formas de divulgação ao público:

Através do Sistema de Gestão da Qualidade, Segurança e Ambiente, que disponibiliza (ano 2016) no site do Município um conjunto de indicadores de monitorização do QSA, entre os quais os indicadores associados ao Ordenamento do Território / PDM / Urbanismo / Ambiente / Florestas. LINK: http://cm-alfandegadafe.pt/pages/1331?folder_id=67

D2 - PU e PP

D2.1 - Área de solo urbano abrangida por PU e PP (m²):

D2.2 - % de solo urbano abrangida por PU e PP:

Observações relativas ao sub-indicador D:

O Município de Alfândega da Fé não tem qualquer PU ou PP em vigor, sendo o PDM o único Plano Municipal de Ordenamento do Território

Observações relativas ao indicador 12:

(nada a registar)

Documentação anexa relativa ao indicador 12:

Nota:

Os valores pré-preenchidos correspondem a estatísticas fornecidas pelo INE. Estes dados não podem ser alterados. No caso de não coincidirem com as estatísticas disponíveis na Câmara Municipal, devem indicar os valores correspondentes no campo das “observações” do sub-indicador, identificando o ano a que se referem.



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt

© 2012 Associação Bandeira Azul da Europa - Organização de Utilidade Pública reconhecida através do despacho n°9364/2009 publicado em D.R. de 30 de Março. | powered by Atelier35



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 13

Município de Alfândega da Fé

Qualidade do Ar e Informação ao Público

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Ar	Município; APA; CCDRs	E	IC	IU	3,0

A - INICIATIVAS PARA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO AR - MUNICÍPIO

A1 - Iniciativas de Avaliação:

Sim Não

A1.1 - Descrição das iniciativas:

No âmbito da construção do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor foi efetuado um Programa de Monitorização da Qualidade do Ar (PMQAr).

Observações relativas ao sub-indicador A:

B - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS LOCAIS CONDUCENTES À MELHORIA E PRESERVAÇÃO DA QUALIDADE DO AR (DA INICIATIVA DO MUNICÍPIO)

B1 - Implementação de medidas:



Sim Não

B1.1 - Descrição das medidas implementadas (incluindo a indicação do planeamento das medidas):

As medidas estão vertidas no Programa de Monitorização da Qualidade do Ar (PMQAr). Os objetivos fundamentais da monitorização da qualidade do ar são os seguintes: ATENÇÃO: estas as medidas não da iniciativa do município!! Não são do município mas são impostas nas medidas compensatórias do AHBS (geridas pelos municípios)

- Avaliar o impacte da construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor na qualidade do ar;
- Verificar o cumprimento da legislação nacional sobre a qualidade do ar, na envolvente à área de implantação do AHBS e obter informação que permita responder a eventuais reclamações que se relacionem com a construção do aproveitamento;
- Verificar a necessidade de adotar novas medidas de mitigação de impactes;
- Contribuir para a melhoria dos procedimentos de gestão ambiental.

B1.2 - Comprovativo da implementação das medidas:

-  AHBS Fichas Operacionais RTAA24_2014.pdf (10.7 MB)
-  APA - Emissões Poluentes Atmosféricos.pdf (2.6 MB)

Observações relativas ao sub-indicador B:

C - FORMAS DE INFORMAÇÃO AO PÚBLICO SOBRE QUALIDADE DO AR (DA INICIATIVA DO MUNICÍPIO)

C1 - Formas de informação:

Sim Não

C1.1 - Descrição das formas de informação:

A informação ao público sobre a Qualidade do Ar está disponível no site do município, na área "AMBIENTE", acessível através do link: <http://www.cm-alfandegadafe.pt/ambienteAM/156>
No site estão divulgados os seguintes documentos: "AHBS Fichas Operacionais RTAA24_2014" e "Emissões Poluentes Atmosféricos". São também divulgados os seguintes documentos: Manual de boas práticas em obra da CCDRn (emissões atmosféricas) - http://www.cm-alfandegadafe.pt/uploads/writer_file/document/1456/manual_obra.pdf ; e um filme disponibilizado pela CCDRn - Respirar melhor a Norte no seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=XIy_E24dD1E

C1.2 - Comprovativo das formas de informação:




 Evidência qualidade ar.docx (861.7 kB)

Observações relativas ao sub-indicador C:

Observações relativas ao indicador 13:

Este indicador deve ser assegurado pela CCDR-N que assegura a recolha, o acompanhamento e a divulgação dos dados que resultam da medição diária de poluentes atmosféricos, obtida em estações instaladas na Região do Norte. Com base nesta recolha, a Agência Portuguesa do Ambiente divulga diariamente os índices da qualidade do ar na Região do Norte através do portal www.qualar.apambiente.pt e disponibiliza históricos diários, mensais e anuais por zona. No entanto na zona de Trás os Montes apenas têm uma estação de recolha de dados em Lamas de Olo. No entanto o município de Alfândega da Fé solicitou apoio à APA e convidou essa entidade a realizar em parceria com a CCDRn medições da qualidade do ar neste concelho. (ver e-mail anexo)

Documentação anexa relativa ao indicador 13:

-  3.1 - 1ª Campanha 2014.pdf (1.1 MB)
-  3.2 - 2ª Campanha 2014.pdf (8.3 MB)
-  Gmail - Qualidade do ar.pdf (67.1 kB)



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 14

Município de Alfândega da Fé

Qualidade da Água para Consumo Humano

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Água	ERSAR	E	IP	IU	3,0

INFORMAÇÃO PRÉVIA

NOTA:

A ERSAR é a responsável pelo preenchimento do formulário, pelo que não é necessário o cálculo deste indicador por parte dos municípios.

A - QUALIDADE DE ÁGUA SEGURA

A1 - Cumprimento da frequência regulamentar (%):

A2 - Cumprimento dos valores paramétricos (%):

A3 - Cumprimento da frequência regulamentar (%) * Cumprimento dos valores paramétricos (%):

Observações relativas ao indicador 14:

Documentação anexa relativa ao indicador 14:



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 15

Município de Alfândega da Fé

Qualidade dos Serviços de Águas Prestados aos Utilizadores

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Água	Município; ERSAR; INE	E	IC	IU	7,0

A - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Nota:

Este sub-indicador é preenchido pelo júri que avalia o indicador (ERSAR)

A1 - % de alojamentos familiares clássicos com serviço disponível de abastecimento por água da rede pública:

A2 - % de água não faturada da água entrada no sistema:

Observações relativas ao sub-indicador A:

B - DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Nota:

Este sub-indicador é preenchido pelo júri que avalia o indicador (ERSAR)

B1 - % de alojamentos familiares clássicos com serviço disponível de recolha e drenagem de águas residuais:

B2 - % de alojamentos familiares clássicos ligados a um destino adequado em termos de tratamento:

B3 - % de alojamentos servidos com drenagem e tratamento de águas residuais:

Observações relativas ao sub-indicador B:

C - QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO PELAS ETAR(S)

Nota:

C1, C2 e C3 são preenchidos pelo júri que avalia o indicador (ERSAR).
Os municípios deverão preencher o C4 e C5.

C1 - Análise de águas residuais realizadas (%):

C2 - Cumprimento dos parâmetros de descargas (%):

C3 - Qualidade do Serviço Prestado:

C4 - ETAR(s) sob responsabilidade do município:

<input type="text" value="1"/>
C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município: <input type="text" value="ETAR de CABREIRA"/>
C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município: <input type="text" value="ETAR da Cabreira 5350-261 Cabreira - União de Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde"/>
C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município: <input type="text" value="34 e.p"/>
<input type="text" value="2"/>
C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município: <input type="text" value="ETAR de COLMEAIS"/>
C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município: <input type="text" value="ETAR de Colmeais 5350-431 Colmeais - Freguesia de Vilares da Vilarça"/>
C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município: <input type="text" value="68 e.p"/>
<input type="text" value="3"/>
C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município: <input type="text" value="ETAR de Castelo B1"/>
C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município: <input type="text" value="ETAR de Castelo B1 5350-100 Castelo - Freguesia de Alfândega da Fé"/>
C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município: <input type="text" value="10 e.p"/>

4

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Castelo B2

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Castelo B2 5350-100 Castelo - Freguesia de Alfândega da Fé

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

25 e.p

5

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Felgueiras

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Felgueiras 5350-102 Felgueiras - União de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

23 e.p

6

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Gebelim

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Gebelim 5350-250 Gebelim - União de Freguesias de Gebelim e Soeima

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

259 e.p

7

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Parada B1

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Parada B1 5350-280 Parada - União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

153 e.p

8

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Parada B2

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Parada B1 e B2 5350-280 Parada - União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

165 e.p

9

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Saldonha

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

- ETAR de Saldonha 5350-300 Saldonha - União de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

102 e.p

10

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Sardão

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Sardão 5350-351 Sardão - União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

24 e.p

11

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Vilarelhos

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Vilarelhos 5350-420 Vilarelhos - Freguesia de Vilarelhos

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

335 e.p

12

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Sendim da Ribeira

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Sendim da Ribeira 5350-352 Sendim da Ribeira - União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

150 e.p

13

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Vilarchão B1

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Vilarchão B1 e B2 5350-402 Vilarchão - Freguesia de Vilarchão

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

200 e.p.

14

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Vilarchão B2

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Vilarchão B2 5350-402 Vilarchão - Freguesia de Vilarchão

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

200 e.p.

15

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR da Gouveia

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR da Gouveia 5350-262 Gouveia - União de Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

150 e.p

16

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Picões B1

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Picões B1 5350-242 Picões - União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

100 e.p

17

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

- ETAR de Picões B2

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

- ETAR de Picões B2 5350-242 Picões - União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

100 e.p

18

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Ferradosa B1

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Ferradosa B1 5350-241 Ferradosa - União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

100 e.p

19

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Ferradosa B2

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Ferradosa B2 5350-241 Ferradosa - União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

100 e.p.

20

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Eucísia

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Eucísia 5350- 231 Eucísia - União de Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

140 e.p

21

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Valverde

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Valverde 5350- 390 Valverde - União de Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

200 e.p

22

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Vales

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Vales 5350- 380 Vales - União de Freguesias de Pombal e Vales

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

150 e.p.

23

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Vilaes da Vilarça

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Vilaes da Vilarça 5350-432 Vilaes da Vilarça - Freguesia de Vilaes da Vilarça

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

300 e.p

24

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Pombal

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Pombal - 5350-290 Pombal União de Freguesias de Pombal e Vales

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

150 e.p

25

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Soeima B1

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Soeima B1 5350-360 Soeima - União de Freguesias de Gebelim e Soeima

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

150 e.p.

26

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Soeima B2

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Soeima B1 e B2 5350-360 Soeima - União de Freguesias de Gebelim e Soeima

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

150 e.p.

27

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Valpereiro

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Valpereiro 5350-370 Valpereiro - União de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

150 e.p

28

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Agrobom

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Agrobom 5350-101 Agrobom - União de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

200 e.p

29

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Sendim da Serra B1

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Sendim da Serra B1 5350-353 Sendim da Serra - União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

100 e.p

30

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Sendim da Serra B2

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Sendim da Serra B2 5350-353 Sendim da Serra - União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

100 e.p

31

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Cerejais B1

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Cerejais B1 5350-220 Cerejais - Freguesia de Cerejais

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

100 e.p

32

C4.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Cerejais B2

C4.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade do município:

ETAR de Cerejais B2 5350-220 Cerejais - Freguesia de Cerejais

C4.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade do município:

200 e.p.

C5 - ETAR(s) sob responsabilidade de outras entidades gestoras:

1

C5.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade de outras entidades gestoras:

ETAR de Alfândega da Fé

C5.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade de outras entidades gestoras:

ETAR de Alfândega da Fé 5350 Alfândega da Fé - Freguesia de Alfândega da Fé

C5.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade de outras entidades gestoras:

2784 e.p

2

C5.1 - Nome da ETAR sob responsabilidade de outras entidades gestoras:

ETAR de Sambade

C5.2 - Morada das ETAR sob responsabilidade de outras entidades gestoras:

ETAR de Sambade 5350 Sambade - Freguesia de Sambade

C5.3 - Dimensão das ETAR sob responsabilidade de outras entidades gestoras:

1000 e.p.

Observações relativas ao sub-indicador C:

Observações relativas ao indicador 15:

Documentação anexa relativa ao indicador 15:



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt

© 2012 Associação Bandeira Azul da Europa - Organização de Utilidade Pública reconhecida através do despacho n°9364/2009 publicado em D.R. de 30 de Março. | powered by Atelier35



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 16

Município de Alfândega da Fé

Produção, Recolha Seletiva e Valorização de Resíduos Urbanos

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Resíduos	Município; APA; CCDRs; INE; ERSAR; SPV	P	IP	IU	7,0

INFORMAÇÃO PRÉVIA

01 - População Residente

Município Predominantemente Urbano
 Município Mediamente Urbano
 Município Predominantemente Rural

01.1 - 2014: 01.2 - 2015: 01.3 - 2016:

A - ACESSIBILIDADE DO SERVIÇO DE RECOLHA SELETIVA (ECOPONTOS, PORTA-A-PORTA E ECOCENTRO)

A1.1 - Entidade:

A1.2 - Morada:

A1.3 - Código Postal:

A1.4 - Telefone:

A1.5 - Fax:

A1.6 - E-mail:

A1.7 - % de alojamentos com equipamentos de recolha seletiva a menos de 200 metros do limite do prédio:

Nota: O valor deverá ser coincidente com o reportado no indicador RU02ab à ERSAR, no âmbito do processo de avaliação da qualidade de serviço.

Observações relativas ao sub-indicador A:

B - EVOLUÇÃO DOS RU PRODUZIDOS

B1.1 - RU < 1.100 litros (t)		B1.1.1 - RU < 1.100 litros per capita (t/hab)	
2014:	<input type="text" value="1773,66"/>	2014:	<input type="text" value="0,347504"/> [B1.1.1 = B1.1/01.1]
2015:	<input type="text" value="1777,04"/>	2015:	<input type="text" value="0,354416"/> [B1.1.1 = B1.1/01.2]
2016:	<input type="text" value="1765,82"/>	2016:	<input type="text" value="0,345968"/> [B1.1.1 = B1.1/01.3]
B1.2 - RU de grandes produtores (>1.100 litros) (t)		B1.2.1 - RU de grandes produtores (>1.100 litros) per capita (t/hab)	
2014:	<input type="text"/>	2014:	<input type="text"/> [B1.2.1 = B1.2/01.1]
2015:	<input type="text"/>	2015:	<input type="text"/> [B1.2.1 = B1.2/01.2]
2016:	<input type="text"/>	2016:	<input type="text"/> [B1.2.1 = B1.2/01.3]
B1.3 - RU total (t)			
2014:	<input type="text" value="1773,66"/>	[B1.3 = B1.1 + B1.2]	
2015:	<input type="text" value="1777,04"/>	[B1.3 = B1.1 + B1.2]	
2016:	<input type="text" value="1765,82"/>	[B1.3 = B1.1 + B1.2]	

B1.3 - Decréscimo RU/hab:

Sim Não

B1.4 - Justificação (decrécimo RU/hab):

O município de Alfândega da Fé está empenhado em alinhar a sua conduta na matéria da gestão dos Bio resíduos com a estratégia do PERSU 2020 e do PAPERSU — documento orientador das necessidades e ações previstas até ao ano 2020, definindo as metas para o Sistema Resíduos do Nordeste, em matéria de gestão de resíduos urbanos.

Assim sendo, o município de Alfândega da Fé tem aprovada uma candidatura ao abrigo do POSEUR, para construção de um centro de compostagem municipal que pretende acolher todos os resíduos verdes produzidos pela autarquia e acolher também da população em geral. O composto produzido será utilizado nos jardins municipais.

Observações relativas ao sub-indicador B:

C - RESÍDUOS DE EMBALAGENS RECOLHIDOS SELETIVAMENTE**C1 - Resíduos de embalagem recolhidos seletivamente (ecoponto, porta-a-porta e ecocentro) (t)****C1.1 - Contentor Azul (t) em 2016:**

Nota: inclui papel/cartão não embalagem

27,14

C1.2 - Contentor Amarelo (t) em 2016:

18,22

C1.3 - Contentor Verde (t) em 2016:

27,08

C2 - Total de resíduos de embalagens recolhidos seletivamente nos contentores azul, amarelo e verde (t) em 2016:

72,44 [C2 = C1.1 + C1.2 + C1.3]

C2.1 - Total de resíduos de embalagens recolhidos seletivamente (inclui fração não embalagem no caso do contentor azul) / RU produzidos x 100 (%) em 2016:

4.10

Observações relativas ao sub-indicador C:

De referir que o município de Alfândega da Fé pertence à empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste dotada de uma "Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Digestão Anaeróbia do Nordeste Transmontano" que permite a gestão integrada dos RSU produzidos nos treze municípios do Sistema, maximizando a valorização material e de subprodutos (composto e energia) e reduzindo em cerca de 50% a quantidade de resíduos depositados em aterro.

Este projeto representa um enorme avanço em termos de sustentabilidade ambiental no Nordeste Transmontano mas destaca-se também pela vertente social, dado que permitiu criar cerca de 40 postos de trabalho na sua fase de construção, e 30 novos postos de trabalho diretos na fase de exploração da Unidade. Em termos económicos permitirá ainda a criação de um mercado de comercialização do composto orgânico e de produção de energia elétrica através da valorização do biogás gerado no sistema, sendo este um forte investimento para o cumprimento das metas nacionais e europeias de reciclagem.

De referir que todos os RSU produzidos e recolhidos são triados novamente na "Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Digestão Anaeróbia do Nordeste Transmontano" e que neste momento já ultrapassa os 50% de material que é reaproveitado e encaminhado para reciclagem. <http://www.residuosdonordeste.pt/tratamentoMecanicoBiologico/>

Por outro lado, está a ser produzido composto FERTI TRÁS-OS-MONTES que é um corretivo orgânico, composto fresco, da classe de qualidade II A, resultante do tratamento biológico de resíduos urbanos, provenientes apenas da recolha indiferenciada dos treze concelhos da área de abrangência da Resíduos do Nordeste, a saber: Alfândega da Fé (...); <http://www.residuosdonordeste.pt/ferti/>

D - RECOLHA SELETIVA DE REEE, PILHAS E ACUMULADORES, BIORRESÍDUOS E ÓLEOS ALIMENTARES USADOS**D1 - O município recolhe seletivamente****D1.1 - REEE:**

Sim Não

D1.1.1 - Breve descrição da intervenção do município na realização da recolha de REEE, com a demonstração possível:

O município de Alfândega da Fé dispõe de um serviço de recolha de monstros domésticos (móveis, colchões, eletrodomésticos, grandes volumes) podem ser entregues directamente no Ecocentro de Alfândega da Fé. Os munícipes que não têm meios para se deslocar ao Ecocentro para fazer a deposição desses materiais, podem solicitar a sua recolha ao domicílio, através do Setor de Ambiente da Divisão de Urbanismo e Ambiente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé. O serviço é gratuito.

D1.2 - Pilhas e Acumuladores:

Sim Não

D1.2.1 - Breve descrição da intervenção do município na realização da recolha de pilhas e acumuladores, com a demonstração possível:

O município de Alfândega da Fé tem no seu ecocentro e nos ecopontos recolha de pilhas e acumuladores. Por outro lado, foi feita uma campanha de distribuição de pilhões em colaboração com o projeto ECO Escolas onde foram recolhidos 36 Kg de pilhas que foram encaminhadas para operador licenciado.

D1.3 - Biorresíduos:

Sim Não

D1.3.1 - Breve descrição da intervenção do município na realização de biorresíduos, com a demonstração possível:

O município de Alfândega da Fé tem em fase de projeto a construção um centro de compostagem, no entanto no ecocentro é feita a recolha deste tipo de resíduos. Por outro lado, o município tem um projeto de Hortas Biológicas onde é ministrada formação de compostagem e o incentivo a esta prática. Podemos afirmar que está a ter resultados significativos pois reduzimos a quantidade de RSU depositados em contentores indiferenciados.

D1.4 - Óleos Alimentares Usados:

Sim Não

D1.4.1 - Breve descrição da intervenção do município na realização de óleos alimentares usados, com a demonstração possível:

Nos termos do n.º 1, do n.º 2 e do n.º 7 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro, os municípios são responsáveis pela recolha dos OAU, no caso de se tratar de resíduos urbanos cuja produção diária não exceda 1100 Litros por produtor, podendo, em alternativa à constituição da rede de recolha seletiva municipal, constituir redes de recolha seletiva supramunicipal, entendendo-se como tal as que abrangem mais de um município. O projeto "Recolha e Valorização de Óleos Alimentares Usados" assenta na concretização de uma estratégia eficaz de gestão de resíduos, associada ao cumprimento das metas nacionais, através de ações de informação/sensibilização da população; sendo que o município de Alfândega da Fé integra esta rede de recolha com a colocação de 12 oleões promovendo a criação de uma rede de recolha e transformação dos OAU em biodiesel.

D1.4.2 - Nº pontos de recolha integrados na rede municipal:

D1.4.2.1 - Nº pontos de recolha integrados na rede municipal / população residente: [D1.4.2.1 = D1.4.2/01.3]

Observações relativas ao sub-indicador D:

Observações relativas ao indicador 16:

Documentação anexa relativa ao indicador 16:



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt

© 2012 Associação Bandeira Azul da Europa - Organização de Utilidade Pública reconhecida através do despacho n°9364/2009 publicado em D.R. de 30 de Março. | powered by Atelier35



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 17

Município de Alfândega da Fé

Valorização do Papel da Energia na Gestão Municipal

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Energia	Município; DGEG; ADENE; Agência Municipal ou Regional de Energia; Comercializadores de energia; ERSE; RNAE	E	IC	IU	7,0 (+ 1,0)

A - O MUNICÍPIO ENQUANTO ENTIDADE CONSUMIDORA DE ENERGIA

A1 - Investimento do município em frotas municipais, iluminação pública e edifícios municipais

A1.1 - Quanto gasta anualmente o município em energia (eletricidade, combustíveis, etc) por utilização:

A1.1.1 - Frotas municipais (€):

59191,64

A1.1.2 - Iluminação pública (€):

228131,25

A1.1.3 - Edifícios municipais (€):

151890,50

A1.2 - Quanto gasta anualmente o município em energia por fonte:

A1.2.1 - Eletricidade (€):

151890,50

A1.2.2 - Gás (€):

A1.2.3 - Outros combustíveis (€):

4.100,00

A2 - Consumos de energia

A2.1 - Contabiliza os consumos de energia?

 Sim Não

A2.1.1 - Como contabiliza os consumos de energia:

- Análise das Faturas
 Base de Dados Especifica
 Software Específico
 Outro(s). Qual(ais).

 Indique qual o software específico:

 Outro(s), qual(is)?

A2.1.2 - Como desagrega e analisa os consumos de energia?

- Contabiliza por ponto de consumo
 Contabiliza por ponto de consumo e por tipologia de consumo (ex.: edifícios e frotas municipais, iluminação pública)
 Contabiliza por ponto de consumo, por tipologia de consumo (ex.: edifícios e frotas municipais, iluminação pública) e por departamento municipal
 Por fonte de energia e tipo de utilização

A3 - Planos de racionalização dos consumos de energia e/ou de utilização de energias renováveis

A3.1 - Definiu planos de racionalização de consumos de energia e/ou de utilização de energias renováveis?

Frotas municipais:
 Sim Não

Iluminação pública:
 Sim Não

Edifícios municipais:
 Sim Não

Outro(s):
 Sim Não

A3.1.1 - Descrição dos planos de racionalização:

• Frotas Municipais

Relativamente às Frotas municipais, foi criado um indicador no relatório de gestão ambiental, em que são controlados os consumos, os trajetos que estas efetuam e os gastos de combustível das mesmas, por tipologia de combustível.

• Iluminação Pública

Na Iluminação Pública, foram desligados cerca de 25% dos pontos de luz racionalizando assim os consumos. No âmbito do relatório mensal de Gestão Ambiental, estão a ser monitorizados os consumos de energia por freguesia.

• Iluminação Semafórica

Foram instalados na sua totalidade, Semáforos com tecnologia Led, reduzindo assim cerca de 50% do Consumo.

• Edf. Municipais

Nos Edifícios municipais foram as luminárias fluorescentes duplas foram reduzidas a 50%. Os consumos de energia estão a ser monitorizados através de um indicador do relatório mensal de Gestão Ambiental.

Plano de Eficiência Energética onde se insere a planificação estratégica, com objetivos e ações para os atingir e as propostas a implementar.

Caracterização e estudo de medidas do edifício Passos do Concelho onde são avaliados os seguintes aspetos: Sistemas de climatização e produção de águas quentes, soluções construtivas, medidas de melhoria e respetivos orçamentos.

A3.1.2 - Anexe o(s) plano(s) ou link(s) onde pode(m) ser consultado(s):

 Plano de Eficiência Energética.docx (19.6 kB)

A3.2 - Definiu metas para a melhoria da eficiência energética (redução do consumo) e/ou a utilização de energias renováveis?

Frotas municipais:
 Sim Não

Identifique a meta (máx. 100 caracteres):

Iluminação pública:
 Sim Não

Identifique a meta (máx. 100 caracteres):

Edifícios municipais:
 Sim Não

Identifique a meta (máx. 100 caracteres):

Outro(s):
 Sim Não

Outro(s), qual(is)? :

Identifique a meta (máx. 100 caracteres):

A3.2.1 - Especifique as principais metas definidas:

(máx. 250 caracteres)

Iluminação Pública, foram desligados cerca de 25% dos pontos de luz ; instalados reguladores de fluxo dos pontos de luz do município, reduzindo o consumo de energia para cerca de 30%; iluminação interior de edifícios desligadas 50% luminárias duplas.

A4 - Identifique as medidas e/ou soluções tecnológicas já implementadas, quantificando os resultados:

Frotas municipais:
(máx. 250 caracteres)

Gestão de reserva de viaturas para utilização, aquisição de viaturas híbridas mais eficientes;

Iluminação pública:
(máx. 250 caracteres)

Na iluminação Pública foram adotadas algumas soluções tecnológicas, nomeadamente algumas luminárias estão dotadas de tecnologia LED, e também do sistema de reguladores de fluxo.

Edifícios municipais:
(máx. 250 caracteres)

Nos edifícios de serviços foram instaladas lâmpadas do tipo fluorescentes, economizadoras.

A4.1 - Descreva como verifica a implementação das medidas e/ou soluções tecnológicas:

Frotas municipais:
(máx. 250 caracteres)

Frotas Municipais - Controlo mensal dos consumos de combustível das viaturas municipais através da plataforma interna, de forma a poder atuar e verificar os danos ambientais causados pelos mesmos.

Iluminação pública:
(máx. 250 caracteres)

Iluminação Publica - Controlo mensal dos consumos de energia através da consulta de faturação e tratamento dos respetivos dados com instrumentos internos.

Edifícios municipais:
(máx. 250 caracteres)

Edifícios Municipais - Controlo do adequado uso racional de energia elétrica, com verificações periódicas em cada posto de trabalho e respetivo registo na ficha de controlo de todos os equipamentos que estiverem ligados.

A5 - Integração de energias renováveis nos edifícios/instalações municipais

A5.1 - Tem privilegiado a integração de sistemas de aproveitamento de energias renováveis nos edifícios/instalações municipais?

Sim Não

A5.1.1 - Caracterize os sistemas instalados/previstos e quantifique os resultados/previsões:
(máx. 250 caracteres)

Instalou-se uma central de 8,1 kWp constituída por 30 painéis de 270 Wp/Un.

A6 - Procedimentos específicos na política de compras que valorizam a aquisição de bens/ equipamentos de maior eficiência energética

A6.1 - Definiu procedimentos específicos na política de compras que valorizam a aquisição de bens/ equipamentos de maior eficiência energética:

(elaboração de caderno de encargos privilegiando a utilização de equipamentos/bens de menor consumo)

Sim Não

A6.1.1 - Breve descrição:
(máx. 250 caracteres)

Na aquisição de novos equipamentos e bens, é privilegiada a escolha de artigos com classificação energética mais elevada possível.

A7 - Gestor Municipal de Energia (GME)

A7.1 - O Município tem um Gestor Municipal de Energia?

Sim Não

A7.1.1 - Identifique o Gestor Municipal de Energia nomeado e a respetiva formação:
(máx. 200 caracteres)

Filipe Costa, Eng.º Eletrotécnico.

A7.2 - O município faz parte da área geográfica de intervenção de alguma Agência Regional ou Municipal de Energia e Ambiente e é seu associado?

Sim Não

A7.2.1 - Identifique a Agência:
(máx. 200 caracteres)

Sim, O Município de alfândega da Fé é associada da Agência de Energia de Trás os Montes, sendo esta representada pelo Núcleo da Terra Quente agenciada na AMTQT.

A7.2.2 - O Gestor Municipal de Energia faz a articulação com a Agência de Energia e Ambiente ou conhece o Plano de Atividades da Agência aprovado pelo município?

Sim Não

A8 - Estratégia de informação e sensibilização dos funcionários

A8.1 - Existe uma estratégia ativa e contínua de informação e sensibilização para a utilização racional de energia dirigida aos funcionários da autarquia?

Sim Não

A8.1.1 - Descreva a estratégia e/ou ações realizadas:
(máx. 250 caracteres)

Para a utilização racional de energia foi criado o "Bilhete de Identidade do Edifício"; e-mail com boas práticas de consumo de eletricidade a todos os colaboradores; afixado em todos os postos de trabalho o flyer "Eficiência Energética".

Observações relativas ao sub-indicador A:

Relativamente ao ponto A.5.1.1. temos os seguintes resultados:

Campo de futebol - Potência instalada: 20KW - Data de início: 15-07-2013 -energia produzida até 05-12-2016 - 101.921 KWh

Biblioteca Municipal - Potência instalada: 20KW - Data de início: 12-09-2013 -energia produzida até 03-12-2016 - 96.201 KWh

Mercado Municipal - Potência instalada: 15KW - Data de início: 07-10-2013 -energia produzida até 03-12-2016 - 80.597 KWh

B - O MUNICÍPIO ENQUANTO ENTIDADE DINAMIZADORA DAS MELHORES PRÁTICAS

B1 - Regulamentos de Desempenho Energético dos Edifícios

B1.1 - Promove e incentiva o cumprimento dos regulamentos através da realização de diagnósticos ou auditorias e/ou da certificação energética de edifícios municipais?

Sim Não

B1.1.1 - Breve descrição:
(máx. 250 caracteres)

Sim.Neste momento o Município tem previsto a Certificação Energética para os Edifícios Municipais.

B2 - Reabilitação/construção de edifícios

B2.1 - Existem disposições municipais que incentivem e valorizem a reabilitação/construção de edifícios com classificação energética A ou A+ ?

Sim Não

B2.1.1 - Breve descrição das disposições municipais:
(máx. 250 caracteres)

Regulamento municipal de Urbanização e Edificação, que no artigo 49.º-1-g) prevê redução de taxas para edifícios que obtenham certificado energético A ou A+.

B2.2 - Existem disposições municipais que incentivem a instalação de produtos com etiqueta energética voluntária (SEEP), nomeadamente janelas, elevadores e/ou sistemas de aquecimento?

Sim Não

B3 - Iniciativas/projetos/programas ou política ativa de aproveitamento de fontes de energia renováveis

B3.1 - O município lançou e implementou algumas iniciativas/projetos/programas/políticas nesse sentido?

Sim Não

B3.1.1 - N.º de iniciativas/projetos/programas/políticas lançadas/implementadas:

B3.1.2 - Breve descrição da iniciativa/projeto/programa/ política de maior visibilidade ou impacto:
(máx. 250 caracteres)

Autarquia quer todo o concelho com LEDs na iluminação pública. Ver em:
http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=309

B4 - Matriz Energética Municipal

B4.1 - O município elaborou a Matriz Energética Municipal?

Sim Não

B4.1.1 - Anexe a matriz ou o link onde pode ser consultada:

 Matriz energetica_AFE_ECO21.pdf (893.4 kB)

B5 - Integração da gestão energética nos instrumentos de planeamento

B5.1 - Em sede de revisão do Plano Diretor Municipal, o município tem em consideração:

Matrizes/Planos Energéticos Municipais:

Sim Não

Explícite de que forma (máx. 250 caracteres):

Plano/Regulamento Municipal de Iluminação Pública:

Sim Não

Explícite de que forma (máx. 250 caracteres):

Plano de Reabilitação Energética do Património Edificado:

Sim Não

Explícite de que forma (máx. 250 caracteres):

B6 - Medidas de atração de investimento ao nível da produção de energia

B6.1 - Participa em projetos de investimento de produção de energia (eletricidade e calor) a partir de fontes renováveis?

Sim Não

**B6.1.1 - Identifique os 3 principais projectos e o nível de participação do município (ex. mini-hídricas, rede de aquecimento a biomassa, parque eólico...):
(máx. 250 caracteres)**

Parque Eólico recebe uma % da produção; Micro produção é parceiro e arrendatário das coberturas de edifícios; NetEfficity é produtor para auto consumo, o excesso é convertido em descontos para os municípios que integram este projeto piloto.

B6.2 - O município lançou ou prevê lançar concursos para a celebração de contratos de desempenho energético?

Sim Não

**B6.2.1 - Identifique e descreva o âmbito do(s) concurso(s) lançados ou previstos:
(máx. 250 caracteres)**

Projeto NetEfficity ver em: http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1118?news_id=320

B7 - Estratégia de sensibilização para a energia

B7.1 - Existe uma estratégia ativa de informação e educação para a energia dirigida a sectores específicos (e.g. escolas e setor empresarial) ou aos municípios?

Sim Não

**B7.1.1 - Identifique a estratégia, indicando se existe um plano anual ou plurianual de ações, identifique os objetivos, e local onde pode ser consultado:
(máx. 250 caracteres)**

São feitas ações de educação ambiental nas escolas e enviada informação via e-mail aos colaboradores do município. O município adere à Hora do Planeta como forma simbólica de sensibilizar a população para as questões energéticas.

B7.1.2 - Público(s)-alvo:

População escolar, colaboradores do município e população em geral.

B7.1.3 - Colabora ou tem parcerias com outras entidades para a execução da estratégia ou plano de ações?

Sim Não

**B7.1.4 - Indique os parceiros e respectivo papel:
(máx. 250 caracteres)**

Agência de Energia - Desenvolver atividades que promovam a eficiência energética; AMTQT - apoio nas diversas áreas de domínio municipal; CIM - Potenciar a sustentabilidade energética;

B8 - Adesão ao Pacto dos Autarcas

B8.1 - O município aderiu ao Pacto de Autarcas (www.pactodeautarcas.eu)?

Sim Não

B8.1.1 - Data de adesão:

B8.1.2 - Submeteu o respetivo Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES) / Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PAESC)?

Sim Não

B8.1.3 - Data de submissão do Plano de Ação:

B8.1.4 - Qual o nível de implementação do Plano de Ação? Descreva os principais resultados: (máx. 250 caracteres)

B8.1.5 - O município divulga os resultados da implementação do Plano de Ação?

Sim Não

B8.1.6 - Descreva sucintamente de que forma: (máx. 250 caracteres)

Observações relativas ao sub-indicador B:

Projeto NetEfficity - http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1118?news_id=320

Hora do planeta: http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1119?news_id=328

Agência de Energia - Desenvolver atividades que promovam a eficiência energética; AMTQT - apoio nas diversas áreas de domínio municipal; CIM - Potenciar a sustentabilidade energética;

Observações relativas ao indicador 17:

Documentação anexa relativa ao indicador 17:

 MONITORIZAÇÃO EDP.xlsx (669.7 kB)

 Pacto CIM.pdf (2.2 MB)

Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt





Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 18

Município de Alfândega da Fé

Mobilidade Sustentável

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Transportes	Município; FCSH-UNL (CICS NOVA); IMT	R	IC	IU	7,0 (+ 1,0)

A - PROMOÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS

A1 - Descreva quatro ações/medidas principais de promoção e/ou de melhoria dos serviços de transporte público implementados pelo município, nos últimos três anos.

Seja breve e conciso. Sempre que possível, descreva o enquadramento e fundamentação das ações/medidas na política municipal de mobilidade sustentável, bem como a inovação e originalidade das mesmas e a abrangência de população/utilizadores que beneficiaram da implementação da ação/medida.

Nota: consultar exemplos de ações/medidas valorizadas no guia de recomendações.

A1.1 - Ação/Medida 1: (máx. 1500 caracteres)

TRANSPORTE a PEDIDO

Nos últimos 3 anos, e desde 2012, o Município de Alfândega da Fé tem vindo a assegurar (a título gratuito) um serviço de "transporte a pedido" destinado aos munícipes residentes no concelho que são utentes do Instituto Português de Oncologia e que não têm possibilidades económicas para assegurar as deslocações (15 a 20 pessoas). Estas deslocações, normalmente até ao IPO do Porto (cerca de 180 km de distância) são periódicas e frequentes, para assegurar os tratamentos oncológicos.

Trata-se de um serviço que deixou de ser assegurado pelo Ministério da Saúde, seja diretamente (através de ambulância do Centro de Saúde de Alfândega da Fé), seja indiretamente (através de protocolo com os Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé); pelo que o município tem vindo a assumir este compromisso junto dos munícipes que solicitem essa necessidade.

O transporte é feito em viaturas da frota municipal (usando preferencialmente uma nova viatura híbrida e amiga do ambiente, adquirida em 2015), com condutores do município.

Pelo exposto, este serviço do município assume o carácter de transporte público (transporte flexível), verdadeiramente um transporte a pedido.

A1.1.1 - Data de Implementação da Ação/Medida (mês/ano):

Nota: Não serão consideradas ações/medidas com mais de 3 anos

A1.2 - Ação/Medida 2: (máx. 1500 caracteres)

TRANSPORTES PÚBLICOS ESCOLARES

A maioria dos roteiros de transportes públicos existentes no concelho de Alfândega da Fé são constituídos pelos transportes escolares (nos dias úteis, conforme o calendário letivo). Os transportes escolares são assegurados em parte por uma empresa privada de autocarros e também por viaturas do município (alunos do 1.º ciclo), sendo estas últimas constituídas por 2 autocarros, 2 carrinhas de 9 lugares e 4 viaturas ligeiras.

O serviço do município assegura que todos os alunos das aldeias e lugares do concelho (cerca de 100 alunos) possam dispor de transporte, pois muitas dessas localidades têm apenas 1 ou 2 alunos e não são servidas pelo setor privado. O município assegura também a monitorização de todo o serviço de transportes escolares, tendo vindo a introduzir melhorias ao nível da segurança nos transportes públicos escolares: implementando nas viaturas municipais o "plano de verificação das viaturas que realizam transporte escolar" e zelando para que o mesmo tipo de controlo seja cumprido nas viaturas do setor privado (disponibilizando, em cada viatura, uma "ficha" do Agrupamento de Escolas para registo de presenças dos alunos, indicações de segurança e contactos dos responsáveis). Esta realidade mantém-se nos últimos 3 anos

A1.2.1 - Data de Implementação da Ação/Medida (mês/ano):

Nota: Não serão consideradas ações/medidas com mais de 3 anos

A1.3 - Ação/Medida 3:
(máx. 1500 caracteres)

VIATURAS HÍBRIDAS e ELÉTRICAS

No âmbito dos meios e modos de transporte com impactos ambientais reduzidos, a ação que merece destaque enquadra-se na política do Município de Alfândega da Fé que visa renovar a sua frota de viaturas, tendo adquirido (no ano 2015) 3 viaturas ligeiras híbridas (2 Toyota Yaris e 1 Toyota Auris), em alternativa às viaturas com combustível gasóleo e gasolina.

Este procedimento permitiu introduzir o conceito de energia verde na frota automóvel municipal (maior eficiência energética), que se pretende continuar e fomentar no futuro (especialmente com a aquisição de viaturas totalmente elétricas), permitindo poupanças de custos ambientais e financeiros, e evoluindo no sentido da sustentabilidade.

A1.3.1 - Data de Implementação da Ação/Medida (mês/ano):

Nota: Não serão consideradas ações/medidas com mais de 3 anos outubro de 2015

A1.4 - Ação/Medida 4:
(máx. 1500 caracteres)

GESTÃO da FROTA DE VIATURAS MUNICIPAIS

Nos últimos 3 anos (desde 2012) que o município tem vindo a monitorizar os custos com as diferentes viaturas que compõem a frota municipal, ao nível dos custos com combustíveis, com reparações, com manutenções, com seguros. Igualmente, são feitas monitorizações quanto ao planeamento semanal e distribuição das viaturas, quanto à sua utilização efetiva, as distâncias percorridas, as limpezas e afins — atribuindo e aferindo responsabilidades e, conseqüentemente, melhorando a eficiência da utilização das viaturas. Neste âmbito, é já evidente a redução de custos que as viaturas híbridas asseguram comparativamente às demais viaturas com combustível gasóleo e gasolina.

Estas práticas, apoiadas no Sistema de Gestão da Qualidade, Segurança e Ambiente do município, têm permitido incrementar a gestão da frota municipal, ajudando a melhorar os serviços de transporte público de origem municipal (os quais constituem a maior fatia dos transportes coletivos do concelho).

A1.4.1 - Data de Implementação da Ação/Medida (mês/ano):

Nota: Não serão consideradas ações/medidas com mais de 3 anos dezembro de 2016

Observações relativas ao sub-indicador A:

O concelho de Alfândega da Fé inclui-se num território de muito baixa densidade demográfica (5.104 habitantes / 320 km²), com núcleos urbanos de reduzida dimensão (sede do concelho com 2.100 habitantes + 29 aldeias/lugares), com uma rede de transportes públicos (táxis, autocarros) muito pouco expressiva.

Ação medida 1 - <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/574>

Ação medida 2 - <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/839>

Ação medida 3 - anexo viaturas híbridas e electricas

Ação medida 4 - anexo gestão da frota de viaturas municipais

Documentação anexa relativa ao sub-indicador A:

 A1.3 - VIATURAS HÍBRIDAS e ELÉTRICAS.rar (1.8 MB)

 A1.4 - GESTÃO da FROTA DE VIATURAS MUNICIPAIS.doc (975.5 kB)

B - INCENTIVO AOS MODOS SUAVES/ATIVOS**B1 - Descreva três ações/medidas principais de incentivo aos modos suaves/ativos implementadas pelo município, nos três últimos anos.**

Seja breve e conciso. Sempre que possível, descreva o enquadramento e fundamentação das ações/medidas na política municipal de mobilidade sustentável, bem como a inovação e originalidade das mesmas e a abrangência de população/utilizadores que beneficiaram da implementação da ação/medida.

Nota: consultar exemplos de ações/medidas valorizadas no guia de recomendações.

B1.1 - Ação/Medida de promoção da acessibilidade/mobilidade pedonal: (máx. 1500 caracteres)**CONSERVAÇÃO da TORRE do RELÓRIO e ZONA ENVOLVENTE**

No ano 2015 foram concluídas as operações urbanísticas no âmbito da candidatura ao ON.2 "Património Cultural" (Aviso PC/2/2013), incidindo sobre a Zona Histórica de Alfândega da Fé, tendo uma forte componente de reabilitação urbana da zona envolvente ao monumento. Programa (espaço público):

- Redesenho urbano de várias ruas e largos envolventes à Torre do Relógio, assumindo o carácter de "zona de coexistência" (tráfego simultâneo de peões e viaturas, com o foco na acessibilidade na ótica pedonal — eliminação total das barreiras arquitetónicas, criando uma rede de fluxos eminentemente pedonal (incentivo aos modos suaves/ativos) e de acalmia do tráfego de viaturas;
- Qualificação das bermas (com eliminação de passeios desnivelados) e das faixas de rodagem, demarcando com cores e materiais diferentes, e com diferente estereotomia;
- Construção de zonas de estacionamento automóvel estrategicamente localizadas, descongestionando a zona histórica;
- Revisão do equipamento de segurança rodoviária e sinalização.

Esta ação abrange a população da sede do concelho (2.100 pessoas), bem como a população visitante/turistas.

B1.1.1 - Data de Implementação da Ação/Medida (mês/ano):

Nota: Não serão consideradas ações/medidas com mais de 3 anos

B1.2 - Ação/Medida de promoção da acessibilidade/mobilidade em bicicleta: (máx. 1500 caracteres)**CENTRO CÍVICO de ALFÂNDEGA DA FÉ**

No centro cívico de Alfândega da Fé foi incrementada a utilização da "ciclovía" construída, que liga 3 espaços de lazer (desde a Praça do Município, passando pelo Jardim Municipal, Parque Verde e Parque do Prado, fomentando a política de incentivo aos modos suaves/ativos. Esta "ciclovía" constitui um incentivo ao uso da bicicleta, num contexto de recreio e lazer, em locais frequentemente utilizados por famílias com crianças — componente de valorização ambiental e ecológica, associada também à saúde e ao desporto. Sendo intenção do Município que no futuro a utilização da bicicleta se generalize, passando a ser usada como meio de transporte quotidiano em toda a Vila, foram criados locais de estacionamento para bicicletas (articulação modal), associados à referida "ciclovía" e também junto ao recinto do Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé. Simultaneamente tem sido incentivada a utilização de bicicletas junto dos alunos, como é exemplo da atividade promovida na Semana Europeia da Mobilidade, que decorreu na ciclovía referida, onde foi explicado às crianças do pré-escolar como utilizar a "ciclovía", a sinalética horizontal e vertical e os locais de estacionamento.

B1.2.1 - Data de Implementação da Ação/Medida (mês/ano):

Nota: Não serão consideradas ações/medidas com mais de 3 anos

B1.3 - Ação/Medida de promoção da acessibilidade/mobilidade pedonal OU em bicicleta: (máx. 1500 caracteres)**IMPLEMENTAÇÃO do PLANO DE ACESSIBILIDADES — RAMPA**

No âmbito do projeto RAMPA (Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade), em 2012/2013 o Município de Alfândega da Fé elaborou o Diagnóstico e o Plano de Promoção da Acessibilidade – "Alfândega Inclusiva", traduzindo uma nova estratégia em torno do planeamento urbano e da acessibilidade, abrangendo 5 áreas transversais: Espaço Público, Edificado, Transportes, Comunicação e Design/Infoacessibilidade.

Em 2016, e perante a inexistência de financiamento para o efeito, o Município iniciou a implementação do Plano de Acessibilidades ao nível do espaço público, introduzindo várias melhorias da mobilidade pedonal, visando o aumento da qualidade de vida de todos os cidadãos que vivem e trabalham em Alfândega da Fé.

As intervenções, por administração direta, sucederam-se pontualmente em vários arruamentos da Vila, através da eliminação de barreiras arquitetónicas, rebaixamento de passeios, novos passeios e passadeiras para peões, sinalética específica para peões, etc.). Esta ação abrange a população da sede do concelho (2.100 pessoas), bem como a população visitante/turistas.

B1.3.1 - Data de Implementação da Ação/Medida (mês/ano):

Nota: Não serão consideradas ações/medidas com mais de 3 anos

Observações relativas ao sub-indicador B:

Evidências:

--CONSERVAÇÃO da TORRE do RELÓRIO e ZONA ENVOLVENTE - <http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/952> - VER a empreitada com o nome: "Conservação da Torre do Relógio e Zona Envolvente"

--CENTRO CÍVICO de ALFÂNDEGA DA FÉ -http://www.cm-alfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1226?event_id=189

--IMPLEMENTAÇÃO do PLANO DE ACESSIBILIDADES — RAMPA - documentação anexa implementação do Plano de Acessibilidades - RAMPA

Documentação anexa relativa ao sub-indicador B:

 B1-3 - IMPLEMENTAÇÃO do PLANO DE ACESSIBILIDADES — RAMPA.rar (333.1 kB)

C - GESTÃO DO TRANSPORTE MOTORIZADO INDIVIDUAL A FAVOR DA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL**C1 - Descreva três ações/medidas principais de gestão/racionalização do transporte individual implementadas pelo município, nos últimos três anos.**

Seja breve e conciso. Sempre que possível, descreva o enquadramento e fundamentação das ações/medidas na política municipal de mobilidade sustentável, bem como a inovação e originalidade das mesmas e a abrangência de população/utilizadores que beneficiaram da implementação da ação/medida.

Nota: consultar exemplos de ações/medidas valorizadas no guia de recomendações.

**C1.1 - Ação/Medida 1:
(máx. 1500 caracteres)****REGULAMENTO do PDM**

O novo PDM de Alfândega da Fé, resultando do processo de revisão, entrou em vigor em 25/02/2015 e estabelece um conjunto de regras sobre a rede viária e estacionamento de viaturas — Subsecção 2 do Capítulo X do Regulamento do PDM de Alfândega da Fé (artigos 93.º a 97.º).

Estas regras definem as “caraterísticas mínimas dos arruamentos”, os “princípios e parâmetros gerais relativos ao estacionamento”, as condições do “estacionamento privativo das edificações” e do “estacionamento de utilização pública”, bem como as “situações especiais”. Ao nível da gestão do transporte individual, ficam, assim, diferenciados os índices máximos e mínimos por fogo consoante a respetiva tipologia, por tipo de uso, bem como das necessidades de estacionamento em função da respetiva densidade de cada zona.

O regulamento do PDM assume-se como instrumento de gestão urbanística fundamental para garantir a compatibilização do transporte motorizado individual nos espaços urbanos, em prol da sustentabilidade

C1.1.1 - Data de Implementação da Ação/Medida (mês/ano):

Nota: Não serão consideradas ações/medidas com mais de 3 anos

**C1.2 - Ação/Medida 2:
(máx. 1500 caracteres)****ZONAS 30**

O centro cívico de Alfândega da Fé passou a assumir o carácter de uma Zona 30, pela nova configuração do espaço urbano. Este carácter de Zona 30 abrange, igualmente, toda a área adjacente conformada pela Zona Histórica de Alfândega da Fé (a qual corresponde a uma “Área de Reabilitação Urbana” constituída por deliberação da Assembleia Municipal de 13/12/2014).

Efetivamente, nestas zonas verifica-se: a imposição de uma velocidade limite de circulação reduzida (30km/h), a redução dos volumes de tráfego motorizado, a melhoria das condições de segurança dos peões e dos ciclistas através de medidas ao nível do desenho urbano, bem como assumem em algumas artérias a separação do espaço destinado a viaturas motorizadas do espaço destinado aos peões.

Ao longo dos próximos anos continuarão a ser criadas melhores condições de gestão do transporte motorizado a favor da sustentabilidade, através do redesenho urbano e execução das sucessivas fases de obra previstas para a Zona Histórica de Alfândega da Fé.

C1.2.1 - Data de Implementação da Ação/Medida (mês/ano):

Nota: Não serão consideradas ações/medidas com mais de 3 anos

**C1.3 - Ação/Medida 3:
(máx. 1500 caracteres)****ZONAS de COEXISTÊNCIA**

No ano 2015 foram concluídas as operações urbanísticas no âmbito da candidatura ao ON.2 “Património Cultural” (Aviso PC/2/2013), incidindo sobre a Zona Histórica de Alfândega da Fé, tendo uma forte componente de reabilitação urbana da zona envolvente ao monumento. Programa (espaço público):

- Redesenho urbano de várias ruas e largos envolventes à Torre do Relógio, assumindo o carácter de “zona de coexistência” (tráfego simultâneo de viaturas e peões — eliminação total das barreiras arquitetónicas, criando uma rede de fluxos de convivência, com foco na acalmia do tráfego de viaturas);
- Qualificação das faixas de rodagem e das bermas (com eliminação de passeios desnivelados), demarcando com cores e materiais diferentes, e com diferente estereotomia;
- Construção de zonas de estacionamento automóvel estrategicamente localizadas, descongestionando a zona histórica;
- Revisão do equipamento de segurança rodoviária e sinalização.

Esta ação abrange a população da sede do concelho (2.100 pessoas), bem como a população visitante/turistas

C1.3.1 - Data de Implementação da Ação/Medida (mês/ano):

Nota: Não serão consideradas ações/medidas com mais de 3 anos

Observações relativas ao sub-indicador C:

Evidências:

Regulamento do PDM - em anexo;

Zonas 30 - em anexo;

zona de Coexistência - em anexo;

Documentação anexa relativa ao sub-indicador C:

Nota: Os anexos são facultativos sendo a avaliação baseada apenas no que é descrito no formulário.

 C1.1 - Regulamento PDM.pdf (1.1 MB)

 C1.2 - Zonas 30.rar (801.8 kB)

 C1.3 - Zona de Coexistência.pdf (1.2 MB)

D - PLANOS, PROJETOS E GESTÃO DA MOBILIDADE**D1 - Descreva dois projetos/medidas/ações principais de gestão da mobilidade implementados pelo município, nos últimos três anos, que promovem a redução do volume e velocidade do tráfego motorizado individual.**

Seja breve e conciso. Sempre que possível, descreva o enquadramento e fundamentação das ações/medidas na política municipal de mobilidade sustentável, bem como a inovação e originalidade das mesmas e a abrangência de população/utilizadores que beneficiaram da implementação da ação/medida.

Nota: consultar exemplos de projetos e medidas de gestão da mobilidade no guia de recomendações.

D1.1 - Projeto/Medida/Ação 1:
(máx. 1500 caracteres)**PLANO de ACESSIBILIDADES — RAMPA**

No âmbito do projeto RAMPA (Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade), o Município de Alfândega da Fé promoveu a elaboração do Diagnóstico e do Plano de Promoção da Acessibilidade – “Alfândega Inclusiva”, traduzindo uma nova estratégia em torno do planeamento urbano e da gestão da mobilidade.

Estes documentos (elaborados em 2013 e revistos/atualizados em 2016) abrangem 5 áreas transversais: Espaço Público, Edificado, Transportes, Comunicação e Design/Infoacessibilidade.

O Município está em condições de promover sustentadamente a melhoria da acessibilidade e o conseqüente aumento da qualidade de vida de todos os cidadãos que vivem e trabalham em Alfândega da Fé, no sentido de fomentar uma sociedade mais livre, democrática e inclusiva — abrangendo a população da sede do concelho (2.100 pessoas) — com destaque para promoção da acessibilidade pedonal e redução do volume e velocidade do tráfego motorizado individual.

Este trabalho de planeamento (que interessa materializar fisicamente em todas as 5 componentes) traduz o cumprimento da legislação em vigor em matéria de Acessibilidade e Mobilidade para Todos.

Note-se que algumas das ações deste Plano de Promoção da Acessibilidade foram iniciadas e materializadas, essencialmente no centro cívico de Alfândega da Fé e em alguns arruamentos, ao nível da adequação do espaço público.(EM ANEXO)

D1.1.1 - Data de Implementação do Projeto/Medida/Ação (mês/ano):

Nota: Não serão consideradas projetos/medidas/ações com mais de 3 anos

D1.2 - Projeto/Medida/Ação 2:
(máx. 1500 caracteres)**PLANEAMENTO de ATIVIDADES e ROTAS do SERVIÇO DE ÁGUAS E SANEAMENTO**

O Serviço de Águas e Saneamento (SAS) do Município de Alfândega da Fé compreende a gestão das redes em baixa de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais em todo o território do concelho, existindo 4 equipas de trabalhadores municipais para executar os serviços operacionais de manutenção e de intervenção, e existindo 3 técnicos superiores para as tarefas de gestão e controlo.No sentido de tornar o serviço mais eficiente, uma das ações mais importantes que o SAS passou a implementar em 2016 foi o planeamento semanal das atividades e das rotas das equipas.

Perante o universo de serviços a realizar, é preparado e disponibilizado todas as sextas-feiras, para execução na semana seguinte, o alinhamento das atividades, tendo em conta rotas que permitam abranger as freguesias adjacentes, reduzindo bastante as deslocações pendulares à sede do concelho (onde se localiza o Armazém do SAS) - ao contrário do que acontecia antes, com inúmeras deslocações casuais e sem qualquer planeamento.

Alinhada com as políticas municipais (ambiental / mobilidade sustentável), esta ação permite a redução do volume de tráfego motorizado das viaturas (4carrinhas de caixa aberta e 1 viatura ligeira híbrida utilizada pelo técnicos da Divisão de Urbanismo e Ambiente), reduzindo consideravelmente os custos com viaturas municipais e com combustíveis, e minimizando o impacto ambiental de emissão de gases para a atmosfera.(EM ANEXO)

D1.2.1 - Data de Implementação do Projeto/Medida/Ação (mês/ano):

Nota: Não serão consideradas projetos/medidas/ações com mais de 3 anos

Observações relativas ao sub-indicador D:

A descrição feita em D1.1 corresponde a propostas ao nível de plano/projeto, em início de implementação.

A descrição feita em D1.2 corresponde a ações com repercussão / implementação no terreno.

Documentação anexa relativa ao sub-indicador D:

Nota: Os anexos são facultativos sendo a avaliação baseada apenas no que é descrito no formulário.

 D1.1 - RAMPA.rar (436.2 kB)

 D1.2 - Planeamento Semanal SAS.xls (569.5 kB)

E - POLÍTICA DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

E1 - Descreva a estratégia adotada pelo município para a promoção da mobilidade sustentável, descrevendo a missão e objetivos assim como as ações-chave realizadas nos últimos 3 anos: (máx. 3000 caracteres)

POLÍTICA MUNICIPAL de MOBILIDADE SUSTENTÁVEL
 MISSÃO: "Ser um município sustentável, centrado no/na munícipe, valorizando a qualidade e a inovação num contexto de interioridade."
 OBJETIVOS: Promover a mobilidade sustentável no Município de Alfândega da Fé, através dos seguintes eixos:
 a) otimização da gestão municipal da mobilidade e transportes;
 b) definição de planos e projetos de gestão da mobilidade;
 c) implementação de modos suaves/ativos de mobilidade;
 d) melhoria dos serviços de transporte público;
 e) gestão e racionalização do transporte individual.
 PRIORIDADES (ações de curto/médio prazo):
 a) implementar o Plano de Ação do projeto RAMPA (intervindo fisicamente no espaço público da sede do concelho, melhorando as condições de acessibilidade e mobilidade, e eliminando as barreiras arquitetónicas identificadas no Diagnóstico do RAMPA);
 b) renovar a frota de viaturas municipais, através da aquisição de viaturas híbridas e elétricas;
 c) reduzir os custos com a frota de viaturas municipais (através de melhor planeamento e gestão);
 d) definir formalmente "Zonas 30" no centro cívico de Alfândega da Fé e na zona histórica de Alfândega da Fé.
 PRIORIDADES (ações de médio/longo prazo):
 a) Desenvolver o Serviço de Transporte a pedido (território de muito baixa densidade);
 b) Implementar os Serviços Municipais de Proximidade – "Município sobre Rodas";
 c) Conceber e implementar um serviço de mobilidade ciclável, associado a uma rede de ciclovias (quer no âmbito das vivências quotidianas dos munícipes, quer no âmbito turístico).
 AÇÕES CHAVE (últimos 3 anos, alinhadas com o PAMUS):
 - Otimização da gestão municipal da mobilidade e transportes - (âmbito: Economia mais eficiente e sustentável);
 - Gestão e racionalização do transporte individual - (âmbito: Redução dos impactes ambientais);
 - Implementação de modos suaves/ativos de mobilidade - (âmbito: Qualidade de vida e Segurança);
 - Melhoria dos serviços de transporte público - (âmbito: Acessibilidade, Inclusão Social e Justiça Social).

E2 - Orçamento municipal aplicado em medidas e infraestruturas para os modos (€):

E2.1 - Pedonal:

E2.2 - Em bicicleta:

E2.3 - Transporte público:

E2.4 - Motorizado individual:

Observações relativas ao sub-indicador E:

O concelho de Alfândega da Fé inclui-se num território de muito baixa densidade demográfica (5.104 habitantes / 320 km²), com núcleos urbanos de reduzida dimensão (sede do concelho com 2.100 habitantes + 29 aldeias/lugares), com uma rede de transportes públicos (autocarros, táxis) muito pouco expressiva.

O município de Alfândega da Fé não dispõe de um Plano de Mobilidade e Transportes (PMT) de âmbito municipal, pelo motivo de existir pouca pressão urbana e volume de tráfego. Por outro lado, integra o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da CIM-TTM (Comunidade Intermunicipal "Terras de Trás os Montes"), à qual pertence.

NOTA: ver em anexo os DOC's Financeiros relacionados com este indicador

Documentação anexa relativa ao sub-indicador E:

Nota: Os anexos são facultativos sendo a avaliação baseada apenas no que é descrito no formulário.

 E.2 - DOC's Financeiros.rar (2.1 MB)

Documentação anexa relativa ao indicador 18:



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt

© 2012 Associação Bandeira Azul da Europa - Organização de Utilidade Pública reconhecida através do despacho n°9364/2009 publicado em D.R. de 30 de Março. | powered by Atelier35



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 19

Município de Alfândega da Fé

Qualidade do Ambiente Sonoro

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Ruído	Município; APA; CCDRs; DRA Açores; DROTA Madeira	R	IC	IU/INU	3,0

INFORMAÇÃO PRÉVIA

Área do concelho (m²):





A - SITUAÇÃO DO AMBIENTE SONORO NO CONCELHO

A1 - Existência de mapas de ruído no concelho:

Sim Não

A1.1 - Data do mapa de ruído:

A1.2 - Anexe o mapa de ruído:

-  1- Mapa de Ruído - Relatório Final.pdf (1.4 MB)
-  2- Mapa de Ruído - Relatório Não Técnico.pdf (962.3 kB)
-  3- Mapa de Ruído - Carta 1.pdf (602.6 kB)
-  4- Mapa de Ruído - Carta 2.pdf (677.2 kB)

A1.3 - Observações sobre os mapas de ruído:





(se os dados de base dos mapas são anteriores a 2012, deve incluir aqui a justificação da eventual atualidade acústica dos mesmos)

O concelho de Alfândega da Fé possui apenas 5104 habitantes (CENSOS 2011), apenas na sede do concelho existe uma pequena zona industrial (fora da zona urbana) onde laboram pequenas indústrias. Não temos qualquer problema de ruído nem queixas registadas no município nesta área. Não vê por isso o município de Alfândega da Fé necessidade de estar a despender recursos (uma vez que é um município com problemas financeiros e está em fase de reestruturação de dívida). Caso haja possibilidade de alguma candidatura para atualizar os dados iremos certamente fazê-lo. Contudo foi colocada a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana da possibilidade de colaborarem connosco nesta atualização.

A2 - Existência de carta de classificação de zonas:

Sim Não

A2.1 - Anexe a carta de classificação de zonas:

-  1- Zona Mista - carta 1.1.pdf (3.2 MB)
-  2- Zona Mista - carta 1.2.pdf (3.8 MB)
-  3- Zona Mista - carta 2.1.pdf (3.2 MB)
-  4- Zona Mista - carta 2.2.pdf (3.8 MB)

A3 - Percentagem de população sobre-exposta a ruído ambiente exterior

Zonas Sensíveis:

Lden > 55 dB(A) e/ou Ln > 45 dB(A):

Lden > 65 dB(A) e/ou Ln > 55 dB(A):
(proximidade de GIT existente ou GIT aéreo em projeto)

Lden > 60 dB(A) e/ou Ln > 50 dB(A):
(proximidade de GIT não aéreo em projeto)

Zonas Mistas:

Lden > 65 dB(A) e/ou Ln > 55 dB(A):

Observações relativas ao sub-indicador A:

B - PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RUÍDO

B1 - Existência de Plano Municipal de Redução de Ruído?

Sim Não

B2 - Implementação das medidas permanentes de redução de ruído, previstas ou não em plano municipal (implementadas ou que se mantiveram):

Nota: O município deve indicar se o Plano Municipal de Redução de Ruído foi aprovado.


O município de Alfândega da Fé não dispõe ainda de um Plano Municipal de Redução de Ruído, pelo motivo de existir pouca pressão urbana e volume de tráfego.

O concelho de Alfândega da Fé inclui-se num território de muito baixa densidade demográfica (5.104 habitantes / 320 km²), com núcleos urbanos de reduzida dimensão (sede do concelho com 2.100 habitantes + 29 aldeias/lugares), com uma rede de transportes públicos (autocarros, táxis) muito pouco expressiva, bem como de unidades industriais de reduzida dimensão.

Observações relativas ao sub-indicador B:

Observações relativas ao indicador 19:

Documentação anexa relativa ao indicador 19:

 exp_pop_ruid_amb_APA.pdf (1.5 MB)



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 20

Município de Alfândega da Fé

Agricultura Sustentável e Desenvolvimento Rural

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Agricultura	Município; DGADR; INE; GPP	E/P	IC	INU	3,5 (+ 0,5)

INFORMAÇÃO PRÉVIA

01 - Área de superfície agrícola utilizada (SAU) (ha):

A - HABITAT AGRÍCOLA SEMI-NATURAL

A1 - Área ocupada com habitat agrícola semi-natural (ha):

A2 - % da SAU ocupada com habitat agrícola semi-natural: [A2 = (A1/01) × 100]

Observações relativas ao sub-indicador A:

B - MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO NO CONCELHO

B1 - Área ocupada com Modo de Produção Biológico (ha):

B2 - % da SAU controlada no Modo de Produção Biológico: [$B2 = (B1 / 01) \times 100$]

B3 - Anexe a Listagem dos Agricultores com Modo de Produção Biológico (contactos e respetivas áreas):

NOTA: obrigatório para pontuar

 produção biologica-2009.xlsx (23 kB)

Observações relativas ao sub-indicador B:

Frutos de casca rija; Olival; Vinha; Citrinos; Pastagens Permanentes, Frutos Frescos

C - VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE QUALIDADE E DO ARTESANATO

C1 - N.º de produtos alimentares qualificados (DOP, IGP, ETG, etc.) no concelho:

C2 - Nº de atividades no âmbito da Confeção Artesanal de Bens Alimentares, oficialmente reconhecidas e registadas no Registo Nacional do Artesanato, a nível do concelho:

Não existem
reco

Observações relativas ao sub-indicador C:

Apesar de não existir nenhuma atividade registada no Registo Nacional do Artesanato, existe uma atividade de calçado artesanal a laborar no concelho já na sexta geração. Marca registada que pode ser consultada em https://www.facebook.com/sapateiros.dos.cerejais/?ref=aymt_homepage_panel

D - PARCEIRO DE UM GRUPO DE AÇÃO LOCAL

D1 - Participação da Câmara Municipal num grupo de ação local:

Sim Não

D2 - A Câmara Municipal pertence à parceria que constitui o GAL e/ou é promotora de um ou mais projetos na área da agricultura e desenvolvimento rural sustentável:

Sim Não

D3 - Descrição da forma de participação:

No norte de Portugal, região de Trás-os-Montes, distrito de Bragança situa-se a Terra Quente, território de intervenção do GAL DESTEQUE, constituído por cinco municípios: Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor. A DESTEQUE - Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente é uma entidade de direito privada sem fins lucrativos constituída em 23 de Dezembro de 1991, que conta com quinze associados (públicos e privados). Com o objetivo social da promoção do desenvolvimento local e melhoria das condições culturais e materiais das populações na sua área de intervenção. Procura a plena valorização dos recursos humanos e naturais da região da Terra Quente, tendo por objetivo último a redução das assimetrias regionais. O Município de Alfândega da Fé integra o GAL DESTEQUE. Atualmente a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé está a acumular as funções de gerente desta Empresa.

Observações relativas ao sub-indicador D:

E - HORTAS URBANAS DA INICIATIVA MUNICIPAL**E1 - Existência de hortas urbanas no concelho:**

Sim Não

E2 - % de área das hortas urbanas biológicas (certificadas ou não):

E3 - N.º de municípios envolvidos diretamente:

E4 - Informação/formação sobre as hortas urbanas: (técnicas de produção, época de produção das culturas, trabalho comunitário, compostagem, entre outros)

Numa altura de crise económica, este projeto surgiu na óptica da rentabilização e otimização de terrenos existentes cujo proprietário é o município de Alfândega da Fé, promovendo a criação de espaços verdes dinâmicos, onde se aposta na redução de resíduos com implementação da compostagem com intuito de produção de fertilizantes naturais, desenvolvendo assim uma consistência ambiental no concelho.

Por outro lado, quando se pensou neste projeto potenciaram-se locais de convivência familiar e comunitária onde a entretajuda e a vizinhança são uma realidade. Assim, o projeto surgiu da vontade do município em promover a agricultura biológica, contacto direto da população com a terra, desenvolvimento de consciência ecológica, fomentar práticas de consumo sustentáveis, melhorar hábitos opostos ao sedentarismo, contacto social entre pessoas num mesmo local, poupanças económicas para as famílias, aplicação dos princípios da sustentabilidade (produção de alimentos nas proximidades da habitação).










Foram entregues 24 talhões de aproximadamente 90m2 cada para práticas agrícolas biológicas com acompanhamento técnico por parte do município, tendo sido leccionadas várias ações de formação sobre agricultura biológica, compostagem caseira, mezinhas, ervas aromáticas e medicinais.

Observações relativas ao sub-indicador E:

Observações relativas ao indicador 20:

Achamos pertinente anexar fotos das hortas.

Documentação anexa relativa ao indicador 20:

-  IMG_0107.JPG (3.3 MB)
-  IMG_0108.JPG (3.3 MB)
-  IMG_0109.JPG (3.3 MB)
-  IMG_0110.JPG (3.4 MB)
-  IMG_0115.JPG (3.3 MB)
-  IMG_0116.JPG (3.3 MB)
-  IMG_0119.JPG (3.3 MB)
-  IMG_0120.JPG (3.3 MB)
-  IMG_0121.JPG (3.4 MB)



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt

© 2012 Associação Bandeira Azul da Europa - Organização de Utilidade Pública reconhecida através do despacho n°9364/2009 publicado em D.R. de 30 de Março. | powered by Atelier35



Candidaturas a município ECOXXI 2017 - Indicador 21

Município de Alfândega da Fé

Turismo Sustentável

Sector	Fonte	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
		PER	IP/IC	IU/INU	
Turismo	Município; TP; INE; PPART	E/R	IC	IU/INU	5,0 (+ 1,0)

INFORMAÇÃO PRÉVIA

01 - Área do concelho (ha): 02 - N.º total de Empreendimentos Turísticos: [02 = 02.1 + 02.2 + 02.3 + 02.4 + 02.5 + 02.6 + 02.7]02.1 - N.º de Hotéis (2015): 02.2 - N.º de Hotéis-Apartamentos (2015): 02.3 - N.º de Pousadas (2015): 02.4 - N.º de Aldeamentos Turísticos (2015): 02.5 - N.º de Apartamentos Turísticos (2015): 02.6 - N.º de unidades de Turismo no Espaço Rural e Turismo de Habitação (2015): 02.7 - N.º de Parques de Campismo e/ou Caravanismo (2015): 03 - N.º total de unidades de Alojamento Local (2015): 04 - População residente (hab.):

A - DESEMPENHO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO

Nota: O sub-indicador A é preenchido pelo júri. O município apenas tem de preencher o campo A4.2.

A1 - Proveitos de aposento

A1.1 - Proveitos de aposento, exceto Turismo no Espaço Rural, Turismo de Habitação e Parques de Campismo (2015):

 [A1.1 = A1.1.1 + A1.1.2 + A1.1.3 + A1.1.4 + A1.1.5]

A1.1.1 - Proveitos de aposento em Hotéis (2015):

A1.1.2 - Proveitos de aposento em Hotéis-Apartamentos (2015):

A1.1.3 - Proveitos de aposento em Pousadas (2015):

A1.1.4 - Proveitos de aposento em Aldeamentos Turísticos (2015):

A1.1.5 - Proveitos de aposento em Apartamentos Turísticos (2015):

A1.2 - Proveitos de aposento por dormida (2015): [A1.2 = A1.1 / (A2.1 - (A2.1.6 + A2.1.7))]

A2 - Ocupação dos empreendimentos turísticos

A2.1 - N.º total de dormidas (2015): [A2.1 = A2.1.1 + A2.1.2 + A2.1.3 + A2.1.4 + A2.1.5 + A2.1.6 + A2.1.7]

A2.1.1 - N.º de dormidas em Hotéis (2015):

A2.1.2 - N.º de dormidas em Hotéis-Apartamentos (2015):

A2.1.3 - N.º de dormidas em Pousadas (2015):

A2.1.4 - N.º de dormidas em Aldeamentos Turísticos (2015):

A2.1.5 - N.º de dormidas em Apartamentos Turísticos (2015):

A2.1.6 - N.º de dormidas em Turismo no Espaço Rural e Turismo de Habitação (2015):

A2.1.7 - N.º de dormidas em Parques de Campismo e/ou Caravanismo (2015):

A2.2 - N.º total de camas (2015): [A2.2 = A2.2.1 + A2.2.2 + A2.2.3 + A2.2.4 + A2.2.5 + A2.2.6 + A2.2.7]

A2.2.1 - N.º de camas em Hotéis (2015):

A2.2.2 - N.º de camas em Hotéis-Apartamentos (2015):

A2.2.3 - N.º de camas em Pousadas (2015):

A2.2.4 - N.º de camas em Aldeamentos Turísticos (2015):

A2.2.5 - N.º de camas em Apartamentos Turísticos (2015):

A2.2.6 - N.º de camas em Turismo no Espaço Rural e Turismo de Habitação (2015):

A2.2.7 - N.º de camas em Turismo em Parques de Campismo e/ou Caravanismo (2015):

A2.3 - N.º total de hóspedes (2015): [A2.3 = A2.3.1 + A2.3.2 + A2.3.3 + A2.3.4 + A2.3.5 + A2.3.6 + A2.3.7]

A2.3.1 - Nº de hóspedes em Hotéis (2015): A2.3.2 - Nº de hóspedes em Hotéis-Apartamentos (2015): A2.3.3 - Nº de hóspedes em Pousadas (2015): A2.3.4 - Nº de hóspedes em Aldeamentos Turísticos (2015): A2.3.5 - Nº de hóspedes em Apartamentos Turísticos (2015): A2.3.6 - Nº de hóspedes em Turismo no Espaço Rural e Turismo de Habitação (2015): A2.3.7 - Nº de hóspedes em Parques de Campismo e/ou Caravanismo (2015):

A2.4 - Taxa de ocupação-cama em empreendimentos turísticos, exceto Turismo no Espaço Rural, Turismo de Habitação e Parques de Campismo e/ou Caravanismo (2015):

$$[A2.4 = (A2.1 - (A2.1.6 + A2.1.7)) / A2.2 \times 100]$$

A2.5 - Estada-média em empreendimentos turísticos (2015):

$$[A2.5 = A2.5.1 + A2.5.2 + A2.5.3 + A2.5.4 + A2.5.5 + A2.5.6 + A2.5.7]$$

A2.5.1 - Estada média em Hotéis (2015): [A2.5.1 = A2.1.1/A2.3.1]A2.5.2 - Estada média em Hotéis-Apartamentos (2015): [A2.5.2 = A2.1.2/A2.3.2]A2.5.3 - Estada média em Pousadas (2015): [A2.5.3 = A2.1.3/A2.3.3]A2.5.4 - Estada média em Aldeamentos Turísticos (2015): [A2.5.4 = A2.1.4/A2.3.4]A2.5.5 - Estada média em Apartamentos Turísticos (2015): [A2.5.5 = A2.1.5/A2.3.5]A2.5.6 - Estada média em Turismo no Espaço Rural e Turismo de Habitação (2015): [A2.5.6 = A2.1.6/A2.3.6]A2.5.7 - Estada média em Parques de Campismo e/ou Caravanismo (2015): [A2.5.7 = A2.1.7/A2.3.7]

A3 - Ocupação das unidades de Alojamento Local

A3.1 - N.º de dormidas em Alojamento Local (2015): A3.2 - N.º de camas em Alojamento Local (2015): A3.3 - N.º hóspedes em Alojamento Local (2015): A3.4 - Estada-média em Alojamento Local (2015): [A3.4 = A3.1/A3.3]

A4 - Empresas de animação turística e operadores marítimo-turísticos

A4.1.1 - Nº de empresas de animação turística e/ou operadores marítimo-turísticos sediados no concelho por 1000 camas turísticas:

A4.1.2 - N.º de empresas de animação turística e/ou operadores marítimo-turísticos a operar em áreas protegidas no concelho:

A4.2 - N.º de empresas/operadores a operar:

Observações relativas ao sub-indicador A:

N.º de empresas/operadores a operar: Terras de aventura; MapAventura; Quinta de Alvazinhos; Naturthoughts

B - VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL**B1 - Unidades produtivas artesanais**B1.1 - N.º de unidades produtivas artesanais em 2015: B1.2 - N.º de unidades produtivas artesanais em 2016: B1.3 - Evolução das unidades produtivas artesanais: [B1.3 = (B1.2 - B1.1)/B1.1]**B2 - Museus, centros interpretativos e outros espaços museológicos**B2.1 - N.º de museus, centros interpretativos e outros espaços museológicos: B2.2 - N.º museus, centros interpretativos ou outros espaços museológicos com informação bilingue^o: B2.3 - % museus, centros interpretativos ou outros espaços museológicos com informação bilingue:

[B2.3 = B2.2/B2.1]

B2.4 - N.º total, centros interpretativos ou outros espaços museológicos face à população residente:

[B2.4 = B2.1/04]

B2.5 - Anexe evidências da informação bilingue disponibilizada^o: B2.5 .pdf (373 kB)**B2.6 - Nome dos museus, centros interpretativos ou outros espaços museológicos^o:****B2.7 - Coordenadas dos museus, centros interpretativos ou outros espaços museológicos:**Galeria Manuel Cunha - 41°20'27.81"N 6°57'41.62"W
Espaço Museológico do Stº Antão da Barca - 41°26'61.29"N -6°89'01.24"W
Torre do Relógio - 41°20'30.68"N 6°57'55.80"W"/>**B2.8 - Website dos museus, centros interpretativos ou outros espaços museológicos:****B3 - Atendimentos ao balcão em postos de turismo**B3.1 - N.º de postos de turismo: **B3.2 - Período de funcionamento e horário dos postos de turismo:****B3.3 - Existe aplicação mobile com informação turística sobre o concelho:** Sim Não**B3.4 - Nome da aplicação mobile:**

B4 - Itinerários, percursos turísticos temáticos ou rotas

Nota: pretende-se que descreva o itinerário/percurso/rota que considera mais significativo

B4.1 - O município possui uma rota:

Sim Não

B4.1.1 - Formas de divulgação ao público (site ou aplicação para mobile):

www.cm-alfandegadafe.pt; www.citalfandegadafe.pt

B4.2 - Indique o nome de um itinerário ou percurso turístico temático:

Percurso pedestre das Capelas

B4.2.1 - Tema em que se insere:

Paisagístico/ patrimonial

B4.2.2 - Anexe mapa do itinerário ou percurso:

 B4.2.2Capelas_.jpg (6.1 MB)

B4.2.3 - Caracterização dos pontos de interesse:

1- Cruzeiro - feito em granito, oitocentista (1863) com soco e base de secção circular, capitel cúbico e cruz latina simples.

2- Igreja Paroquial de Gouveia - barroca e rocóco de planta longitudinal simples composta por uma nave, uma capela-mor mais estreita e baixa, adossadas, uma sacristia e uma torre sineira. Foi construída em 1725, sofrendo alterações no séc. XIX e XX. A torre sineira apresenta dois registos divididos por cornija. O superior com quatro ventanas de volta perfeita.

Fauna e Flora - Nestes montes predominam a esteva (Cystus), sobreiros (Quercus suber) as urzes (Eriça), o zimbro, a carqueja e pinheiro, embora a oliveira e amendoeira também consigam ter boas condições de vida. Como animais ainda se encontram javalis, coelhos, lebres, raposas e tordos. Naturalmente acabou por se desenvolver a pastorícia como complemento à actividade agrícola.

3-Igreja de S. Lourenço- é possível apreciar as obras de Bento Coelho da Silveira, pintor régio do séc. XVII.

4- Capela de Santa Eufémia - capela de planta simples rectangular e pequena dimensão é precedida por um alpendre ou galilé. Necrópole medieval de sepulturas de contorno rectangular escavadas no afloramento xistoso. Identificando-se três sepulturas, embora uma delas se encontrar ligeiramente danificada.

5- Ermida de Nossa Senhora de Jerusalém - Classificada "Valor Concelhio" por despacho de Janeiro de 1975. Edificada numa pequena elevação, a capela de Nossa Senhora de Jerusalém datada de 1806, foi objecto de uma importante reforma em 1989. A frontaria é rasgada por um portal de arco redondo com duas aduelas almofadadas, encimado por um frontão semicircular truncado por um nicho ladeado por pilastras que sustentam frontão triangular. Por cima e na prumada do portal ergue-se uma pequena sineira. O interior tem cobertura em abóbada de berço. As paredes preservam vestígios de frescos de carácter fitomórfico e cenas da vida da Virgem e temas vegetalistas, que se estendem ao tecto, em caixotões, da capela-mor. As pinturas são devidas ao pintor Sebastião José Ferreira Pinto e datam de 1856. Memória descritiva: Trata-se de um conjunto de pinturas murais executadas em diferentes técnicas. Assim na capela-mor, do lado do evangelho resta uma composição com a representação da de Santa Luzia executada a fresco e datável de finais do séc. XVII ou início do séc. XVIII, uma vez que é usado o pigmento branco de chumbo que começa a ser usado neste período. As restantes pinturas, executadas a seco, são elementos vegetalistas. Esta manifestação artística rara e cara caiu em desuso a partir do séc. XVII, sendo substituída pela talha dourada, prateada e policroma dos períodos maneiristas e, sobretudo, barroco. A pintura mural foi bastante popular no séc. XV e XVI, existindo praticamente em todas as igrejas e capelas desse tempo.

6- Calvário

O vasto conjunto do Santuário do Imaculado Coração de Maria, na paróquia de Cerejais, começou a ser edificado em 1961 pelo Sr. Cónego Manuel Joaquim Ochôa. Este Santuário recebe inúmeros visitantes e peregrinos, não só da Diocese mas também de todo o País.

Em Julho de 1964, foi a inauguração da Via-Sacra (representações desde a condenação à morte ao sepulcro de Jesus) e do Calvário, ambas as obras executadas pelo Arquitecto Manuel Ferreira. As cruzes da Via-Sacra, talhadas em granito do Romeu enriquecidas com baixos-relevos franceses, em bronze, alusivas às 14 estações de Paixão.

A capelinha do Calvário, inicialmente concebida apenas para acolher a imagem do Divino Senhor do Calvário, logo foi ampliada para acolher os peregrinos.

Os sete plintos, de pedra rústica e placas de betão ostentando, em azulejo, as "Sete dores de Nossa Senhora" assinaladas ou sugeridas no evangelho.

As 14 Estações da Via-Sacra

A Via-Sacra estendeu-se a toda a Igreja latina, sobretudo no séc. XV. No entanto, o número de estações era ainda variável. Só séc. XVIII, o Papa Bento XIV fixou definitivamente em catorze as estações da Via-Sacra e, ao mesmo tempo, convidou todos os sacerdotes a enriquecer as suas igrejas com as suas representações.

B4.2.4 - Formas de divulgação ao público (site ou aplicação para mobile):

www.cm-alfandegadafe.pt; www.citalfandegadafe.pt

B4.2.5 - Idiomas em que é disponibilizada a informação:

Em formato papel: Português /Espanhol nos sites: espanhol francês e inglês

B5 - Certificações, selos e galardões

B5.1 - N ° de certificações, selos e galardões obtidos na área do turismo sustentável em 2016 por tipo e objeto de certificação:

B5.1.1 - Eco-hotel: <input type="text"/>	Objeto da certificação: <input type="text"/>
B5.1.2 - Green Key: <input type="text"/>	Objeto da certificação: <input type="text"/>
B5.1.3 - Green Globe: <input type="text"/>	Objeto da certificação: <input type="text"/>
B5.1.4 - Sustainable Travel International: <input type="text"/>	Objeto da certificação: <input type="text"/>
B5.1.5 - Travel Life: <input type="text"/>	Objeto da certificação: <input type="text"/>
B5.1.6 - Green destinations: <input type="text"/>	Objeto da certificação: <input type="text"/>
B5.1.7 - Outras. N.º: <input type="text"/>	B5.1.7.1 - Quais? <input type="text"/>

Observações relativas ao sub-indicador B:

Rotas e Visitas Turísticas

Visitas Guiadas a Sítios Arqueológicos do Concelho

As visitas guiadas, para além dos percursos pedestres que contemplam sítios arqueológicos ou que foram criados para que alguns destes sejam visitáveis, poderão ser uma forma mais objetiva das pessoas entrarem em contacto com o património arqueológico. Apesar da grande maioria dos sítios identificados no concelho de Alfândega da Fé serem habitats, manchas de ocupação e achados isolados, ou seja, locais cujos vestígios são pautados por objetos de pequenas dimensões, não havendo uma demarcação do local através de estruturas visíveis sem qualquer trabalho arqueológico, faz com que o leque de sítios potencialmente visitáveis seja relativamente reduzido. No entanto, podemos destacar os povoados fortificados, nomeadamente os castelos da Marruça, dos Picões, Rebentão ou Sta. Justa ou a Pedra de Ridevides e a Fraga das Ferraduras, no que a núcleos de arte rupestre diz respeito.

Neste âmbito, podemos criar uma rota onde vários sítios arqueológicos desta tipologia sejam identificados, bem como dar a conhecer o espólio arqueológico encontrado nestes locais. Todo o percurso será acompanhado por um guia e o discurso será sempre interativo, relacionando os materiais aos sítios e estes com a paisagem para que as pessoas compreendam melhor quais foram as motivações para o estabelecimento de comunidades em determinados locais.

Visitas Guiadas

As visitas guiadas, poderão ser uma forma mais objetiva das pessoas entrarem em contacto com o património e cultura, não só do nosso concelho mas também de outros. Num plano da cultura é primordial sensibilizar os cidadãos para a diversidade e vulnerabilidade do património, bem como para o esforço envolvido na sua proteção e valorização. Promove-se assim uma visita guiada aos lugares de memória de Alfândega da Fé, onde o público pode ficar a conhecer mais e melhor a história do património edificado de Alfândega da Fé.

Passeio da Cereja

Por estes dias as cerejas dão um colorido diferente a Alfândega da Fé, enquanto diversos grupos de música popular e tradicional animam a vila. Durante o fim-de-semana realizam-se visitas às cerejeiras, onde poderá conhecer de perto um produto de excelência do nosso concelho, a cereja que merece um lugar de destaque.

PASSEAR pela Serra

Com os seus 1200m de altitude a Serra de Bornes sempre foi a fiel guardiã do concelho. A proposta passa por descobrir as gente se as localidades que cedo encontraram nestas terras da Serra Monte Mel, também assim designada, o seu sustento.

Aventure-se pelos trilhos de montanha, desça até à aldeia de Sambade, enquanto explora a fauna e a flora local e descubra uma das freguesias mais populosas do concelho.

Aqui pare para visitar a Igreja Matriz, monumento classificado como de interesse público. Prossiga viagem em direção a Alfândega da Fé, antes pare na Barragem da Esteveinha situada no centro da maior plantação de cerejais existentes no concelho. Se passar por aqui entre Maio e Junho vai descobrir porque a cereja de Alfândega tem qualidade reconhecida e é uma das imagens de marca do concelho. Aproveite e dê um salto até à Festa da Cereja que se realiza, anualmente, na primeira quinzena de Junho.

Caso tome a direção da Freguesia de Soeima, não se esqueça de visitar a Igreja Matriz. Se for no Outono aproveite para "rilhar" umas castanhas enquanto segue pela Estrada Nacional até à Freguesia de Gebelim, faça uma pausa durante o trajeto para apreciar um percurso paisagisticamente espetacular. Em Gebelim merece destaque o Santuário de S. Bernardino de Sena, uma construção que desde o séc. XVIII se assume como local de culto e devoção das populações locais.

PASSEAR pelo Vale

Se é amante de pesca as margens da Barragem do Salgueiro, na Freguesia de Vilarelhos, são o local ideal, principalmente, para a pesca do Achigã. Envolvido pela calma oferecida por estas paisagens pode sempre aproveitar para um momento de meditação no Santuário de Nossa Senhora dos Anúncios. Situado no alto da Freguesia de Vilarelhos, deste Santuário avista-se todo o fértil Vale da Vilarça. Na encosta do monte foi também descoberta uma necrópole Romana, no interior da capela permanecem materiais achados durante a escavação. Nesta localidade destaque ainda para o Solar do Morgado de Vilarelhos, datado do séc. XVII.

Na aldeia não se esqueça de provar um cálice de vinho generoso. Vilarelhos está inserida na Região Demarcada do Douro e o vinho produzido nestas terras ganha em qualidade e sabor.

Depois é só subir do miradouro, em miradouro, desfrutando de uma das mais deslumbrantes vistas sobre todo o Vale da Vilarça. No meio

Depois e só subir de miradouro, em miradouro, desfrutando de uma das mais deslumbrantes vistas sobre todo o vale da vilariça. No meio do percurso pare em Vilaes da Vilariça, se for tempo das laranjas aproveite para apanhar uma ou outra, nos diversos pomares que se encontram na área. No Verão são frutos como o melão que conquistam o paladar de quem aqui passa. Descubra a aldeia, com o seu casario em escadaria, as diversas casas brasonadas, o pelourinho e perca-se com paisagem de cortar a respiração que oferece o Miradouro do Santuário de Nossa Senhora do Socorro.

PASSEAR pelo Rio

A natureza aqui é majestosa. Nos meses de Fevereiro/ Março as amendoeiras em flor cobrem os campos de um manto branco e oferecem um espetáculo de rara beleza. Nesta altura, experimente efetuar o trajeto Alfândega da Fé e Vilar Chão, fazendo um desvio até Cerejais e vai encontrar uma paisagem que certamente lhe ficará na memória. Em Cerejais visite o Santuário Mariano e os Miradouros da Loca e Calvário. Daqui avista o Santuário de Nossa Senhora de Jerusalém. Um exemplar de arquitetura neoclássica, que reúne no seu interior obras de grande valor histórico e artístico.

Se continuar pela rota do Rio Sabor, aproveite para molhar um naco de pão no azeite produzido nestas paragens e pergunte pelos doces típicos. Os Barquinhos e os Rochedos, confeccionados à base de amêndoa, encontram em Parada e Vilar Chão as suas origens. Em Vilar Chão visite a Igreja Matriz, datada do séc. XVII, com características Barrocas, destaque ainda para a Fonte Limpa, uma fonte de mergulho que pelas suas dimensões e características é exemplar único no concelho. Em Parada visite o Santuário de S. Antão da Barca, local de culto e romaria desde sempre associado ao Rio Sabor. (ANEXO B4ROTAS).

Documentação anexa relativa ao sub-indicador B:

 B4ROTAS.pdf (207.1 kB)

 Trilho das Capelas - 2017 - ESPANHOL - PROD.pdf (10.7 MB)

C - INICIATIVAS DO MUNICÍPIO**C1 - Iniciativas de promoção turística e desenvolvimento sustentável de âmbito municipal**

Nota: Pretende-se que o município identifique as iniciativas que considera mais relevantes.

C1.1 - Identifique uma iniciativa de combate à sazonalidade realizada em 2016:

Festa da Montanha/ Fim-de-semana da Montanha

C1.1.1 - Data/período de realização:

5 e 6 de Novembro e 10 e 11 de Dezembro

C1.1.2 - Indicação da época alta:

Julho e Agosto

C1.1.3 - Breve descrição da iniciativa, incluindo a natureza e objetivos:

No mês de novembro e dezembro celebra-se a montanha com a realização de atividades que pretendem afirmar as potencialidades da montanha no contexto económico, turístico e cultural. A Festa da Montanha acontece em novembro na freguesia de Sambade, com vista à dinamização das áreas rurais do concelho, fazendo das suas características endógenas factores de crescimento e desenvolvimento. Muito mais do que um simples mercado ou mostra de sabores e atividades económicas, a Festa da Montanha vai ser momento de debate, reflexão, divulgação e fruição de todas as potencialidades destas áreas. Daí que à mostra e venda de produtos característicos da montanha, se juntem atividades desportivas e lúdicas, se elogiem as atividades económicas e as histórias e lendas associadas à serra, que noutros tempos foi conhecida como Serra de Monte-Mel. Um evento cultural, turístico e económico, que no fim-de-semana que antecede o S. Martinho vai fazer da castanha um dos "pratos" principais. O fim-de-semana na montanha serve para trazer gente ao interior para maravilhar-se com a paisagem, os locais e tradições. Para experimentar verdadeiras aventuras de montanha, com caminhadas originais e inesquecíveis, provar o azeite, o vinho, o queijo.





C1.1.4 - Parcerias:

Naturthoughts; Terras de Aventura; Filandorra; Tafé; ARBOREA; DRAPN; IPB

C1.1.5 - Impacte económico, social e ambiental da iniciativa/ resultados:

A realização de eventos tem vindo a ser considerada uma das mais importantes formas de atração turística, sendo notório os impactos gerados na dinâmica da economia local. A Festa da Montanha e o fim de semana da montanha são eventos do concelho que constituem uma oferta turística que potencia a promoção do município e da sua oferta turística. O maior impacto económico é o aumento do volume de transações comerciais, com reflexos positivos na economia local, nomeadamente no setor turístico, mais concretamente no alojamento e restauração, com as unidades a esgotarem a sua capacidade de lotação. A importância social e cultural destes eventos manifesta-se na preservação do património natural e na sua divulgação a nível nacional. É um dos eventos do concelho, criado com o intuito de combater a sazonalidade e sobretudo promover a venda e divulgação dos produtos locais. Constituindo uma oferta turística que potencia a promoção do município, a Festa da Montanha apresenta um impacto económico positivo, verificado pelo aumento do volume de transações comerciais alargado ao concelho e a diversas atividades económicas, como a restauração e o alojamento. O Fim de semana da montanha pretende que as atividades de natureza tenham uma carga simbólica associada a uma melhor qualidade de vida, um ambiente social de estabilidade e tranquilidade cada vez mais procurado para descansar e descontraír. Apesar das ofertas tentadoras do mundo urbano, o rural vai desenvolvendo estratégias significativas de aposta no crescimento e diversificação a nível económico, social e cultural.

C1.1.6 - Anexe documentação sobre a iniciativa:

-  C 1.2.5 Ficha_de_Inscri_o_FESTA_DA_MONTANHA_2016.pdf (499.4 kB)
-  C1.2.5 festa_da_montanha_2016_E_MAIL__1_.pdf (2.7 MB)
-  C1.2.5festa da montanha 2016.png (428.6 kB)
-  C1.2.5montanhismo_original.png (8 MB)

C1.1.7 - Link sobre a iniciativa:

<http://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1065>

C1.2 - Identifique outra iniciativa de promoção turística realizada em 2016:

Festa da Cereja 2016

C1.2.1 - Data/periódodo de realização:

9 a 12 de junho

C1.2.2 - Breve descrição da iniciativa, incluindo a natureza e principais objetivos:

Para o mês de junho destaque para o grande evento que é a Festa da Cereja realizada em torno deste fruto, mas também de outros produtos locais de reconhecida qualidade. Para além da componente de divulgação e preservação de saberes tradicionais aliados aos produtos locais, que se assumem como um elemento de referência do património cultural imaterial do concelho, pretende-se que este evento continue a afirma-se como excelente palco para a valorização da cultura local relacionada com o mundo rural, sendo que a componente de festa com todo o conjunto de espetáculos musicais e outras iniciativas de carácter cultural associados a este certame, permitem a realização de espetáculos de elevada qualidade com grupos de renome do panorama artístico nacional e internacional. Mereceu também destaque a II edição do Encontro de Pastores. A iniciativa trouxe ao recinto da Festa cerca de 200 participantes. Uma forma de valorizar e apoiar a atividade pastorícia. A Festa da Cereja traz a Alfândega da Fé milhares de pessoas, num fim-de-semana prolongado marcado pela promoção cultural, turística e económica do concelho. O evento proporcionou momentos culturais e de convívio e cumpriu a sua principal finalidade, ou seja, dar a conhecer o que Alfândega da Fé tem de melhor: a hospitalidade das suas gentes, a sua história e cultura, a qualidade dos seus produtos tradicionais. No programa não faltaram também as visitas a realização do Piquenício da Família do Tio João. A iniciativa juntou pessoas oriundas de toda a região de Trás-os-Montes e Alto Douro.





C1.2.3 - Parcerias:

AEPGA; Caixa de Credito Agrícola; AJAP; DRAPN; UTAD; ANCRAS; ANCOTEC; Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé; Filandorra; Terras de Aventura; Porto e Norte; Comissão de Festas; Serviruri.

C1.2.4 - Impacte económico, social e ambiental da iniciativa / resultados obtidos:

A realização de eventos tem vindo a ser considerada uma das mais importantes formas de atração turística, sendo notório que os impactos gerados na dinâmica da economia local. A Festa da Cereja é o maior evento do concelho, constituindo uma oferta turística única que potencia a promoção do município e das sua oferta turística. O maior impacto económico é o aumento do volume de transacções comerciais, com reflexos positivos na economia local, nomeadamente no setor turístico, mais concretamente no alojamento e restauração, com as unidades a esgotarem a sua capacidade de lotação. A importância social e cultural do evento manifesta-se na preservação do património histórico e cultural da vila e na sua divulgação a nível nacional.

C1.2.5 - Anexe documentação sobre a iniciativa:

-  13260124_1752046921749239_8981268163470268343_n.jpg (96.1 kB)
-  13325632_1754989594788305_9212628943421312323_n.jpg (90.5 kB)
-  13335988_1758452544442010_162324313110423222_n.jpg (58.1 kB)
-  Caderno_de_Normas_FC_2016.pdf (365.1 kB)

C1.2.6 - Link sobre a iniciativa:

http://www.cmalfandegadafe.pt/frontoffice/pages/1139?event_id=85

C2 - Estratégia para o turismo assente nos princípios da sustentabilidade municipal ou supramunicipal**C2.1 - Estratégia para o turismo sustentável elaborado ou revisto nos últimos 3 anos e disponível ao público?**

Sim Não

C2.1.1 - Submetida a consulta pública?

Sim Não

C2.1.2 - Anexe a estratégia de turismo sustentável:

-  Plano Municipal da Cultura e Turismo_2016.pdf (446.7 kB)

C3 - Relatório de avaliação da satisfação dos turistas**C3.1 - Relatório de avaliação da satisfação dos turistas que visitam o concelho, realizado pelo município ou pela entidade promotora do destino, nos últimos três anos?**

Sim Não

C3.2 - Anexe o relatório de avaliação da satisfação dos turistas:

 Relatório de Visitantes_atividades turísticas e visitas guiadas.pdf (222.4 kB)

C4 - Informação disponível online

C4.1 - Site próprio ou link para o site da entidade que promove a Região, com informação turística atualizada em, pelo menos, dois idiomas:

www.cmalfandegadafe.pt ; www.portoenorte.pt (nota: neste site é necessário colocar Alfândega da Fé para que mostre a informação do concelho); www.citalfandegadafe.pt

Observações relativas ao sub-indicador C:

Documentação anexa relativa ao indicador 21:



Contactos

Edifício Vasco da Gama (mapa)
Rua General Gomes Araújo
Bloco C - Piso 1
1350-355 Lisboa

Tel: +351 21 394 27 40
Fax: +351 21 394 27 49
Tlm: +351 93 811 83 52
E-mail: eco21@abae.pt